



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GENÍLRIA DE ALMEIDA RIOS

**REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DE VEREADORES DE
FORTALEZA**

FORTALEZA

2014

GENÍLRIA DE ALMEIDA RIOS

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DE VEREADORES DE
FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R453r Rios, Genilria de Almeida.

Representação Feminina na Câmara de Vereadores de Fortaleza / Genilria Rios. – 2014.
159 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Danyelle Nilin Gonçalves.

1. Trajetória. 2. Gênero. 3. Habitus. 4. Recursos Eleitorais. 5. Bases Eleitorais. I. Título.CDD 301

GENÍLRIA DE ALMEIDA RIOS

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA CÂMARA DE VEREADORES DE
FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia

Aprovado em: 25/09/2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Danyele Nilin Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Francisca dos Nascimento, Francisca
Neto de Almeida, Gêrito de Almeida
Rios e Gerardo de Freitas Rios (Em
memória).

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Criador, início e fim de todas as coisas e sem o qual não teria desenvolvido este trabalho.

Aos meus pais, Gerardo Rios e Francisca Almeida, que nunca mediaram esforços para educar os filhos com dificuldade e sacrifício, porque acreditavam que é pela educação que se muda vidas e histórias.

Às vereadoras Déborah Soft, Eliana Gomes, Leda Moreira, Luizianne Lins, Magaly Marques, Maria José de Oliveira e Rosa da Fonseca pela gentileza com que acolheram o pedido de entrevista e a generosidade com que me trataram.

A todos os funcionários da Câmara Municipal de Fortaleza, em especial aqueles do Instituto Américo Barreira e do Arquivo da Câmara Municipal de Fortaleza, que me receberam nas dependências da instituição e se mostraram dispostos a colaborar com a pesquisa. Agradeço imensamente a imprescindível colaboração de Moacir Costa para que esse trabalho se realizasse pelas discussões travadas, as dicas, o material cedido para consulta e por todo o carinho dedicado a mim.

À minha orientadora, Profa. Danyelle Nilin, pela paciência, ensinamentos, incentivo, o tempo disponibilizado às discussões e correções deste trabalho e as orientações decisivas para que não me perdesse pelo caminho.

À Profa. Irllys Barreira pela valiosa colaboração no processo de qualificação do projeto e defesa da dissertação, apresentando sugestões que muito contribuíram para o engrandecimento deste trabalho. E ao prof. Josênio Parente pela atenção ao convite em participar da avaliação da dissertação.

A meus colegas da turma de mestrado e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelas trocas enriquecedoras que ajudaram a construir esse trabalho. Em especial Raquel Mesquita, João Miguel Lima, Glauber Barreto e Gleison Maia pela generosidade com que compartilharam discussões e deram sugestões à pesquisa. E aos funcionários do Programa pela atenção e gentileza na solução de problemas.

Aos meus queridos amigos do Lepec que se revelaram verdadeiros irmãos ao longo desta caminhada, pela torcida, o incentivo, as trocas de leitura e de material de pesquisa, especialmente a Tiago Araújo e Fabiana Ximenes pelo apoio e cumplicidade.

RESUMO

Esta dissertação analisa a participação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza entre os anos de 1989 e 2012 para compreender como as mulheres constroem suas trajetórias políticas até chegar ao parlamento; que elementos vão interferir na ação política das mulheres nessa instância de poder; e que demandas são defendidas no exercício do mandato. A análise dos dados coletados sobre as origens sociais e trajetórias políticas e produção legislativa das parlamentares, enriquecida pelas entrevistas semiestruturadas, apontou para a existência de diferenças significativas entre as parlamentares estudadas, no tocante à construção de seus capitais políticos, na priorização de áreas de atuação e no atendimento aos anseios das bases eleitorais. Observou-se que mais da metade da produção de leis não remete diretamente às questões sociais, em parte devido à especificidade das atribuições deste poder, que limita à legislação aos temas de interesse local. A maioria das mulheres procurou aprovar leis para as categorias sociais tidas como vulneráveis, tais como as crianças, os jovens, os idosos, os portadores de deficiência, os homossexuais e as próprias mulheres. A partir da identificação dos anseios desse público, apresentaram propostas principalmente ligadas às áreas da saúde, educação, assistência social e meio ambiente, constituindo assim uma atuação voltada para a política dos cuidados, que remete aos papéis tradicionalmente delegados às mulheres no âmbito privado. No entanto, o trabalho desenvolvido na Câmara demonstra uma mudança de perspectiva dos papéis das mulheres no legislativo, na medida em que há um duplo direcionamento no desempenho das atividades parlamentares, ligados a área social, mas também aos temas e postos de maior prestígio como a ocupação Mesa Diretora e das principais comissões técnicas da instituição, bem como o interesse em legislar sobre temas ligados à administração pública e à economia local, que tradicionalmente estão associadas ao domínio masculino.

Palavras-chave: trajetórias; gênero; *habitus*; recursos eleitorais; bases eleitorais.

ABSTRACT

This work analyzes women's political participation at the Municipal Council of Fortaleza, Brazil, from 1989 to 2012 with the aim to understand how women build their political trajectories towards parliament, considering the elements that interfere in the political action of these women in power and the motions they propose throughout their terms. Based on data regarding their social origins and political trajectories, parliament members' legislative production, and occupation of positions of power inside the Municipal Council, together with semi-structured interviews, it was possible to identify the existence of meaningful differences among the female parliament members studied. Their political capitals, the prioritized areas of action and the way they endorse demands coming from their electoral base. Results obtained demonstrate that over half of motions produced does not refer directly to social questions, which is partly due to the specific attributions of such a position and its legislative limits over themes of local interest. The majority of female politicians sought to approve legislation for social categories deemed vulnerable, such as children, youth, the elderly, the disabled, homosexuals and women as well. Upon identifying this public's demands, they presented proposals mainly related to the areas of health, education, social care and the environment, making up a politics of care, which refers the roles traditionally given to women in the private sphere. However, the research carried out inside the Council demonstrates a shift in perspective considering the roles of women in the legislative. There is a double guiding principle regarding parliamentary activities: related to the social area, but also to discussions and positions of greater prestige, such as the occupation of Directing Table and the main technical commissions of the Council, as well as the interest to legislate on themes related to public administration and local economy, which are traditionally associated with predominance of men.

Keywords: trajectories; gender; *habitus*; electoral resources; electoral base.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Percentual de vereadores eleitos na Câmara Municipal de Fortaleza de 1936 até 2012	44
Tabela 2 - Cargos ocupados anterior ao ingresso na política institucional	55
Tabela 3 - Relação partido/mandato na Câmara Municipal de Fortaleza de 1988 a 2012	61
Tabela 4 - Proposições apresentadas na CMF 1989 - 2012	126
Tabela 5 - Proposições aprovadas por área na CMF 1989 - 2012	128
Tabela 6 - Proposições aprovadas por capital na CMF 1989 - 2012	135
Tabela 7 - Comissões legislativas por parlamentar	143
Tabela 8 - Presidência de Comissões Técnicas – 1989 a 2012	146
Tabela 9 - Vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Fortaleza de 1988 a 2012	158
Tabela 10 - Leis aprovadas pela CMF no período de 1948 a 2003	161
Tabela 11 - Comissões legislativas por parlamentar – 1989 a 2012	161
Tabela 12 - Proposições por parlamentar 1989 a 2012	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCR – Associação Beneficente de Reabilitação
ADUFC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CA – Centro Acadêmico
CIC – Centro Industrial do Ceará
CMF – Câmara Municipal de Fortaleza
DCE – Diretório Central dos Estudantes
LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ONG – Organização não governamental
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PH – Partido Humanista
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMB - Partido Municipalista Brasileiro
PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PR – Partido Republicano
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PRP – Partido da Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTS – Partido Trabalhista Social

TRE-CE – Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Construindo o objeto	19
<i>1.1.1</i>	<i>O momento eleitoral</i>	22
<i>1.1.2</i>	<i>Materiais e métodos</i>	25
2	AS MULHERES NO LEGISLATIVO MUNICIPAL	30
2.1	As múltiplas formas de participação política	30
2.2	Diferentes formas de representação	35
2.3	A representação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza	43
<i>2.3.1</i>	<i>Os partidos como espaços de participação</i>	60
3	TRAJETÓRIAS, CAPITAL POLÍTICO E BASES ELEITORAIS	66
3.1	Trajetórias sociais e políticas: conquistando as bases	66
<i>3.1.1</i>	<i>Capital delegado dos movimentos sociais</i>	68
<i>3.1.2</i>	<i>Capital delegado da ocupação de cargos políticos ou públicos</i>	81
<i>3.1.3</i>	<i>Capital delegado da família</i>	88
<i>3.1.4</i>	<i>Capital convertido de outros campos</i>	98
4	A CÂMARA COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÃO	107
4.1	As câmaras municipais e suas atribuições ao longo da história	107
4.2	O vereador no novo contexto político: o desempenho de múltiplos papéis ...	109
4.3	A Câmara Municipal de Fortaleza e as formas de intervenção do	117
<i>4.3.1</i>	<i>Produção legislativa: contrastes da atuação feminina</i>	124
<i>4.3.2</i>	<i>Comissões Técnicas</i>	141
5	CONCLUSÃO	148
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A	157

1 INTRODUÇÃO

A presença de mulheres no mundo da política nas últimas décadas é inquestionável. O número das postulantes a cargos públicos teve um aumento considerável, em grande parte por força política da lei de cotas¹. Todavia, o número de eleitas é ainda pequeno, o que suscita muitas reflexões sobre os motivos pelos quais as mulheres não conseguem equidade no espaço político.

No plano nacional, os números demonstram a existência de um descompasso entre representantes e representados, na medida em que há predominância masculina em todas as casas legislativas e em todos os âmbitos do poder Executivo. Especificamente nas Câmaras Municipais é possível observar a existência de uma sub-representação feminina, onde o número de mulheres nunca ultrapassou 12% dos vereadores eleitos em todo o país².

Nas eleições de 2010, já com a determinação da cota partidária, os números não sofreram alterações significativas em relação à eleição anterior para a Câmara Federal, os estados elegeram 45 mulheres (8,77%) e 468 homens (91,23%)³. Já na eleição de 2012, mesmo com a obrigatoriedade do cumprimento da lei de cotas o percentual de mulheres eleitas vereadoras sobe para pouco mais de 14%. A maioria dos candidatos a vereador ainda são homens, 67% (285.534 candidatos). As mulheres representaram 32% dos candidatos (133.791 candidatas). Destes, foram eleitos 49.657 homens contra 7.635 mulheres⁴.

Em Fortaleza, historicamente, poucas mulheres ocuparam cargos eletivos na Câmara de Vereadores. Entre os anos de 1936 e 2012 apenas 46 mandatos foram ocupados por mulheres no legislativo municipal contra 561 ocupados por homens. A partir da década de 1980, percebe-se um relativo aumento do número de postulantes ao legislativo, que oscila a cada eleição. No entanto, desde a primeira eleição em que uma

¹ Tratamento especial dado às mulheres que se encontram em posição de desvantagem social ou sub-representação política, formalizado pela Lei 9.504/97, que em seu artigo 10 § 3º, estabelece que cada partido ou coligação deva reservar obrigatoriamente o mínimo de 30% e o máximo de 70% de suas vagas para candidaturas de cada sexo.

² Na composição das Câmaras Municipais, de 1996 até 2008, o percentual de mulheres eleitas em relação aos homens foi respectivamente de 10,03% contra 89,97% em 1996, 11,63% contra 88,37 em 2000, 11,33% contra 88,67% em 2004 e 12,23% contra 87,47% em 2008. Esses dados contrastam com o número de eleitoras e eleitores no Brasil (51,7%, mulheres e 48,3% homens).

³ CFEMEA, 2009.

⁴ CFEMEA, 2009.

mulher pôde se candidatar a um cargo eletivo, até 2008 somente 22 mulheres foram eleitas para a Câmara de Vereadores.

A tímida presença feminina na política institucional é muitas vezes interpretada como a ausência da representação de seus interesses. Essa questão oportuniza o debate sobre os requisitos necessários a esta representação e os mecanismos utilizados pelas mulheres para alcançar o êxito eleitoral. Logo, a defesa da participação feminina na política é marcada pela necessidade de legitimar esta atuação tanto no tocante à entrada na vida pública por meio de uma dimensão simbólica explorada nos processos eleitorais, como pela justificativa da atuação política diferenciada daquela praticada pelos homens. Esta distinção é debatida inclusive por correntes de pensamento feministas que apoiam diferentes estratégias de ação política. Nesse sentido, há uma dualidade de posições entre as teorias que defendem a “política de presença” em oposição à “política de ideias”.

A primeira linha de pensamento se ampara na máxima de que as mulheres são as melhores representantes de seus interesses, portanto, devem estar na política institucional. Esse argumento se sustenta sob dois pilares: na defesa de que as mulheres possuem atributos pessoais, tais como qualidades morais e éticas, que promoveriam uma mudança na política tradicional exercida pelos homens, tornando-a mais honesta e sensível. Por outro lado, acredita-se que a presença feminina levaria à inclusão na agenda política de temáticas vinculadas à questão social como, por exemplo, a violência contra a mulher, os direitos do idoso, abertura de postos de saúde e creches, que foram “negligenciados” na agenda política em detrimento das discussões macroeconômicas (AVELAR, 2001).

A partir desse raciocínio cria-se uma ideia de que existe uma divisão sexual do trabalho político que destina às mulheres a defesa dos grupos excluídos e dos temas de “pequena relevância” no cenário político e aos homens as tarefas mais valorizadas socialmente. Essa perspectiva essencialista supõe que as mulheres, tão somente por serem mulheres, possuem interesses idênticos, sem levar em conta que estas ocupam, ao mesmo tempo, diferentes “posições de sujeito” no universo social.

Essas representações socialmente construídas dos papéis masculino e feminino presentes no âmbito privado foram reproduzidos na esfera política à medida que as mulheres se inseriam nesse cenário para concorrer com os homens por cargos públicos eletivos. Alguns estudos sobre o desempenho das parlamentares na Câmara dos Deputados (MIGUEL, 2001; ARAÚJO, 2001) demonstram que existe uma

repartição de funções por gênero que não é legitimada, mas incorporada como espécie de *habitus* existente no cotidiano daquele parlamento.

A observação sobre as diferentes maneiras encontradas pelas mulheres para ingressar no campo político levou-me a refletir sobre a possibilidade de uma singularidade da participação feminina na política local e questionar qual a natureza dessa atuação. A Câmara Municipal de Fortaleza (CMF) foi o campo empírico escolhido para responder essa pergunta.

Esta investigação procurou compreender como se dá a participação feminina na Câmara de Vereadores, mais especificamente das 16 mulheres⁵ eleitas no período compreendido entre 1989 e 2012 (da décima primeira à décima sexta legislaturas), a partir da análise das trajetórias sociais e políticas e do trabalho político⁶ das vereadoras. Nesse sentido, a pesquisa se assenta sob duas vias analíticas que se complementam. A primeira diz respeito ao perfil das mulheres que passaram pela Câmara Municipal desde o processo de redemocratização, observando como se constituíram as trajetórias e o capital político determinante ao sucesso eleitoral das parlamentares. A segunda busca observar a natureza do trabalho desenvolvido para a representação e manutenção das bases eleitorais das parlamentares. Além disso, a pesquisa procurou evidenciar se as vereadoras acionam estratégias de diferenciação para se distinguir da ação masculina e para legitimar sua atuação no campo político e, em que momentos as parlamentares se articulam em torno de uma “agenda” comum, e se essas causas estão relacionadas com as chamadas “demandas femininas” (MIGUEL, 2001).

O recorte temporal não foi uma escolha aleatória, já que nele estão envoltos momentos emblemáticos da história política brasileira. A redemocratização foi um período de intensa participação popular, onde a dinâmica política foi marcada pelos movimentos sociais organizados e, as mulheres tiveram papel importante nas reivindicações por direitos sociais e justiça econômica.

No Ceará, assim como em todo o país, esse período foi marcado por intensa mobilização feminina pela anistia política e liberdade político-partidária, por energia

⁵ Maria José Albuquerque de Oliveira, Maria Gorete Pereira, Maria Zélia Correia de Sousa, Maria Magaly Marques Dantas, Rosa Maria Ferreira da Fonseca, Luizianne de Oliveira Lins, Patrícia Saboya Ferreira Gomes, Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza, Germana Lima Fontenele Soares, Edvânia Matias Ferreira, Teresinha de Jesus Lima, Regina Cely Diniz Assêncio, Maria de Fátima Santana Arrais Leite, Francisca Eliana Gomes dos Santos, Maria Leda Moreira e Silva e Eliane Novais Eleutério Teixeira.

⁶ Compreendido como o conjunto de ações coordenadas que se efetiva pela atuação política fora do parlamento, no atendimento à população, e no parlamento, por meio da apresentação de proposições, da participação em comissões técnicas permanentes e na Mesa Diretora.

elétrica, saneamento básico, transporte público, abertura de creches etc, problemas do âmbito privado que estavam restritos aos bairros, sobretudo, da periferia e que foram visibilizados pelos movimentos sociais, tornando-se assim problemas coletivos.

É nesse espaço de reivindicações e lutas por direitos sociais que mulheres membros de sindicatos e associações se destacaram na liderança dos movimentos de bairros, pela capacidade de aglutinar pessoas em torno de um objetivo comum, muitas vezes ligados a resolução de problemas locais e pela habilidade de liderar o grupo no qual estavam inseridas. Abre-se assim a possibilidade de inserção de novos atores na política formal via movimento de bairro ou filiação direta a partidos políticos. Em Fortaleza, homens e mulheres de segmentos populares buscaram ingressar na política institucional por meio de candidaturas ao legislativo municipal⁷.

Foi nesse período que a Câmara Municipal sofreu uma renovação de 70% de seus assentos, com a derrota de políticos que se mantinham no legislativo por mais de uma década ininterruptas. Nesse sentido, a eleição de 1988 foi atípica e estabeleceu um novo patamar de representação em Fortaleza, na medida em que proporcionou a ruptura com o quadro político tradicional e criou as condições para o ingresso de outros atores sociais na política, oriundos dos movimentos sociais e de outros campos como, por exemplo, do funcionalismo público e do jornalismo (LOPES, 2005).

A escolha deste objeto de estudo tem um vínculo com a minha trajetória acadêmica. O interesse pelo tema da política local foi alimentado por leituras realizadas em grupos de estudos e participação em investigações sobre vários processos eleitorais como bolsista do LEPEC (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Política e Cultura), na Universidade Federal do Ceará⁸.

O primeiro contato com a temática ocorreu quando, na condição de estudante do curso de Ciências Sociais, participei de pesquisa sobre as candidaturas majoritárias no ano de 2000. Para a construção da monografia de graduação, trabalhei, especificamente, a trajetória da campanha eleitoral da deputada estadual Patrícia Saboya à Prefeitura de Fortaleza (RIOS, 2002). A investigação objetivou verificar a influência que os meios de comunicação exerceram sobre o eleitorado na escolha de um candidato. O foco de análise incidiu sobre o processo de construção e apresentação da imagem da candidata e sua recepção por moradores do bairro Conjunto Ceará.

⁷ Em 1988 a população de Fortaleza elegeu Zélia Correia, pedagoga e líder comunitária do bairro Itaperi.

⁸ De 2000 a 2011 participei de investigações voltadas para a análise de campanhas majoritárias e proporcionais no município de Fortaleza.

Outro momento de estudo sobre o tema aconteceu em 2006 quando integrei no grupo de pesquisas financiado pelo CNPq, que objetivou traçar um perfil das práticas políticas de mulheres deputadas e senadoras no Congresso Nacional, observando o trabalho das representantes organizadas em torno de uma “bancada feminina”.

O interesse em compreender as nuances do processo de representação feminina, muitas vezes enunciado como um diferencial ético e de defesa das minorias, motivou a realização desta pesquisa sobre o parlamento municipal. A investigação sob o enfoque de gênero foi determinada por diferentes questões. O interesse em entender porque, compondo um universo de mais de 50% da população, as mulheres brasileiras têm baixa representatividade no campo político. No plano legislativo, em nenhuma esfera de poder federal, estadual ou municipal, a participação feminina ultrapassa 13% dos mandatos eletivos.

Outra motivação para estudar o tema foi a escassez de investigações sobre a representação política feminina no legislativo municipal. Os estudos sobre a entrada de novos atores na política se intensificou na década de 1990, mas, no universo dessas pesquisas, as análises sobre o “comportamento legislativo” restringem-se à atuação da mulher na Câmara dos Deputados, no Senado e nas assembleias legislativas⁹. Na maioria das vezes, os estudos sobre as câmaras municipais discutem as taxas de renovação no legislativo (BARRETO, 2008), ou as regras que determinam o processo de interação dos poderes Executivo e Legislativo. Nessas investigações, os valores culturais e as representações sociais têm pouca relevância para explicar a interação entre os poderes e atores políticos.

Grande parte das pesquisas que discutem a participação feminina tem o enfoque sob a política de cotas de gênero, enfatizando uma discussão que se fundamenta na baixa presença feminina nos espaços de poder. Apontando também as causas da ineficiência das cotas, evidenciando as dificuldades que as mulheres encontram de acesso aos postos decisórios nos partidos e nas esferas institucionais no Estado, ou ainda, analisando as simbologias dos rituais femininos em processos eleitorais, como o trabalho de Barreira (2008), que faz um exame da apresentação de mulheres em contextos políticos e eleitorais, revelando a existência de símbolos e estratégias discursivas de diferenciação no campo político, exploradas nas candidaturas femininas no contexto local, nacional e internacional.

⁹ FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999; SANTOS, 2001; PEREIRA & RENNÓ, 2001.

Existem escassos trabalhos direcionados a compreensão da dinâmica política envolvendo, principalmente, a atuação entre parlamentares do sexo feminino e base eleitoral e, poucos relacionados à política local. Isso se deve, em parte, ao fato de que está disseminado que a política municipal é menos relevante para compreender o sistema político de maneira ampla por representar um tipo de política “atrasada”.

As investigações de Bezerra (1998), no entanto, contrariam essa visão simplista lançada sobre a política local. A pesquisa realizada no Congresso Nacional evidencia a relevância da esfera municipal no ordenamento das relações políticas no cenário nacional, na medida em que a atuação dos parlamentares federais no processo de montagem do Orçamento Anual da União está fortemente orientada para a transferência de recursos federais com vistas à manutenção das bases eleitorais nos municípios. Essas alianças políticas garantem aos deputados uma inserção local, uma identificação com o eleitorado e suas insatisfações.

Lopez (2004) também busca compreender a dinâmica política local ao desenvolver um estudo sobre a relação de interdependência entre os poderes Executivo e Legislativo no município de Araruama (RJ). O autor buscou demonstrar às percepções sociais dos eleitores a respeito da natureza da atividade política, não contemplando desta forma a representação feminina.

Em investigação sobre o legislativo municipal no Ceará, Medeiros (2012) aborda a dinâmica política de Itapipoca e o processo pelo qual o poder local foi institucionalizado nos regimes políticos brasileiros. A autora buscou revelar as características que a política local assume num contexto institucionalizado. A investigação traz uma interessante análise do perfil dos vereadores da última legislatura (2009-2012), buscando identificar os recursos e mecanismos que os parlamentares utilizaram para se estabelecer no cargo.

Costa (2005) realiza um estudo, numa perspectiva historiográfica, sobre a Câmara Municipal de Fortaleza (CMF) e a produção legislativa dos vereadores aprovadas pelos membros do Legislativo no período de 1948 a 2003, a partir de documentos e ementários produzidos pela Câmara Municipal. A pesquisa traz um panorama geral das proposições, sem identificar a autoria e sem fazer uma análise sociológica dos dados.

O estudo mais significativo sobre a temática do parlamento para os fins desta pesquisa foi realizado por Lopes (2005) sobre processo de mudança no padrão de representação na Câmara de Fortaleza. O autor construiu uma tipologia do perfil dos

vereadores que passaram pela CMF. Por meio da base social de representação dos parlamentares, o autor cria uma categorização das lideranças políticas locais.

Como foi possível observar, as investigações sobre o legislativo municipal no Ceará acontecem a partir dos anos 2000 e poucas têm abordado a representação feminina no legislativo, as bases eleitorais das parlamentares ou a análise dos valores culturais e representações sociais que permeiam a relação entre representantes e representados.

A investigação aqui proposta se justifica pela pequena produção sobre estudos que abordem a questão das bases eleitorais femininas na política nacional, sobretudo no Ceará, e pela insuficiente produção de pesquisas sobre a representação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza. Pretendo, com este estudo, contribuir para o conhecimento de uma das dimensões menos estudadas na ciência política, que é compreender as formas de atuação femininas no cenário político local no que se refere à “divisão” do trabalho na Câmara de Vereadores e as dinâmicas existentes entre o desempenho parlamentar e as representações sociais do mandato.

1.1 Construindo o objeto

Esta proposta de estudo inicialmente pretendia investigar como se efetivou o mandato das três vereadoras eleitas para a legislatura 2009/2012, por meio do exame do trabalho político, buscando perceber as relações estabelecidas entre este e as bases eleitorais das vereadoras. Para a consecução desta tarefa seria necessário além das observações do trabalho desenvolvido na Câmara, um acompanhamento das campanhas para a reeleição em 2012. A importância da análise das eleições está justamente na aproximação das mulheres com a base eleitoral e nas estratégias para a sua expansão.

A pesquisa de campo logo mostrou a dificuldade de aproximação com os atores políticos, dificuldade essa motivada por diferentes fatores que serão mencionados posteriormente. Diante dos empecilhos impostos à investigação, foi necessário redefinir o objeto de estudo. Após fazer um levantamento sobre a participação feminina na CMF desde 1936, primeira eleição em que as mulheres concorrem à vereança, observou-se que um pequeno quantitativo de mulheres foi eleito ou ocupou a suplência entre 1936 e 2012. Apenas seis vereadoras foram eleitas entre 1936 e 1987 e para o período compreendido entre 1988 e 2012 a quantidade aumentou para dezesseis parlamentares.

Um estudo preliminar sobre a trajetória dessas mulheres deu evidências de que um novo perfil de vereadora surge a partir das eleições 1988. Essas mulheres não estariam mais ligadas somente ao respaldo familiar ou a assistência territorial, mas também vinculadas às associações de bairro, movimento sindical e partidos políticos progressistas. Dessa forma vislumbrei a possibilidade de analisar as trajetórias e o trabalho político dessas mulheres, excetuando-se as que ocuparam o cargo em razão da suplência, para que o universo estudado pudesse ser submetido às mesmas questões que norteiam esta pesquisa, com particular atenção àquela relacionada às bases eleitorais.

Para a realização deste trabalho procedeu-se uma etapa quantitativa e uma qualitativa. Na primeira foram analisados dados secundários, provenientes de diversas fontes documentais, tais como: *sites*¹⁰ das vereadoras, *site* da Câmara Municipal, blogs, documentos oficiais, panfletos produzidos pelos gabinetes das parlamentares, jornal da Câmara e matérias publicadas em jornais locais. Na fase qualitativa foram produzidos dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas com as vereadoras, conversas gravadas com assessores e “ativistas políticos” das três vereadoras candidatas à reeleição, além de anotações de campo, como a observação das campanhas eleitorais, solenidades na Câmara Municipal, audiências públicas e reuniões com a base eleitoral.

A partir de março de 2012 dei início às primeiras incursões à Câmara de Vereadores de Fortaleza para realizar uma pesquisa histórica nos arquivos e na biblioteca da instituição. Na ocasião, também procurei fazer contato com os gabinetes das vereadoras em exercício, estabelecendo uma aproximação com as parlamentares e seus assessores, a fim de examinar o funcionamento dos gabinetes e identificar que público procura as vereadoras. Observar as conversas entre os eleitores, mapear os pedidos levados aos gabinetes pelos líderes comunitários e pelos funcionários dos comitês das candidatas também foram atitudes tomadas durante o processo.

As visitas também pretendiam estabelecer um vínculo de confiança com os funcionários, sem os quais não seria possível a realização do levantamento da produção legislativa das parlamentares, já que grande parte desta não estava disponível para consulta na forma virtual no *site* da CMF e nem na forma física. Também não foi

¹⁰ Muitas ex-vereadoras e vereadoras não possuem site oficial e, quando os têm, as informações estão desatualizadas. Dentre as três vereadoras que buscavam a recondução à Câmara, somente uma mantinha um site e perfil na rede social *Facebook* com dados biográficos, os projetos de sua autoria aprovados e os resultados da participação em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). As demais não possuem *site* e os perfis criados no *Facebook* após o início da campanha para divulgar fotos de eventos, sem a preocupação em apresentar as candidatas, as demandas atendidas pelos mandatos, ou mesmo as propostas para o mandato seguinte.

permitido o acesso aos documentos cadastrais da posse dos vereadores e as atas das comissões técnicas, mesmo com o pedido por ofício da Universidade, o que dificultou a busca e recuperação das informações que compõem a história recente da instituição.

Por outro lado, a imersão no campo proporcionou conhecer a instalações da Câmara, inteirar-me de seu funcionamento e acompanhar algumas sessões ordinárias e extraordinárias como, por exemplo, a semana em homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2012, uma audiência pública sobre a violência contra a mulher e a observação de algumas reuniões das comissões técnicas que, de acordo com o regimento interno da CMF, deveriam ser públicas, mas são privativas aos membros das comissões.

Entre os meses de março e dezembro de 2012, concentrei as idas à Câmara nas terças e quintas para tentar marcar entrevistas com as parlamentares, conversar com os assessores e assistir às sessões no plenário. A instituição funciona em dois expedientes. No entanto, os vereadores só são encontrados lá de terça-feira a quinta-feira, a partir das nove horas, ocasião em que acontecem as sessões plenárias e as reuniões das comissões técnicas. Os membros das comissões se reúnem às quartas-feiras, no final da sessão plenária.

O contato com os bastidores foi importante para observar o desempenho das vereadoras nas comissões; no plenário, discursando ou apresentando projetos; no atendimento nos gabinetes e fora deles. Isso se mostrou fundamental para compreender a dinâmica dos mandatos, como algumas demandas surgem e se transformam em processos legislativos e ter uma dimensão da tramitação e das discussões nas comissões em torno da aprovação ou arquivamento desses processos.

A pesquisa histórica envolveu alguns contratemplos. Grande parte das informações estava dispersa em várias fontes documentais, tais como os livros de atas, arquivos virtuais e matérias de jornais, o que dificultou a recuperação destes dados. Nesse sentido, procurei resgatar a cronologia da história das mulheres na CMF também por meio das entrevistas, da pequena bibliografia e dos relatos dos funcionários e assessores das vereadoras¹¹. Com base nestas informações e nas coletadas nos *sites* e em jornais de circulação local, foram levantados dados para realizar o mapeamento do perfil socioeconômico e político das parlamentares, tais como: trajetórias, mandatos,

¹¹ É necessário, portanto, fazer a ressalva de que muitas informações sobre as 11^o e 12^o legislaturas não foram encontradas e, a impossibilidade de trabalhar com a totalidade dos dados deixa margem para possíveis incongruências, que poderão ser sanadas quando a CMF disponibilizar em “nuvem” as informações sobre a produção legislativa anterior a 2003.

filiação a partidos, profissão anterior à entrada na política formal, ocupação de cargos públicos e grau de parentesco com atores políticos.

Após a elaboração preliminar do perfil das vereadoras estudadas, procedeu-se a seleção das mulheres que seriam entrevistadas de maneira que fossem contempladas trajetórias diferenciadas e pertencimento a partidos políticos diversos. Além disso, foram priorizadas entrevistas com aquelas que se dispuseram a dar seu depoimento e que estavam exercendo mandatos na ocasião da pesquisa. Já que a investigação trata de um tema que perpassa a noção de *habitus*, considerei importante trabalhar com as mulheres que estavam ainda em atividade no Parlamento. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três vereadoras (Eliana Gomes, Leda Moreira e Magaly Marques) e quatro ex-vereadoras (Déborah Soft, Luizianne Lins, Maria José de Oliveira e Rosa da Fonseca), além da utilização de duas entrevistas realizadas em investigações anteriores pela equipe de pesquisadores do Lepec¹².

Já as informações relativas às eleições foram acessadas via Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), Tribunal Superior Eleitoral do Ceará (TSE), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e Câmara Municipal de Fortaleza (CMF). Os dados coletados se concentraram no desempenho eleitoral das vereadoras e no trabalho legislativo e, se constituíram em importantes ferramentas para compreender as dinâmicas do período estudado.

1.1.1 O momento eleitoral

O “tempo da política¹³” representa do ponto de vista do candidato a suspensão do poder delegado a ele para representar um grupo, que só será restabelecido com o resultado favorável na eleição. Do ponto de vista da população, é o momento em que a política é percebida, porque altera o cotidiano da cidade e de seus moradores, invadindo os lares, por meio dos programas eleitorais gratuitos; as ruas, que são tomadas por carros de som, ativistas políticos agitando bandeiras e distribuindo material do candidato; e pela constante presença dos postulantes ao cargo político nos bairros, fazendo caminhada e reuniões com os eleitores.

¹² Ex-vereadoras Gorete Pereira e Patrícia Saboya.

¹³ O termo descrito por PALMEIRA E HEREDIA (1993 e 1995) é utilizado para designar o caráter cíclico da política do ponto de vista da população. Período em que a política e os políticos são vistos como parte da vida da população.

É nessa ocasião em que as trocas entre políticos e eleitores se intensificam para garantir apoios e, principalmente, consolidar as bases eleitorais já conquistadas e expandir a área de atuação. Nesse sentido, foi relevante para a pesquisa acompanhar as atividades de campanha das três vereadoras (Eliana Gomes – Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Leda Moreira – Partido Social Liberal - PSL e Magaly Marques - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) que concorriam à reeleição em 2012. A observação participante facilitou o entendimento do tipo de relação estabelecida entre as mulheres e suas bases eleitorais, dando um sentido maior a análise da produção legislativa das parlamentares. Além disso, possibilitou a aproximação com o cotidiano do trabalho fora da Câmara e com a percepção da visão de mundo daqueles que constituem a rede de apoio às vereadoras/candidatas (assessores, chefes de gabinete, coordenadores de campanha, ativistas políticos, funcionários dos comitês e eleitores de modo geral).

Vale ressaltar que embora o objeto de estudo não sejam as campanhas das vereadoras, o calendário eleitoral marca uma intensa relação entre as mesmas, líderes comunitários e eleitores. Logo, a observação da conquista do voto foi importante para compreender que tipo de trabalho é desenvolvido nas “comunidades”, assim como as articulações entre as parlamentares e os patrocinadores das campanhas, os candidatos a prefeito e os deputados com os quais as vereadoras firmam alianças, que podem ser melhor visualizadas no período eleitoral.

Realizar a pesquisa nesse momento, sobretudo acompanhar candidaturas que têm como característica principal a assistência, que passa por constante processo de denúncias de compra de voto e, conseqüentemente, fiscalização do TRE, não se constitui uma tarefa fácil. Uma das principais dificuldades reside na conquista da confiança dos assessores e das candidatas, condição fundamental para a realização das entrevistas e obter acesso aos bastidores dos gabinetes e “comitês” que funcionam o ano inteiro, independentemente do período eleitoral.

A lógica da ação das parlamentares no atendimento se dá em função da sua base eleitoral. O Atendimento¹⁴ é, sobretudo, atribuído a candidatos de partidos de “direita”, e frequentemente classificado como atrasado e clientelista tanto pelos estudiosos da área, quanto pelos políticos opositores e analistas. No entanto, esta relação de trocas assimétricas é realizada por vereadoras de todos os segmentos ideológicos, e é

¹⁴ Termo utilizado pelas parlamentares para designar o trabalho realizado no escritório político de acolhimento das demandas de suas bases eleitorais

orientada por valores que são partilhados e que estão de acordo com a cultura política nacional.

O campo empírico, sobretudo o político, é sempre um desafio ao pesquisador na medida em que sua opinião e valores apreendidos como cidadão inserido na sociedade pesquisada são barreiras que podem limitar a compreensão de uma nova realidade. Como não é possível separar a atividade científica do mundo dos valores, posto que até a escolha do objeto de estudo nasce das inclinações pessoais do pesquisador, é indispensável um esforço para que os resultados da investigação não sejam contaminados pela visão de mundo do pesquisador e os juízos de valor não interfiram nos argumentos científicos.

É necessário, portanto, afastar as pré-noções e fazer uma ruptura com o senso comum para estudar as práticas baseadas em princípios diferentes daqueles em que se acredita, para que dessa forma se possa compreender a complexidade da prática política, que se faz longe do plano ideal e, por isso, desafia a lógica da política institucional.

Na relação dialógica de aproximação e distanciamento com o objeto de estudo, o contato com as mulheres pesquisadas criou interferências em minhas observações. Por outro lado, foi possível notar que algumas concepções também estavam presentes do lado de lá, na visão dos grupos estudados sobre o universo acadêmico. O processo de interação vivenciado por mim em dois ambientes políticos de esferas ideológicas opostas, onde uma se mostrava bastante familiar (possuíamos visões de mundo semelhantes) e a outra não, colocavam as minhas opiniões e ações em suspeição.

De um lado havia uma associação da pesquisadora com a política de “esquerda” e, conseqüentemente, uma visão acusatória sobre o atendimento praticado pelas parlamentares, perceptíveis nas falas e nos comportamentos dos assessores e das vereadoras. Esse julgamento gerou um desconforto no grupo e postergou o estabelecimento de uma relação de confiança, que foi acontecendo aos poucos à medida que a campanha eleitoral foi se desenrolando e provocando uma série encontros e conversas após os eventos de campanha.

Por outro lado, a identificação com a candidata e a declaração do voto junto a determinado público são situações vivenciadas por mim durante a campanha de uma vereadora. Algumas vezes me envolvi em situações em que me foi solicitado pronunciamentos em eventos, pedidos de voto e cadastros dos possíveis eleitores, entre

amigos e parentes. O dilema que se impõe nessas condições é estabelecer o limite até onde o pesquisador pode chegar sem que a tomada de posição prejudique a coleta e interpretação dos dados ou afaste os informantes de outros grupos políticos.

No sentido de manter a vigilância em relação aos pré-construídos e aos métodos utilizados na investigação, os registros no diário de campo foram muito úteis para refletir sobre meus posicionamentos, emoções e dilemas com os quais me deparei por situações vividas na pesquisa de campo. Essas informações contribuíram para relativizar as narrativas das parlamentares, a interpretar os dados coletados sobre a produção legislativa e dar à investigação uma maior aproximação da realidade com o jogo que permeia a representação política. As anotações também foram importantes para relativizar os conceitos utilizados na pesquisa, sua aplicabilidade e limites e, também para atentar ao desvendamento de categorias que emergiam do campo.

1.1.2 Materiais e métodos

A partir da análise das informações coletadas e da teoria elaborada por Bourdieu (2003) sobre os tipos de capital político¹⁵, buscou-se adaptar as ferramentas teóricas ao campo empírico estudado para classificar as parlamentares de acordo com os capitais que foram predominantes para o sucesso em suas carreiras, em quatro grupos: aquelas que entraram na política via tradição familiar, seja por intermédio de maridos, pais ou irmãos; as que construíram sua carreira por meio da ocupação de cargos políticos de relevância (públicos ou eleitorais); aquelas oriundas dos movimentos sociais e as que converteram o capital de outro campo para o político.

As investigações desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais têm privilegiado o uso da teoria do campo de Bourdieu para realizar estudos sobre comportamento e trajetórias políticas. Essa perspectiva de análise é útil para desvendar como as relações de poder estão estruturadas nos diversos campos que compõem o universo social. Para subsidiar a análise das trajetórias das parlamentares, as biografias foram utilizadas por fornecerem dados objetivados sobre os indivíduos e como fontes de indicadores socialmente construídos que identificam determinadas posições que os atores ocupam na hierarquia social.

¹⁵Conceito criado pelo autor para definir o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Sobre o assunto ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Bourdieu (1996) faz uma crítica ao uso da história de vida, por esta supor um conjunto de acontecimentos da existência individual, “coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva de um projeto¹⁶”. Para o autor, a biografia é uma construção proposital, na qual a vida é organizada como uma história que possui uma ordem cronológica e também uma ordem lógica retrospectiva e prospectiva. Nessa perspectiva, a narração biográfica dos acontecimentos vividos serve para justificar as ações dos indivíduos, ou seja, os atores expõem somente o que lhes é relevante destacar. Não há uma cronologia linear dos fatos, mas um encadeamento daqueles mais significativos, a partir de um processo de seleção de eventos com um objetivo.

Por isso, o sociólogo assegura que para se trabalhar com processos sociais há de se utilizar a noção de trajetória como uma “série de posições sucessivas, ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”¹⁷. Nesse sentido, o exame das trajetórias das mulheres estudadas trouxe elementos para avaliar as estratégias e ações destes atores em diferentes situações e posições sociais: suas redes de apoiadores, as formas como estruturaram e maximizaram essas redes e suas movimentações dentro destas.

Agregada à noção de trajetória, utilizei a prosopografia para criar um quadro comparativo das dezesseis parlamentares e averiguar quais as características comuns (função, atividade profissional, posição social, etc) desse grupo de atores políticos num determinado tempo histórico, por meio do estudo coletivo de suas vidas (STONE, 1971). Essas evidências empíricas devem abranger uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais, etc. possibilitem a reconstrução das trajetórias para os fins de análise sociológica ou política, e também permitam observar o grupo em suas dinâmicas internas e externas com outros grupos e com o espaço de poder. A análise dessas informações auxiliou na compreensão do funcionamento das redes e configurações em torno desses atores políticos. (MICELI, 2001)

O exame das trajetórias das parlamentares estudadas teve a finalidade de verificar como as biografias são usadas por estas para dar sentido a entrada na política institucional e justificar seus posicionamentos no campo político. Portanto, a construção linear da história contada pelos atores sociais foi importante para a reconstrução do

¹⁶ BOURDIEU, 1996, p.75.

¹⁷ BOURDIEU, 1996, p.81.

percurso das mulheres até chegar ao cargo político e para a identificação das redes de relações de reciprocidade envolvidas nas histórias de cada uma, ao mesmo tempo em que a intenção que subjaz às narrativas destas mulheres foi relativizada.

Dentre as inúmeras variáveis através das quais é possível estudar a atuação parlamentar, a análise do trabalho político se mostrou importante pela possibilidade de evidenciar as prioridades dos mandatos, a relação dos vereadores com suas bases, as alianças e os jogos em torno da aprovação das proposições, assim como a distribuição de funções de poder entre os vereadores.

A função mais conhecida do vereador é sem dúvida representar os cidadãos na Câmara Municipal. Para além desta função última, o trabalho de um parlamentar compreende a fiscalização das contas e atos do poder executivo, a participação na elaboração do orçamento, a atuação na manutenção do equilíbrio entre os poderes (Executivo e Legislativo) e em questões ligadas à gestão municipal e, sobretudo, legislar causas de interesse local¹⁸. É por meio do conjunto dessas atribuições que as ações parlamentares podem interferir diretamente na vida do cidadão comum.

Em relação à função legislar, foi feito um levantamento de todos os projetos apresentados pelas vereadoras e transformados em lei entre os anos de 1989 e 2012. Basicamente as fontes de pesquisa foram o *site* da Câmara, os *sites* individuais das mulheres e 10 livros de leis aprovadas e 30 livros de registro das atas das sessões plenárias realizadas entre os anos de 1989 e 2003¹⁹.

O site da Câmara disponibilizava apenas informações sobre os projetos aprovados nos dois últimos mandatos. Logo, para fazer a análise da produção legislativa das parlamentares nos últimos vinte e três anos, foram necessárias várias visitas ao arquivo da Câmara para examinar os livros de atas das sessões e identificar as proposições materializadas em leis. Nesse sentido, foi feito um levantamento das questões que os vereadores apresentaram por meio da elaboração de projetos de emenda a lei orgânica do município, de lei complementar, de lei ordinária, de resoluções e de indicação.

Para compreender a capacidade de influência das vereadoras, foi avaliada a participação em comissões técnicas permanentes, com especial atenção para a ocupação de vagas entre presidente e membro, por acreditar que embora esses cargos sejam fruto

¹⁸ Os desdobramentos da função do vereador serão discutidos no terceiro capítulo.

¹⁹ Alguns livros estavam incompletos, com páginas arrancadas ou sem atas de determinados períodos. Os funcionários explicam essas faltas pelas mudanças de sede da CMF, ocasião em que alguns documentos foram perdidos, outros incinerados e alguns permanecem em depósitos amontoados sem qualquer catalogação.

de acordos políticos, também são um reflexo do acúmulo de capital neste campo. Além disso, verificou-se a ocupação de determinados cargos, que indicam o nível de capital político acumulado, que podem ter sido ocupados antes do exercício de mandatos políticos no próprio Parlamento e asseguram poder a seus ocupantes, inclusive de definição da agenda política da CMF.

Em larga medida, a ação de qualquer vereador, seja homem ou mulher, é pautada por valores e regras diferentes das práticas políticas ditas “democráticas”. O atendimento é prática comum entre os vereadores de Fortaleza²⁰ e no caso estudado, ele é realizado de diferentes maneiras por pelo menos metade das parlamentares, como será visto adiante. A assistência e o compromisso assumido em consequência dela estão presentes na relação entre parlamentares e bases eleitorais. Na verdade, essa prática desestimula qualquer ação organizada para reivindicação de demanda coletiva características da cultura cívica²¹.

O estudo do universo político que ainda é moderado pela relação dar, receber e retribuir permite compreender as tradições culturais e visões de mundo de uma grande cidade, que assim como Roseiral (KUSCHNIR, 2000) e Araruama (LOPEZ, 2004) ainda é possível observar resquícios de formas tradicionais de poder²². Essas práticas se assentam sobre a falta de percepção de parte dos cidadãos dos seus direitos e deveres. No entanto, pretende-se deixar claro que esses termos foram utilizados aqui como categorias analíticas e não como juízo de valor sobre as condutas dos parlamentares e eleitores, não possuindo dessa forma um conteúdo acusatório.

Para responder aos questionamentos levantados acima, o trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o perfil das parlamentares eleitas ao legislativo municipal para o período compreendido entre os anos de 1989 e 2012, tendo como pano de fundo a discussão sobre as formas de participação política e as diferentes justificativas para representação feminina na política institucional. Ainda neste capítulo, faço uma exposição dos outros elementos teóricos que orientaram a pesquisa. Essas categorias de análise foram definidas a partir da pesquisa bibliográfica e de campo, de forma que pudessem subsidiar o entendimento do jogo político na Câmara de Vereadores. Os conceitos de gênero, *habitus*, campo e capital político são basilares para a investigação, na medida em que servem como aporte para compreender o

²⁰ Lopes, 2005.

²¹ Sobre o conceito de cultura cívica ver ALMOND e VERBA (1963).

²² Sobre a relação política de compromissos e trocas ver LEAL (1986).

universo da política e das representações que orientaram as práticas femininas neste campo.

O capítulo seguinte traz as trajetórias políticas das parlamentares e procura identificar o capital determinante para o ingresso na política institucional, por meio de dados coletados em variadas fontes de pesquisa e pelas entrevistas semiestruturadas. Com isso, procura trazer elementos que ajudem a compreender como as mulheres construíram um capital político determinante para o sucesso eleitoral e, até onde este é capaz de influenciar no desempenho das atividades legislativas, por meio da aprovação de projetos e de ocupação de postos importantes na CMF. E, além de um capital forte, quais as condicionantes necessárias à conquista e manutenção de uma base eleitoral.

No terceiro capítulo faço uma reflexão sobre os papéis que as câmaras municipais assumiram na história do Brasil, bem como a evolução de seus poderes. Num segundo momento, apresento a Câmara Municipal, procurando problematizar o papel do vereador e as atribuições e limitações desta casa legislativa na atualidade para compreender a dinâmica do trabalho político. A partir do levantamento da produção legislativa das vereadoras, foram identificadas as áreas de atuação priorizadas pelos mandatos, bem como a existência de uma segregação vertical pela ocupação de cargos de relevância no parlamento, tais como a presença nas comissões técnicas, liderança de partido e assento na mesa diretora. O objetivo aqui é compreender que elementos interferem na atuação política das vereadoras e que mecanismos são utilizados para a conquista e manutenção de bases eleitorais

O trabalho busca apontar elementos que possam contribuir para o entendimento amplo de que as práticas políticas femininas, naturalizadas e disseminadas na sociedade, são construídas socialmente, e que o lugar da mulher no campo político é influenciado não somente pela questão dos papéis sociais destinados a homens e mulheres, mas também pelo sexismo institucional, pelo acúmulo de capital político e de capital econômico, dentre outros fatores.

2 AS MULHERES NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Este capítulo apresenta o perfil das vereadoras eleitas para o período compreendido entre os anos de 1989 e 2012 tendo como pano de fundo a discussão sobre as formas de participação política e as diferentes justificativas para representação feminina na política institucional. Para evidenciar como se dá esta participação na Câmara Municipal, além da análise das entrevistas, utilizo o método “prosopográfico” para, de maneira comparativa, traçar um perfil do conjunto das biografias, destacando pontos em comum e assinalando diferenças que são significativas para a análise.

2.1 As múltiplas formas de participação política

A baixa representatividade das mulheres na política ainda é uma das contradições do sistema democrático. Foi somente no século XX que as mulheres em grande parte do mundo conquistaram o direito ao voto. O reconhecimento dos direitos políticos da mulher no Brasil foi estabelecido pelo Código Eleitoral promulgado no governo Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 21.076/1932. Em 1934, o estado de São Paulo elegeu a médica Carlota Pereira de Queiroz (Partido Constitucionalista - PC) a primeira deputada federal constituinte do país. E em 1936, os eleitores da cidade de Fortaleza elegeram a educadora Maria de Jesus Melo (Ação Integralista Brasileira - AIB) a primeira vereadora da Câmara Municipal, com 218 votos.

Este ingresso na política foi proporcionado por múltiplos fatores. Um deles está relacionado às novas formas de organização do trabalho exigidas pelo processo de industrialização, que teve como consequência o surgimento de outros tipos de formação familiar e a necessidade de inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Essas mudanças provocaram transformações sociais, culturais e políticas. É nesse contexto que acontece a participação progressiva da mulher no cenário político no século XX.

Segundo Alves (2008), o direito ao voto conquistado em 1932 contribuiu para o avanço feminino na educação e, conseqüentemente, as mulheres brasileiras aumentaram suas taxas de participação no mercado de trabalho. No entanto, até hoje ainda persiste a segregação ocupacional e a discriminação salarial feminina, com mulheres ocupando funções de baixo prestígio e poder.

A partir da observação da contradição entre a participação da mulher na vida social (entrada no mundo de trabalho, nos movimentos sociais e nos cursos superiores), sua pequena atuação nas instâncias formais de poder e o surgimento de ações afirmativas aplicadas ao campo político, surgem inúmeras pesquisas acadêmicas sobre a atuação da mulher na política a partir da década de 1990. As investigações evidenciam uma segregação feminina dos espaços de poder e as formas encontradas por esses atores sociais para se manifestar, conquistar lugar na política institucional e influenciar a formulação de políticas públicas.

Essas formas de participação englobam um conjunto de ações nos mais diversos movimentos sociais. Para citar alguns, temos o movimento de mulheres pela moradia, pela anistia política, de combate ao racismo, de igualdade sexual, que se constituíram em vias de manifestação na luta por direitos.

No âmbito da representação política, por meio de cargos eletivos ou da participação em partidos políticos, as mulheres conquistaram posições de presidente, vice-presidente ou líder de partido. Entretanto, os números das últimas eleições demonstram a continuidade do abismo entre a ação de mulheres e homens no campo político. Nas casas legislativas, as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades de ascender aos postos de poder.

A participação política feminina no contexto estudado possui algumas especificidades, já que é influenciada por uma cultura política que passou por mudanças no sistema de governo e na economia do país, gerando transformações no comportamento do eleitorado, sobretudo a partir do processo de redemocratização. Após a queda do regime militar, em 1985, os direitos civis de liberdade de expressão, de imprensa e de organização foram restabelecidos. Ainda assim, muitos direitos indispensáveis à aquisição de uma cidadania plena continuaram inacessíveis à maioria da população. E a história da luta por esses direitos se confunde com a história da participação das mulheres na política.

Porém, antes de discutir a participação na Câmara Municipal, é necessário definir o que se entende por participação, a fim de explicar os diferentes caminhos tomados pelos atores sociais para se fazerem presentes na esfera política. Embora o sentido da participação política utilizado na pesquisa centre-se sobre a ação das mulheres no parlamento e nas eleições, esta tem uma definição mais ampla, agregando várias possibilidades de intervir na esfera pública, como a atuação das mulheres nas eleições, nos cargos do poder executivo e legislativo, nos conselhos e conferências de

políticas públicas, bem como todas as ações realizadas em função da sua auto-organização, como, por exemplo, nos movimentos sociais, no partidário, passando pela ação sindical, popular, urbana e rural.

A democracia garantiu a participação política da grande maioria de cidadãos por meio do voto. No entanto, seus mecanismos limitam a atuação dos atores políticos no jogo democrático, na medida em que torna estrutural e quase que permanente a separação entre representantes e representados. Um dos mecanismos para reforçar a separação entre estes polos distintos são os conhecimentos técnicos necessários ao exercício da política, que são monopolizados por profissionais²³.

O sistema democrático supõe a existência de cidadãos aptos a participar da vida política e nela serem capazes de representar ou serem representados. Nesse contexto, a participação e a representação exercem o papel de mediação entre sociedade e Estado.

A palavra participação é dotada de polissemia, e por se tratar de um termo utilizado no campo político, pode apresentar diferentes interpretações como, por exemplo, tomar parte em alguma atividade como protagonista ou espectador.

Para Huntington e Nelson (1976), sua definição incorpora um elemento finalista às atividades relacionadas. Segundo os autores, trata-se de uma atividade realizada por cidadãos com o objetivo de influenciar no processo decisório do Estado. Ou seja, há uma vasta gama de atividades compreendidas como participativas (presença em reuniões partidárias, associações comunitárias, mobilizações de rua), cujo objetivo seria de influenciar as decisões governamentais.

Na definição de Bobbio, a participação política também possui significados diversos, e é comumente usada para designar uma série de atividades:

O ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas [...] (BOBBIO, Norbert, p. 888).

Segundo o autor, neste conceito estão subentendidas pelo menos três formas de participação que merecem observação. O primeiro deles é a *presença* que se caracteriza pelo comportamento receptivo ou passivo, onde não há contribuição

²³Sobre as competências necessárias ao sucesso no campo político, ver Bourdieu (1989; p169).

individual como, por exemplo, na presença em reuniões e na exposição às mensagens políticas. A segunda corresponde à *ativação*, em que o indivíduo desenvolve dentro ou fora de uma organização política uma gama de atividades por iniciativa própria ou por delegação permanente. São formas de *ativação*: envolvimento em campanhas eleitorais, difundir a imprensa do partido em manifestações de protesto, dentre outras. Já a última forma, a *participação*, é caracterizada pela contribuição direta ou indireta para uma decisão política. Em grande medida, a participação se dá de forma indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do “pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade” (BOBBIO, p. 889).

Tomando como referência esta concepção, percebe-se que a associação entre participação e processos eleitorais limita a ação feminina na política formal, muito embora sua presença nos movimentos sociais aconteça de maneira maciça. Esta ainda parece ser a alternativa encontrada pela maioria das mulheres que almejam um cargo público. Ou seja, inserção pela base, por meio de embates com os poderes públicos, para melhoria das condições de vida no bairro em que moram, ou pela defesa de melhores salários e condições de trabalho para os professores, para os garis, para os agentes de saúde é que, posteriormente, ingressam na política formal.

Avelar (2001), ao analisar a atuação feminina na política, compreende que é necessária a ampliação do conceito de participação, introduzindo a categoria *política ad hoc* para explicar que “o ativismo da mulher escapa da hierarquia da política institucional, sendo maior a participação feminina em atividades de curta duração e que envolvem ação direta”²⁴.

A autora identifica dois canais de participação da mulher na vida pública. O primeiro se refere ao canal numérico de poder, que Avelar identifica como a forma mais simples de ação política, como, por exemplo, o ato de votar, a presença em comícios e até a participação em cargos públicos eletivos. O segundo canal, o corporativo, se caracteriza pelo envolvimento das mulheres em organizações voluntárias, associações e sindicatos. De acordo com a autora, é no envolvimento com estas organizações que as mulheres adquirem consciência de classe, força corporativa e apreendem um saber necessário ao ingresso no campo político.

²⁴ AVELAR, Lúcia. A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para pesquisa. *XI Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de São Pedro/SP, 1987.

As várias maneiras de ingressar da política também oportuniza refletir sobre as múltiplas formas de acesso de diversos grupos sociais aos espaços de participação e representação, inclusive, aventando que caminhos são mais favoráveis ao acesso à política institucional pelo grupo aqui estudado.

Lançando o olhar sobre a atuação política feminina nos diferentes espaços da sociedade brasileira nas últimas décadas, é possível observar que se trata de uma conquista recente. A presença da mulher na política institucional ainda é muito restrita se comparada à masculina. As mudanças ocorridas, sobretudo, na década de 1970 com a forte atuação do movimento feminista, questionando a sociedade androcêntrica²⁵, e abrindo o debate sobre as desigualdades sociais e a discussão sobre os papéis sociais de homens e mulheres, possibilitou esta nova abordagem sobre o conceito de participação.

A discussão sobre a ausência feminina na política somente entrou efetivamente na pauta das políticas públicas na década de 1990. Após intensos debates dos movimentos de reivindicação política no Ano Internacional da Mulher (1975) e na Conferência Internacional da Mulher (1995), pressionados pelos movimentos feministas, deputados e senadores aprovaram no Congresso Nacional a adoção da lei de cotas.

Até 1995 o quadro de exclusão das mulheres dos espaços de poder era ainda mais grave. Segundo dados divulgados nesta Conferência Internacional da Mulher, apenas 15 países apresentavam participação feminina nas Câmaras Baixas (ou Câmara dos Deputados) superior a 30%. O Brasil achava-se no grupo de 70 países com pior desempenho, inferior a 10%. No âmbito legislativo estadual e municipal, o percentual de mulheres girava em torno de 12% e no executivo o índice era bem inferior. A partir daí, dezenas de países passaram a adotar o sistema de cotas.

No Brasil, a partir de 1996, a política de cotas foi implementada para reduzir a sub-representação das mulheres nas Câmaras municipais, que é muitas vezes a porta de entrada para as mulheres na política institucional. A política de cotas é uma ação afirmativa que visa corrigir de forma processual a histórica exclusão das mulheres dos espaços políticos.

A legislação em vigor (lei 9.504/97), uma iniciativa suprapartidária da “bancada feminina” no Congresso Nacional, ampliou a cota mínima de 30% para cada

²⁵ Adota como tendência quase universal do discurso masculino, construído no plano simbólico, que busca tornar naturais as desigualdades sociais de gênero, legitimando as divisões sexual e social do trabalho, diferentes comportamentos sexuais e reprodutivos, bem como uma menor inserção social, cultural e política das mulheres na sociedade.

sexo. E depois de algumas modificações foi cobrada com rigor pelo TSE a aplicabilidade da lei em 2010. Na eleição para os cargos legislativos (câmara federal, assembleias estaduais e câmaras municipais) ficou estabelecida a cota mínima de 30% para qualquer sexo.

De modo geral, as cotas não beneficiaram as mulheres estudadas nesta pesquisa, já que é possível visualizar as trajetórias das vereadoras ligadas a grupos políticos e famílias que dominam a Câmara Municipal há mais de três décadas, aquelas que chegam à CMF por meio do trabalho desenvolvido em cargos e funções públicas e aquelas que vieram dos movimentos sociais de base, e que já estavam a um longo período na política antes da vereança.

O legislativo municipal ainda tem se mostrado a principal forma de acesso das mulheres à política institucional²⁶, já que é o primeiro degrau na escala de ambição da maioria dos atores políticos interessados em ascender na carreira e galgar posições de poder (JACOBSON, 1980). Em Fortaleza, a inserção feminina na política formal não foge a essa constatação. Embora o número de postulantes ao legislativo ainda seja muito pequeno, como se verá a seguir, a entrada das vereadoras estudadas na política se deu via legislativo municipal²⁷.

2.2 Diferentes formas de representação

Atualmente, é possível dizer que a ausência de representantes de segmentos sociais historicamente excluídos como as mulheres, por exemplo, significa que eles estão sem representação parlamentar? O Parlamento deve ser o retrato da sociedade para ser considerado legítimo?

A representação política se torna cada vez mais complexa, na medida em que a prática não se ajusta aos modelos ideais aplicados. Para construir um conceito mínimo do que seja representação política, Hanna Pitkin (1967) elabora uma tipologia, na qual destaco aqui dois tipos de correntes de pensamento: a *representação formalista ou de interesses* e a *representação descritiva*. A *representação formalista ou de interesses* é centrada no processo de autorização e *accountability*²⁸. Trata-se de uma relação fiduciária entre representantes e constituintes. É o modelo que tem como

²⁶ Sobre a competição para o legislativo ver BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

²⁷ Leda Moreira exerceu inicialmente o cargo de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Ceará.

²⁸ Obrigação do mandatário investido em cargo político de prestar contas de suas ações aos representados.

pressuposto a ampla possibilidade de competição política e a existência de eleitores capazes de identificar seus interesses, de escolher seus representantes e de supervisionar suas ações. Nesse caso é levada em conta a relação entre representante e representado; a autorização que um dá para que o outro aja em seu lugar, ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos. Neste caso, predomina a capacidade do representante de defender os interesses de seus representados.

Na *representação descritiva*, o Parlamento deve ser como um microcosmo que represente a sociedade, reproduzindo-a em suas características principais, ou seja, o conjunto de representantes deve espelhar o corpo dos representados. Nesta perspectiva, mais importante do que a atuação dos parlamentares é a noção de quem são eles e qual grupos representam. Dessa forma, os grupos sociais excluídos procuram eleger representantes que defendam seus interesses.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Miguel (2001) discute as diferenças entre duas vertentes teóricas que debatem sobre a defesa da representação feminina a partir da perspectiva da *política de presença* e da *política de ideias*. Essas explicações e estratégias para justificar a representação feminina geraram uma infundável contenda sobre quem deve representar os interesses das mulheres. Para alguns teóricos, seria necessário encontrar um argumento em que as diferenças entre homens e mulheres sustentasse a medida de inclusão pelas cotas. Surge daí o movimento de valorização das diferenças.

Miguel busca evidenciar três linhas de raciocínio que são utilizadas para a defesa da paridade²⁹: a afirmação de uma *diferença moral* entre homens e mulheres, de uma *diferença de interesses* e de uma *diferença estrutural*. A primeira corrente vai postular a singularidade do julgamento moral feminino, que corresponde à defesa de uma atuação diferenciada, em que as mulheres são dotadas de uma sensibilidade moral que mudaria a política. De certo, existe uma percepção generalizada na sociedade de que as mulheres são dotadas de um conjunto de atributos que Miguel e Grossi agruparam na categoria sensibilidade³⁰. Nessa perspectiva a justificativa dessa atuação está ligada às qualidades inatas do sexo feminino (a ética, a solidariedade e a justiça) que a tornaria mais sensível e voltada à defesa de uma sociedade mais justa, praticando uma política mais humana, diferentemente do sexo masculino. Essa linha de raciocínio possui dois argumentos para explicar essa suposta sensibilidade moral: o primeiro, é que

²⁹ MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

³⁰ GROSSI e MIGUEL, 2001.

ela seria natural, devido ao exercício da maternidade, e a segunda, de que essa característica nasceria com a construção social da mulher, a partir do cuidado com os outros, inseridas em profissões como médicas, enfermeiras, professoras etc.

Os mesmos argumentos são encontrados muito facilmente no discurso das mulheres quando questionadas sobre o papel feminino na política. Parece haver um consenso entre as vereadoras entrevistadas de que a mulher leva a sensibilidade à política. Há o entendimento de que existem características próprias ao sexo feminino que diferenciam homens e mulheres no processo de representação, repercutindo inclusive no trabalho político.

Percebe-se que há uma justaposição dos papéis sociais para a representação política das funções que devem ser desempenhadas por homens e mulheres e que, conseqüentemente, orienta a ação parlamentar no sentido de uma repartição por áreas de interesse. Seria esse um discurso político ou essa visão de fato interfere no trabalho? Essa divisão de tarefas ou áreas de atuação tem relação com as representações sobre os papéis sociais ou guarda uma relação com as bases eleitorais e as bandeiras de luta das parlamentares? Essas hipóteses serão testadas no trabalho.

Essa forma de fazer política foi denominada de *política de desvelo*. A argumentação de teóricas feministas como Carol Gilligan e Nancy Chodorow, criadoras do *pensamento maternal*, é de que as “mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a valer pelos mais indefesos”. Dessa forma, a presença feminina no poder traria “o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é vista como inteiramente masculina [...] (haveria) uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína da paz” (MIGUEL, 2001, p.259). Os defensores dessa corrente acreditam que a participação feminina vai superar a “política de interesses”, tipicamente masculina.

Ainda de acordo com Miguel (2001) primeira crítica que se faz a essa vertente teórica é a defesa de posicionamentos que acabam por reificar papéis de gênero e legitimar a naturalização das diferenças. A segunda diz respeito à impossibilidade dessa corrente de vislumbrar que as experiências com mulheres no poder não necessariamente apontam para o alinhamento na defesa de temas da *política do desvelo*, e que mulheres e homens podem exercer o poder da mesma forma. Já a terceira procura explicar a concentração feminina nas políticas sociais não como uma sensibilidade para o social, mas se tratar de compromissos assumidos com os grupos de referência que as

elegeram, ou ainda, pode ser o reflexo da distribuição desigual de capital político, tornando esse o único nicho de atuação feminina.

A segunda linha de raciocínio diz respeito à diferença de interesses entre homens e mulheres na vida política. Nessa perspectiva, a presença feminina estaria justificada, não porque ela representa uma política do cuidado, mas porque a mulher possui interesses próprios, embora ligados a questões de gênero, e que precisam ser colocados em pauta. Entretanto, há nessa perspectiva um viés essencializador, tanto por partir do pressuposto de que, pelo fato de ser mulher, ela estará comprometida com as questões femininas, como por também supor que todas as mulheres são dotadas dos mesmos interesses, ignorando as outras dimensões que compõem o sujeito mulher como a posição social, a idade, a religião etc.

Anne Philips (2001) destaca que deve haver algo que transcenda o sexo do parlamentar no processo de representação, o que ela chama de consciência. Ou seja, o compromisso com determinadas causas está relacionado à consciência feminista dos indivíduos, que pode estar presente tanto nos homens quanto nas mulheres. A simples presença da mulher na arena política não é suficiente, pois é preciso estar comprometida com as causas feministas.

Esse posicionamento leva a um intenso debate entre a *política de presença* e a *política de ideias*. A primeira se baseia na ideia de que pessoas de grupos diferentes possuem vivências diferentes, portanto, a importância de quem as representa politicamente é fundamental. Em outras palavras, as melhores representantes da população feminina são as mulheres, por viverem experiências comuns. A crítica a essa concepção está na discussão sobre as múltiplas identidades femininas. O argumento da presença põe em discussão o sistema democrático representativo e os novos mecanismos de inclusão da representação das identidades plurais que compõem a sociedade. O problema que ora se apresenta é como conceber um sistema de representação que leve em conta uma diversidade de gênero, classe, etnia, orientação sexual etc.

Já na *política de ideias* se leva em conta o que é representado. O que interessa é que as necessidades das mulheres sejam contempladas na agenda pública, não importando se foi um homem ou uma mulher que as colocou em pauta. O argumento aqui vai de encontro àquele que determina que, só com a vivência, é possível estar apto para defender determinadas questões. Contudo, é necessário observar que essas duas vertentes de pensamento (ideias e presença) não são absolutamente opostas,

já que podem ser encaradas como medidas complementares para aperfeiçoar a representação política.

O último aspecto apontado por Miguel para justificar a atuação diferenciada de homens e mulheres é a diferença estrutural, que está ligada às posições que cada um dos sexos ocupa na sociedade. Trata-se da consequência de uma divisão sexual do trabalho, em que à mulher é destinado o cuidado com as crianças e com os idosos, o espaço privado, reprodutivo. E quando ela chega aos postos de tomada de decisão, quase que instintivamente se encaminhará para postos e demandas relacionadas a este universo. Nesse sentido, o que está em jogo é superar os limites impostos pelas desigualdades estruturais, para possibilitar aos grupos sociais, em diferentes proporções, a capacidade de intervir no campo político.

Para o autor, o acesso da mulher às esferas de deliberação é importante, “não porque compartilham das mesmas opiniões ou interesses, mas porque partem de uma mesma perspectiva social (...) trata-se de um ponto de partida e não de chegada³¹”. De fato, essa diferença na perspectiva de vida, ponto de partida, não pode ser vista como algo natural à sociedade, como ponto de chegada. Dessa forma, constata-se que os gostos e interesses de homens e mulheres são distintos, não porque a diferença sexual produza uma moral diferenciada, mas porque a organização social impõe experiências diversas para os sexos.

Estas construções sociais dos papéis do feminino e do masculino perpassam o corpo social e estão no plano do simbólico. São sutis e, por isso, de difícil percepção. A própria mulher faz a associação entre ser mulher e ter sensibilidade, ter o poder de conciliação. Muitas vezes utilizam a maternidade para explicar esses atributos, corroborando com a dominação masculina, onde “o dominado tende a adotar sobre si mesmo, o ponto de vista dominante³²”.

De fato, a socialização é fundamental para compreender porque as mulheres entram no campo político ocupando uma posição de subalternidade. Na análise de Miguel, há uma “desigualdade estrutural” que coloca mulheres e homens em posições e capacidades diferentes de intervir no campo político. E é nesse sentido que a pesquisa se apropria desses conceitos para discutir em que medida os mecanismos de socialização de gênero (*habitus*) provocam uma conformação das práticas políticas femininas.

³¹ MIGUEL, 2011, p. 265.

³² BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Gênero é um conceito político nascido no movimento de mulheres, localizado principalmente nos países ocidentais na segunda metade do século XX. Este termo foi utilizado na luta contra a desigualdade entre os sexos, a fim de demonstrar à sociedade que as diferenças físicas entre os sexos (determinismo biológico) não geram a desigualdade, ao contrário, são utilizadas para naturalizá-las³³ e reafirmar a suposta superioridade masculina sobre a feminina. Esta diferenciação de gênero atribui às mulheres características que não encontram apoio no campo científico, no entanto, legitimam as relações sociais em todas as esferas da sociedade e, com isso, as relações de poder.

Quando Scott (1995) afirma que gênero é uma construção cultural dos papéis adequados a homens e mulheres, a autora rejeita o determinismo biológico e reafirma o caráter relacional das definições de feminino e masculino e, ao mesmo tempo, assevera que o gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é a forma primária de dar significado às relações de poder”³⁴. Esta definição estabelece uma relação causal entre gênero e poder, em que não se pode pensar em um sem levar em conta o outro.

Pode-se dizer que o desempenho dos papéis sociais estabelecidos previamente entre os sexos se dá por meio do comportamento, incluindo-se aí tanto as práticas quanto representações. Assim, homens e mulheres constroem um *habitus* diferenciado por meio da interação social e que se encarnou no corpo como sistema de disposições duráveis, ou seja, capacidades treinadas para pensar, sentir e agir de determinado modo. Dessa forma, as diferenças sexuais são ensinadas por meio da interação social e da educação e são reproduzidas como verdades definitivas, como algo tão natural que sequer é questionado, como, por exemplo, os lugares que os sexos ocupam no campo político.

Para algumas vereadoras, sobretudo aquelas ligadas aos partidos de “esquerda”, há o entendimento de que os lugares ocupados pelos sexos são socialmente construídos, por isso a presença feminina na política ainda é pequena, porque as mulheres ficaram muito tempo restritas à esfera privada, conforme pode ser observado nos depoimentos:

³³ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 20, n.2, jul./dez. 1995.

³⁴ Ibid, p. 86.

A participação da mulher não é uma coisa fácil porque é tanta adversidade que as mulheres vivem que, eu acho que muitas optam por não viver essa dificuldade também. Não é só porque as mulheres têm medo ou porque.... Primeiro assim tem o problema social que diz: política não é coisa de mulher. A gente cresce ouvindo muitas vezes isso. Agora isso ai pode mudar, mas muda lentamente. Você tem um processo historicamente construído de desigualdade em que ele estabelece que é para a mulher o papel da esfera privada. Por que quando você adentra na esfera pública, ser mulher, isso você vem com todas as consequências, desde da sociedade patriarcal que você sofre isso assim de forma muito concreta, até os preconceitos que eles não verbalizados³⁵

Nós não queremos ser igual ao homem, nós queremos ser respeitadas, isso é que nós queremos; nós queremos que eles nos vejam com respeito e não meramente só como um produto. Isso faz a diferença. Aqui o embate é político, é o embate de espaço, é uma briga pelo espaço do poder para dividir esse espaço com os homens³⁶.

A avaliação das vereadoras corrobora com a ideia de que o campo político é um espaço de disputas pelo poder, em que seus membros, mulheres e homens, encontram-se dispostos em posições desiguais porque possuem um acúmulo de capital dessemelhante, proporcionados pela entrada tardia da mulher na política, pela socialização diferenciada e por traços culturais que impõem à mulher uma posição e função social inferior ao homem.

O repertório teórico elaborado por Bourdieu para explicar como as relações sociais estão postas, permite visualizar como os conceitos de gênero e *habitus* são relacionais na medida em que um acaba sendo responsável pela reprodução do outro. No processo de socialização, o *habitus* reproduz e reforça os papéis e comportamentos de gênero, contribuindo para a sua naturalização. Por outro lado, esses comportamentos afetam as escolhas que serão feitas ao longo da vida nas mais diversas áreas, da profissional a pessoal.

A incorporação do *habitus* se dá em relação a um campo específico e cada campo é estruturado por um *habitus*. O campo corresponde a uma estrutura de relações objetivas, um espaço de trocas em que, partindo da análise das suas propriedades, é possível entender seu funcionamento, ou seja, é preciso compreender o sistema de coordenadas para orientar as ações em cada campo. Para Miguel (2011), um campo é “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participa. Esses agentes, por sua

³⁵ Entrevista realizada pela autora em 10/07/2013.

³⁶ Entrevista realizada pela autora em 17/04/2012.

vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural” em suas práticas”³⁷.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, na relação entre campo e *habitus*, os agentes não agem de maneira a premeditar ações futuras, mas decidem em função de uma ação quase presente. As estratégias de ação não são planejadas friamente como tática para se atingir objetivos, elas são guiadas a partir de um *habitus* que está no princípio da conexão entre essas ações.

Aplicando esta teoria à política, pode-se inferir que o *habitus* político está inserido no campo político³⁸, um campo de poder que, por sua vez, está contido no mundo social mais amplo. Os agentes deste campo específico estão dotados do mesmo *habitus* e necessitam do domínio das regras do jogo para buscar aquilo que os posiciona numa relação de dominantes ou dominados no campo político.

Na teoria da ação todo campo vive um conflito entre os agentes dominantes, que têm por objetivo reproduzir esse sistema de dominação, e os dominados, que lutam para subverter as posições no campo. Assim, a atuação de homens e mulheres no campo da política institucional é conduzida entre outros fatores, pela preocupação masculina em se manter na posição dominante, e pela feminina em subverter a sua relação de dominada. A ocupação da posição dominante requer o acúmulo deste capital que possui propriedades específicas nesse campo. Por isso, a análise do capital político é importante para compreender o status de homens e mulheres na política.

No universo da existência cotidiana há espaços demarcados para ação dos atores sociais. As maneiras de agir, de falar, de se vestir e os gostos são formas de diferenciação social, estão na base do estilo de vida, como um conjunto de preferências distintas que possuem a mesma intenção na lógica dos vários espaços simbólicos que compõem o campo social (BOURDIEU, 1996). Estas características transformam práticas em expressões simbólicas de posição de classe, nesse caso uma classe política que detém um estilo de vida próprio e tipo de saber necessário à existência nesse espaço.

O domínio do campo político no Brasil foi eminentemente masculino até a metade do século XX, e ainda se encontra dominado pelos políticos tradicionais,

³⁷ MIGUEL, 2011.

³⁸ “O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores devem escolher” (MIGUEL, 2001b, p.6).

homens adultos, de meia-idade, brancos e proprietários (PINTO; 1998). O espaço reservado à mulher permanece restrito. Contudo, esse quadro vem mudando lentamente.

De maneira geral, homens e mulheres se encontram em arenas opostas no campo político e possuem gostos distintos em função de diversas influências. Portanto, é possível supor que o acúmulo do capital político desses grupos também seja diferenciado não somente pela influência de *habitus* específicos, construídos com base nas características de cada um desses grupos e orientados por um *habitus* mais geral, mas também pela posse de outros tipos de capitais que influenciam no acúmulo de capital político como, por exemplo, o capital cultural e o econômico.

Bourdieu (1996) constata que nem todas as diferenças de oportunidade de acesso a bens e serviços podem ser relacionadas ao capital cultural, baseado no mérito. Nesse sentido, o autor levanta a hipótese de que existe outro princípio de diferenciação, ou seja, outro tipo de capital que está na base das diferenças verificadas relacionadas ao consumo e ao estilo de vida que é o capital político. Segundo o autor, esse capital se adquire nos aparelhos sindicais e nos partidos, “transmite-se através de redes de relações familiares que leva à constituição de verdadeiras dinastias políticas”³⁹.

Na Câmara de Vereadores de Fortaleza é possível visualizar capitais políticos de diferentes origens e proporções, que permitiram a poucas mulheres exercer poder em momentos pontuais. Logo, a CMF como a grande maioria das casas legislativas desse país, é dominada por homens.

2.3 A representação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza

Na política brasileira há de fato um desequilíbrio entre o quantitativo de mulheres e a representação feminina, na medida em que estas correspondem a mais de 50% da população brasileira e a proporção de eleitas ao longo dos anos tem se mantido sempre bastante baixa. Desde a primeira eleição direta, passando pela implantação e regulamentação da política de cotas, não há, nos âmbitos nacional e local, um crescimento contínuo da participação das mulheres na política como se esperava.

Em Fortaleza, excetuando-se a última eleição, cujo resultado ainda não pode ser explicado como o reflexo da obrigatoriedade das cotas por gênero, nem tão pouco pelo aumento do número de assentos na CMF, as mulheres nunca ultrapassaram 12% do total de vereadores eleitos. Na tabela 1 pode-se verificar uma inconstância na

³⁹BOURDIEU, 1996, p.30.

quantidade de candidatas eleitas desde o primeiro pleito em que as mulheres tiveram direito à candidatura em 1936. E algumas legislaturas são marcadas pela ausência de mulheres na Câmara de Vereadores.

TABELA 1 - Percentual de vereadores eleitos na Câmara Municipal de Fortaleza de 1936 até 2012

ELEIÇÕES	SEXO				TOTAL DE VEREADORES
	HOMENS		MULHERES		
	N	%	N	%	N
1936	20	95,23	1	4,77	21
1947	21	100	-	-	21
1950	20	95,23	1	4,77	21
1954	21	100	-	-	21
1958	23	95,83	1	4,17	24
1962	30	96,78	1	3,22	31
1966	34	94,44	2	5,56	36
1970	22	100	-	-	22
1972	19	90,48	2	9,52	21
1976	19	90,48	2	9,52	21
1982	29	87,88	4	12,12	33
1988	38	92,68	3	7,32	41
1992	36	87,80	5	12,20	41
1996	38	90,24	4	9,75	41
2000	37	90,24	4	9,75	41
2004	36	87,80	5	12,20	41
2008	37	90,24	4	9,75	41
2012	36	83,7%	7	16,3%	43

Fontes – Instituto de Pesquisa Américo Barreira (IPAB) e TRE-CE. Acesso 16/10/2012

Os dados confirmam a baixa representatividade das mulheres na CMF. Foram poucas as eleitas para o legislativo municipal desde a década de 1930. Em toda a história da Câmara de Vereadores, o número de mulheres nunca havia ultrapassado 12%. No pleito de 2012 foram eleitas sete mulheres contra 36 homens, representando um aumento no percentual de 12% para 16% do número de mulheres na Câmara. Apesar de os números não serem tão significativos, Fortaleza ainda elege mulheres acima da média nacional (12,9%).

A Constituição de 1934 instaurou no país uma nova ordem jurídica-política consagrando o regime democrático caracterizado pela garantia do voto direto e secreto, da pluralidade sindical, da alternância no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos. Esse momento foi particularmente importante para as mulheres já que pela primeira vez tornaram-se eleitoras e elegíveis, embora facultativamente. Em 1936, acontecem as eleições ao Governo Estadual e Municipal. Fortaleza elege sua primeira vereadora, a educadora Maria de Jesus Melo (AIB). No entanto, ela não chega a tomar posse devido ao golpe de Getúlio Vargas. No entanto, a primeira experiência

feminina na política institucional foi em 1928, o estado do Rio Grande do Norte elege Alzira Soriano a primeira prefeita da cidade de Lajes e a primeira mulher a ocupar cargo político no Brasil e na América do Sul.

Após o fim do Estado Novo, em 1947 aconteceram duas eleições. A primeira, em Janeiro, para deputados estaduais, senador e governador e a segunda, em Dezembro, para prefeitos e vereadores, porém nenhuma mulher se elegeu ao legislativo municipal em Fortaleza Maria Eulália Odorico de Moraes (Partido da República - PR) tem a candidatura exitosa nas eleições de 1950. No pleito seguinte, consegue a reeleição pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1958, Maria Myrtes Lopes Campos (Partido Libertador - PL) é eleita para o primeiro mandato. Na eleição posterior (1962) cumpre o segundo mandato.

No ano de 1964, o Golpe Militar instaurou uma nova ditadura no país que suprimiu as liberdades individuais, os direitos políticos e cassou o mandato de parlamentares. Em 1965 os partidos são extintos e se instauram eleições indiretas para o executivo federal, estadual e municipal (nas capitais) e é implementado o bipartidarismo, composto pelos partidos de situação e oposição, Aliança Nacional Libertadora (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), respectivamente. Esse sistema correspondia a instrumento de dominação para concentrar o controle político pelo Executivo.

Nesse contexto, duas mulheres são eleitas no ano de 1966, Francisca Ivone Pereira Melo⁴⁰ (ARENA), para o primeiro mandato e Maria Mirtes Lopes Campos (ARENA) para o terceiro mandato. Em 1972, Francisca Ivone Pereira Melo (ARENA) é reconduzida à Câmara e Maria José Albuquerque de Oliveira⁴¹ (ARENA) se elege pela

⁴⁰ Terceira vereadora com o maior número de mandatos na história da CMF. Foram quatro delegações conquistadas pelo mesmo partido (ARENA/PDS). A ex-vereadora ingressa na Câmara Municipal em 1966 e elege-se pela última vez para a legislatura (1983/1988). Mulher do ex-vereador José Carvalho Melo (legislatura 1963-1966) e ex-presidente da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, Ivone seguiu os passos do marido. De 1965 a 1966 foi secretária da presidência da Fundação e, posteriormente, candidata-se ao legislativo para garantir a vaga da família na CMF, já que José Carvalho havia sido acusado de mau uso dos recursos da referida Fundação que presidiu. Sua carreira política foi centrada principalmente no atendimento às comunidades do Jardim Iracema e Autran Nunes e, no prestígio do marido e em seu trabalho à frente de um órgão da Prefeitura responsável pela distribuição de benefícios e bens às comunidades carentes, tais como televisores comunitários e máquinas de costura. Seu sucesso nas urnas estava restrito ao acesso às verbas públicas da Fundação, aos equipamentos (postos de saúde, chafarizes) e serviços (calçamento e asfalto) fornecidos pela Prefeitura e a lealdade de uma base eleitoral restrito, que não se ampliou, provocando sucessivas derrotas. Após ser consecutivamente a sétima (1976) e a quinta (1982) vereadora mais votada, fica na quarta suplência em 1988 com 1.686 votos. Em 1992 e 1996 suas tentativas de eleição são frustradas e em 2000 sai da vida pública.

⁴¹ A trajetória política desta vereadora será discutida posteriormente.

primeira vez, no lugar de seu marido José Batista de Oliveira Filho, agora deputado estadual. Em 1976, estas mulheres são reconduzidas ao cargo.

Até 1973 nenhuma mulher havia ocupado os cargos da Mesa Diretora, considerados os mais influentes da CMF. Maria José de Oliveira, no primeiro mandato, assume a primeira secretaria (1973/1974). Em 1977, Ivone Melo, no terceiro mandato, tornou-se a primeira mulher a assumir a vice-presidência por dois interstícios (1977/1978 e 1978/1979). Nesse mesmo período Maria José de Oliveira ocupou a função de segunda secretaria da Mesa Diretora.

Com a extinção do bipartidarismo no final de 1979, é instituído o pluripartidarismo. As mudanças ocorridas na legislação eleitoral nesse período já organizavam o cenário para as eleições de 1982, que aconteceriam num processo inicial de abertura política. A partir desse pleito o número de assentos femininos na CMF duplica. Quatro mulheres são eleitas vereadoras: Francisca Ivone Pereira Melo (PDS), Maria José Albuquerque de Oliveira (Partido Democrático Social - PDS), Íria de Almeida Férrer⁴² (PMDB) e Nildes Alencar Lima⁴³ (PMDB). Em razão das mudanças na legislação, os vereadores eleitos em 1982 tiveram os mandatos prorrogados até 1988, pois as próximas eleições seriam exclusivamente para o executivo municipal.

A primeira eleição na Capital após a reconquista do direito integral dos cidadãos de escolher seus prefeitos foi marcada pela competitividade. Em 1985, contrariando todas as expectativas, Maria Luísa Fontenele, candidata da frente progressista liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), surge como um fenômeno eleitoral e vence o favoritismo de Lúcio Alcântara (Partido da Frente Liberal - PFL) e Paes de Andrade (PMDB), consagrando-se como a primeira prefeita de uma capital brasileira. Sua vitória se deu com votação superior aos adversários em todas as zonas eleitorais e nos bairros mais ricos. A candidata recebeu amplo apoio de diferentes setores da sociedade, ligados aos movimentos sociais (luta pela Anistia, movimento comunitário, sindical etc), intelectuais e artistas.

⁴² A vereadora não tinha parentes políticos. Era professora normalista e comerciante do ramo do artesanato, possuía uma fábrica de louças no bairro Parangaba e se lança na política em 1976, assumindo a suplência em 1978. Na legislatura seguinte, a vereadora foi segunda secretária da Mesa Diretora envolvida em escândalos de corrupção e sofreu intervenção do governo do Estado. Após esse episódio, a parlamentar não se candidata a reeleição.

⁴³ Pedagoga e fundadora das escolas Instituto Educacional João XXIII e Instituto Alencar, Nildes Alencar constrói uma carreira profissional por meio da educação, ocupando funções de relevância no município como a diretoria da divisão de ensino fundamental e assessora de educação da Fundação educacional de Fortaleza (FUNEFOR). Ingressa na política na década de 1960, como militante estudantil da Juventude Estudantil Católica (JEC). Engaja-se no movimento feminino pela anistia no Ceará após ter o irmão, Frei Tito Alencar, preso e exilado político. Era casada com o ex-vereador Bianou de Andrade e o substitui na CMF, após a eleição deste para deputado estadual em 1978.

O Governo Maria Luiza passou por inúmeras dificuldades, desde a demissão em massa de milhares de funcionários, a fim de moralizar os gastos públicos e diminuir o déficit nas contas do município, passando por problemas estruturais como a coleta de lixo e pavimentação de ruas, até as derrotas de projetos para votação na CMF, que não passou por uma renovação dos parlamentares, causando um estremecimento nas relações entre Executivo e Legislativo, por conta principalmente dos atrasos nos repasses dos recursos para a manutenção do legislativo.

Por outro lado, os vereadores já não tinham acesso facilitado aos serviços (calçamento, asfalto, chafariz, tapa buracos etc) que garantiam a manutenção de suas bases eleitorais. Para Lopes (2005), é assim que os vereadores de bairro perdem parte de seu poder, porque ficam impossibilitados de atender as demandas individuais e coletivas das comunidades que atendem.

A ampliação da ação dos poderes públicos, com a definição de regras para concessão e acesso de benefícios como, por exemplo, os programas federais do Leite e dos mutirões habitacionais tiveram como consequência a dificuldade da manutenção de estruturas locais de assistência por parte dos "vereadores tradicionais"⁴⁴. O sistema criado pelo Governo Federal de transferência da responsabilidade de intermediar as ações públicas para as associações comunitárias retirou o poder de barganha que o líder político local mantinha com sua base eleitoral (LOPES, 2005). Entra em jogo um novo ator social, o líder comunitário, que vai intermediar a relação do vereador com sua base.

Em 1987, acontece a intervenção da Mesa Diretora pelo Governo do Estado devido à desaprovação das contas da CMF, que nesse momento caía em descrédito devido a inúmeras denúncias de corrupção. Esses fatores associados provocaram a renovação de 70% dos membros do legislativo municipal em 1988. Nesta eleição, novamente três candidatas são eleitas: Maria José Albuquerque de Oliveira (PDS), Maria Gorete Pereira (PFL) e Maria Zélia Correia de Sousa (PDS). Já Ivone Melo fica na quarta suplência pelo (PTB).

A década de 1980 é marcada pela efervescência dos movimentos sociais, por reivindicações pelo retorno da democracia, por melhores salários e condições de vida nas cidades frente à crise econômica pela qual passava o país. É nesse contexto que novos atores políticos emergem dos movimentos sociais, oriundos de associações comunitárias e sindicais e concorrem à vereança, porém poucos logram êxito. Entre as

⁴⁴-Esse termo é utilizado aqui para definir um tipo de ação de um chefe político que controla uma base eleitoral definida

mulheres, somente Zélia Correia (PDS) consegue se eleger. É também nesse período que começa a surgir no cenário local mulheres e homens que se destacaram pela atuação profissional e se lançaram candidatos ao legislativo municipal. Gorete Pereira (PFL) é um exemplo de profissional da área de saúde que obteve sucesso eleitoral. No entanto, a presença de candidatas com esse perfil só se torna mais comum no campo político na década de 1990.

As mudanças sociais daquela década trouxeram novos atores à cena política, provocando uma renovação das práticas políticas e dos membros do poder Executivo. No entanto, segundo Lopes (2005), quando se observa a composição dos órgãos legislativos, não se tem a mesma percepção. As alterações na CMF acontecem mais lentamente.

A partir de 1988, um novo grupo político assume a Prefeitura de Fortaleza, a coligação PMDB-PMB (Partido Municipalista Brasileiro) elege Ciro Gomes e Juraci Magalhães, respectivamente, prefeito e vice-prefeito. Originários do mesmo espectro partidário que levou Tasso Jereissati ao governo do Estado em 1987. Juraci Magalhães se torna prefeito em 1990, quando Ciro Gomes renunciou à prefeitura para se candidatar ao governo do Estado do Ceará. As sucessivas vitórias do grupo de Tasso Jereissati tornaram o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) a agremiação mais influente do Estado nos anos 1990. Esta década foi pouco competitiva no cenário estadual e local. Juraci Magalhães permanece no PMDB e seu grupo assume o controle da Prefeitura de Fortaleza nas eleições de 1992, 1996 e 2000.

No pleito de 1992, as três vereadoras da legislatura anterior são reeleitas, juntamente com mais duas mulheres que ingressam na política institucional: Maria Magaly Marques Dantas (PDS) e Rosa Maria Ferreira da Fonseca⁴⁵ (Partido Socialista Brasileiro - PSB). Em 1996, a representação feminina cai para quatro vereadoras: Maria José Albuquerque Oliveira (terceiro mandato), Maria Magaly Marques Dantas se reelege para o segundo, Luizianne de Oliveira Lins torna-se a primeira (e única até o momento) vereadora eleita pelo PT e Patrícia Saboya Ferreira Gomes é a primeira vereadora eleita pelo PSDB na história da Câmara.

A partir dos anos 1990, muda o padrão de representação política municipal no legislativo, segundo Lopes (2005), não mais identificado exclusivamente com

⁴⁵ Na eleição anterior, Rosa da Fonseca foi a 10ª candidata mais votada à CMF, com 3.093 votos, no entanto, não chega a assumir o cargo porque o partido (Partido Humanista) não atingiu o coeficiente eleitoral exigido.

bairros ou comunidades, mas com segmentos ideológicos e categorias profissionais⁴⁶. O quantitativo de mulheres eleitas nas duas décadas (1990/2000) permanece o mesmo, todavia, o grupo que obtém êxito eleitoral nesse momento é composto, sobretudo, por profissionais ligadas a instituições públicas, partidos de “esquerda”, permanecendo o espaço para a eleição de vereadoras com atuação tradicional.

Em 2000, novos atores entram no cenário político da Câmara. Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza (PMDB) e Germana Lima Fontenele Soares (Partido da Mobilização Nacional - PMN) são eleitas pela primeira vez, já Magaly Marques (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) e Luizianne de Oliveira Lins (PT) vão para o terceiro e segundo mandatos, respectivamente.

Em 2004, Fortaleza elege sua segunda prefeita, Luizianne Lins (PT), que vence de maneira surpreendente, derrotando os aliados políticos de Juraci Magalhães, o grupo de Tasso Jereissati e os membros do próprio partido, que apoiaram a candidatura de Inácio Arruda na coligação PCdoB/PPS/PT. Quase vinte anos depois, o PT retorna ao Executivo na capital com uma mulher novamente no poder. Sua candidatura enfrentou os interesses dos mais diversos setores políticos e econômicos e a força do seu próprio partido.

Nesse momento há uma renovação no parlamento municipal, tanto em relação às mulheres⁴⁷, quanto aos homens. No pleito houve apenas uma reeleição entre as mulheres, de Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza (PMDB), e mais quatro novas representantes chegam à CMF: Edvânia Matias Ferreira - Débora Soft (Partido Trabalhista Nacional - PTN), Teresinha de Jesus Lima (PMDB), Regina Cely Diniz Assêncio (PMDB) e Maria de Fátima Santana Arrais Leite (Partido Humanista da Solidariedade - PHS).

A novidade desse pleito ficou por conta da eleição de dois fenômenos de voto. Déborah Soft e Fátima Leite podem ser colocadas em lados opostos no campo político, tanto pelos discursos como pelo tipo de voto recebido. Déborah Soft é uma atriz pornô muito conhecida por fazer shows de sexo explícito em boates de Fortaleza, mas que não possuía nenhum vínculo com a política. Do ponto de vista da política

⁴⁶ É nesse contexto também que a Câmara acolhe um novo perfil de vereador ligado principalmente à mídia televisiva composto por apresentadores de programas jornalísticos que retratam a violência urbana no Ceará e conseguiram estabelecer um vínculo de confiança com os telespectadores.

⁴⁷ Magaly Marques vinha de três mandatos consecutivos, porém não foi possível a reeleição. Na condição de primeira suplente do PMDB, assume o quarto mandato em substituição à Nelba Fortaleza, que foi cassada pelo TRE por compra de votos, acusada de trocar votos por apartamentos populares construídos pelo governo Juraci Magalhães no Conjunto Habitacional Tatu-Mundê, no bairro Bom Jardim.

institucional, Fátima Leite também era inexperiente no campo político e desconhecida do grande público, porém não totalmente *outsider* como Déborah Soft. Fátima Leite passou por um processo de socialização prévia, a partir da militância na renovação carismática, setor mais conservador da igreja católica, desenvolvendo trabalhos sociais ligados a instituições beneficentes que atendem crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e idosos.

Nas eleições de 2008, na disputa pelo Executivo, Luizianne Lins faz uma coalizão com mais dez partidos. Com o apoio dos governos do Estado e Federal, não encontra dificuldade para a recondução ao mandato, decidindo o pleito ainda no primeiro turno. Em relação ao legislativo municipal, novamente o número de mulheres eleitas cai para quatro. Magaly Marques (PMDB) é a única a se reeleger (quinto mandato). As novas vereadoras eleitas são: Francisca Eliana Gomes dos Santos (PCdoB), Maria Leda Moreira e Silva (PSL) e Eliane Novais Eleutério Teixeira (PSB).

Em 2012, há um acréscimo jamais visto do número mulheres eleitas. Magaly Marques e Leda Moreira vão simultaneamente para o sexto e segundo mandatos e mais cinco mulheres chegam à CMF: Regina Claudia Tabosa Ferreira Gomes (Partido Trabalhista Cristão - PTC), Germana Soares (PHS), Tamara Paiva de Holanda (Partido Social Democrata Cristão - PSDC), Antônia Guedes Cabral Aguiar Rocha (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL).

Os dados do TRE revelam que a participação feminina na política institucional no cenário local é um fenômeno recente. Entre os anos de 1936 e 1982, apenas seis mulheres foram eleitas para a Câmara Municipal de Fortaleza. E do período compreendido entre as eleições de 1988 e 2008, 16 foram eleitas pelo voto direto. Ou seja, em toda história do legislativo municipal até o período estudado, apenas 22 mulheres foram consagradas vereadoras pelas urnas.

Para obter uma dimensão geral da representação feminina na CMF, os dados coletados sobre os percursos das vereadoras foram sistematizados com base nas seguintes variáveis: idade, partido, mandatos, escolaridade, atividade profissional anterior ao ingresso na política e grau de parentesco com políticos.

O perfil das parlamentares permite verificar as características socioeconômicas, que subsidiou as análises sobre a constituição de capitais e bases sociais, a organização interna da CMF e a produção de leis.

A análise da escolaridade e atividade profissional exercida anterior ao ingresso no campo político foi priorizada porque pode indicar um importante fator de

orientação da atuação parlamentar, já que de acordo com a divisão sexual de tarefas e do conhecimento, as mulheres podem se dedicar mais aquelas profissões ligadas às áreas sociais. Essa variável pode ainda revelar que atividades foram determinantes para o ingresso na política, como forma de acúmulo de capital e formação de base eleitoral. A filiação partidária é outro tópico importante para pensar quais partidos são mais favoráveis à eleição feminina, que dificuldades as mulheres encontram para se candidatar e que tipos de apoios recebem no momento da eleição. Já a idade pode dar indícios das variadas maneiras de acesso ao cargo político, e, de certa forma, a experiência adquirida na trajetória da parlamentar até chegar a um cargo público. E em relação ao parentesco com ascendente político, este foi utilizado para averiguar até que ponto a herança de capital e das redes de lealdade e reciprocidade influenciam na decisão nas urnas.

A média de idade das parlamentares ao ingressar na política formal é de 36 anos. Excetuando-se três vereadoras (Déborah Soft, Luizianne Lins e Germana Soares) eleitas com respectivamente 21, 23 e 26 anos.

A maioria das mulheres estudadas ingressou na política tardiamente, sobretudo, aquelas oriundas dos movimentos sociais de bairro e de sindicatos (46 anos é a média de idade). Esses são os casos das trajetórias das ex-vereadoras Rosa da Fonseca, Zélia Correia, Fátima Leite, Eliana Gomes e Eliane Novais. As vereadoras que ingressaram na política por intermédio da ocupação de cargos públicos chegaram ao primeiro mandato na CMF com média de idade de 42 anos, são elas: Nelba Fortaleza, Gorete Pereira, Magaly Marques e Terezinha de Jesus. Já a média de idade das mulheres que entraram na política institucional por intermédio de vínculos familiares é de 40 anos. Patrícia Saboya, Regina Cely Diniz Assêncio e Leda Moreira têm suas trajetórias atreladas aos pais, irmãos ou maridos; atores políticos com carreiras consolidadas.

Kerbauy (2005), em estudo sobre o legislativo municipal e suas características nacionais e regionais, constatou que nas legislaturas 1996, 2000 e 2004, há uma maior concentração de vereadores entre as faixas etárias de 30 a 40 anos (23,6%), 40 a 50 anos (58%) e 50 a 60 anos (23,2%). A comparação com dados relativos a períodos anteriores mostra que esse segmento da classe política sofreu um rejuvenescimento. Os dados da última eleição demonstram uma renovação nas câmaras municipais⁴⁸. No entanto, esses números não levam em consideração a idade na ocasião

⁴⁸ O estudo realizado pela ATM TEC Transparência Municipal (2012) revelou que nas eleições de 2012, observando todas as câmaras municipais do Brasil, houve uma renovação dos Vereadores eleitos, a

da primeira vereança, mas no momento da pesquisa. Portanto, não é possível comparar as informações com a faixa etária das mulheres estudadas, por falta inclusive de parâmetros sobre a participação feminina no legislativo municipal.

Independente da trajetória e dos vínculos com o campo político, as parlamentares iniciaram a vida política tarde. A explicação para este fato pode estar condicionada aos ciclos de vida femininos que, em geral, são segmentados conforme a situação conjugal, a maternidade e também a estabilidade econômica e profissional.

Quanto ao estado civil das 16 mulheres que compõem a amostra deste estudo, Germana Soares e Rosa da Fonseca não eram casadas quando ingressaram na política institucional, e somente três não tinham filhos (Déborah Soft, Germana Soares e Rosa da Fonseca), o que as coloca num patamar diferenciado, já que o casamento e o cuidado com os filhos podem ser interpretado com uma tarefa a mais a ser cumprida, concorrendo com a carreira política, que, segundo Bourdieu (2003), necessita de tempo livre e dedicação para ser bem-sucedida.

A difícil conciliação entre a dedicação familiar, a vida profissional e a política é, de partida, um entrave ao ingresso no campo político e, sempre mencionada pelas vereadoras entrevistadas como um empecilho à ascensão na carreira. Nesse contexto a divisão de atribuições e apoio do companheiro é de grande peso para a participação feminina.

Quando veio a candidatura, consultei os meus familiares, o meu marido. Ele tem sido um grande parceiro. A priori, ele não queria porque ele achava que eu ia me distanciar da profissão e da casa. Mas aí ele disse: se você vê que tem essa capacidade de aglutinar essas três coisas, não vou impedir que você dê prosseguimento à sua ideia.⁴⁹

Nós temos uma tríplice jornada, a gente é quem cuida dos nossos filhos, ainda tem que ter tempo para estar com o companheiro. Você passa o dia todinho ralando, quando você chega você tem que vê como é que está a agenda da filha, ver o que é que tem para o almoço, para a janta (...) já o homem não, o homem chega em casa muitas vezes tem a sua companheira ali porque ela não está na luta política, quem está é ele. Então, eles têm muito mais apoio. Quando se é mulher, é muito mais difícil, mais doído, é mais forte para as mulheres a responsabilidade⁵⁰

É difícil para nós mulheres exercermos ainda a política porque nós no dia a dia ainda não temos essa divisão das tarefas, isso é uma coisa ainda ilusória. A não ser os casais mais novos é que tem se preparado para exercer essas tarefas. E, muitas vezes, mesmo com a cota partidária, você não consegue preencher todas as vagas. Eu tenho essa dificuldade todas as vezes dentro do nosso partido. Por que existe essa dificuldade? Será que é porque as mulheres

maioria dos parlamentares tem idade entre 45 a 59 anos (38,51%), seguido do grupo de idade entre 35 e 44 anos (34,58%). Os Vereadores com idade entre 25 e 34 anos representam 18,59% do total, enquanto aqueles que possuem entre 60 e 69 anos representam 5,33% do total.

⁴⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em 17/04/2012.

⁵⁰ Entrevista concedida à pesquisadora em 17/04/2012.

se interessam menos por política? Eu não acredito que seja. Quantas vezes eu me dividi entre ir para uma competição de natação e uma audiência com o Secretário de estado para fazer uma política social que é importante para aprovar uma emenda minha que vai servir para atender a um milhão de crianças (...)⁵¹

As parlamentares entrevistadas alinham o discurso quanto à divisão de tarefas domésticas, o apoio do companheiro e a necessidade de tempo ao desempenho profissional. As atividades do lar representam uma carga de trabalho que ainda se concentra sobre as mulheres, como, por exemplo, a responsabilidade de acompanhar as atividades escolares, esportivas ou culturais dos filhos e o cuidado com a casa.

Nos depoimentos acima se observa que mesmo quando as mulheres desempenham funções semelhantes aos homens, não há uma repartição das tarefas. A ausência da divisão de responsabilidades entre o casal é citada como um obstáculo para a participação da mulher na política. Isso ocorre na medida em que há o acúmulo das funções domésticas, da atividade profissional (para aquelas que exercem suas funções no serviço público ou privado) e da vida parlamentar. Sem o apoio do companheiro, o que dificulta inicialmente a entrada e depois a ascensão da mulher à elite política.

Segundo Avelar (2011), o casamento amplia o campo de tarefas femininas com outras responsabilidades que irão demandar mais tempo e energia, como a maternidade, que torna a rotina ainda mais extenuante. Consequentemente as tarefas extrafamiliares vão se tornando cada vez mais seletivas. Em contrapartida, a paternidade não altera necessariamente o estilo de vida masculino, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas que demandam tempo, como é o caso da política.

A mulher para estar na política abre mão de muita coisa. Hoje eu tinha dúvida se eu queria ou não ter filho, eu tenho um filho de 13 anos, mas eu queria ter tido mais entendeu? eu até penso se eu vou ter, se não vou ter essa coisa toda. Fiz ano passado o processo de congelamento de óvulos, exatamente porque se eu decidir ter mais lá na frente... Por que a vida da gente tem que pautar também pelo momento político⁵².

Para algumas mulheres, sobretudo aquelas envolvidas com o movimento feminista, há o entendimento de que para ser bem sucedida no campo político é necessária a adaptação dos ciclos de vida aos momentos políticos que lhe favorecem, inclusive fazendo a opção por uma maternidade tardia, o que representa um sacrifício pessoal em nome da carreira. A trajetória política de Luizianne Lins ilustra as

⁵¹ Entrevista concedida à pesquisadora e a equipe de investigadores do LEPEC em 15/02/2006.

⁵² Entrevista realizada pela autora em 10/07/2013.

vicissitudes que as mulheres encontram para atuar na política. A ex-vereadora é um exemplo de trajetória ascendente. Em 18 anos de vida pública Luizianne se tornou uma das mulheres mais influentes do estado do Ceará, ocupou postos de destaque no PT, foi consecutivamente vereadora por dois mandatos, deputada estadual por um mandato e prefeita de Fortaleza por duas vezes. Porém, diferentemente desta vereadora, para a maioria das parlamentares estudadas, o ingresso na política se deu mais tarde, após o casamento, quando suas carreiras profissionais já estavam consolidadas e os filhos crescidos.

O exercício do poder sem apoios é outra dificuldade encontrada pelo público feminino. De acordo com Miguel e Grossi (2001), para os políticos homens o peso emocional do exercício do poder é compartilhado, na maioria dos casos, com as esposas que ocupam o cargo de primeira-dama e são companhias obrigatórias para as atividades políticas dos maridos. Além disso, essas mulheres já desempenham naturalmente os papéis de mães e donas de casa, deixando os maridos livres para a atividade política. Por outro lado, a aproximação das mulheres com a política acaba sendo uma via de acesso muito recorrente à política institucional.

Como aponta Avelar (2001), as mulheres que obtêm sucesso na carreira acabam por exercer uma atuação política mais solitária, já que é muito comum o término do casamento, na medida em que elas dedicam mais tempo à vida política. Isso ocorre porque, na maior parte das vezes, os homens que estão ao lado dessas mulheres não foram treinados para suportar o peso da vida pública, assim como as mulheres, e muitas vezes não dividem as responsabilidades de provisão e cuidado com os filhos e com o lar. Contudo, esse quadro vem mudando lentamente.

Ainda segundo a autora, a disponibilidade para a política pode ser alterada de acordo com as novas estruturas familiares que surgem no século XX: “(...) as mudanças de valores entre gerações de mulheres permitiram novas formas de concepções sobre vida familiar, em grande parte em direção a maior igualdade e independência feminina, o que gerou novas estruturas familiares”⁵³. Estas estruturas são reflexos da conjunção de múltiplos fatores, como as mudanças ocorridas em função da conquista de direitos, da ocupação feminina no mercado de trabalho e nos bancos escolares, dentre outros.

O processo de desconstrução de papéis sociais com pesos diferenciados para homens e mulheres, inclusive em relação às áreas de atuação profissional, baseados

⁵³ AVELAR, 2001, p.154.

numa concepção de gênero, também vem mudando progressivamente. A socialização distinta entre os sexos tem início no ambiente familiar e é fortalecida pelo sistema de ensino, que termina por difundir e reforçar a separação destes papéis, chegando a afetar, inclusive, o momento de decisão profissional. O resultado dessas diversas influências será o deslocamento das mulheres para espaços tidos como “femininos” e “tradicionais” e ligados aos cuidados (serviço doméstico, serviço social, pedagogia, enfermagem, etc), enquanto os homens ficam com as áreas de ciências exatas e informática.

No que tange ao grau de escolarização das vereadoras, destaca-se a formação superior completo (11) e incompleto (2) e nível médio/normal (3). Há uma predominância na formação de nível superior nas seguintes áreas: Engenharia (1), Economia (1), Direito (1), Fisioterapia (1), Medicina (2), Pedagogia (2), Ciências Sociais (1), Comunicação Social (1) e Serviço Social (1).

Estas informações de certa forma corroboram com a perspectiva da escolha da profissão sob o viés de gênero, na medida em que demonstram que as mulheres ainda optam mais pela formação na área dos cuidados. Das nove profissões mencionadas pelas parlamentares, seis estão ligadas às áreas de atuação feminina.

Em relação à atuação profissional, as parlamentares se concentravam, antes de ingressar na política, nas áreas de saúde e educação. O exercício do magistério é mencionado por seis vereadoras (nos níveis superior, fundamental e pré-escolar) em instituições de ensino públicas e privadas. É interessante notar que em suas trajetórias profissionais a maioria das mulheres exerceu alguma função pública anterior ao ingresso na política. As exceções são Germana Soares, Fátima Leite e Déborah Soft.

Tabela 2 - Cargos ocupados anterior ao ingresso na política institucional

Cargo Público	Nº absoluto	Porcentagem (%)
Secretaria /Diretoria de Departamentos do município	3	18,8
Diretoria de escolas do município	2	12,5
Professora da rede pública do município	1	6,2
Serviços de saúde (Direção/Especialista) 3 esferas	3	18,8
Serviços técnicos administrativos do município	2	12,5
Secretarias e departamentos do Estado	1	6,2
Outros	4	25
Total	16	100

Elaboração própria

Apenas quatro mulheres⁵⁴ (25%) não possuíam experiência prévia em cargos públicos, embora pudessem ter algum contato com a política institucional. Já aquelas que atuaram em cargos públicos foram doze (75%), sejam estas concursadas (7), ou exercendo função de confiança (5) nas esferas federal, estadual e municipal, com predominância nesta última. Também foi mencionado o desempenho de duas funções⁵⁵ em concomitância por três mulheres (Luizianne Lins, Magaly Marques e Gorete Pereira). A suposição de que a experiência prévia em cargos públicos pode ter contribuído para o sucesso na carreira política será testada ao longo do trabalho.

Com relação à participação de familiares na política municipal nos últimos 30 anos, sete mulheres possuem ou possuíram integrantes da família (pai, irmão e marido) envolvidos na política e utilizaram com pesos diferentes, a transferência de votos pela “herança política” e rede de sociabilidades para ascender a um cargo público.

Quando indagadas sobre a continuidade da carreira, algumas parlamentares demonstraram não se interessar por outra função pública por razões semelhantes, permanecendo na CMF devido a acordos familiares para disputas políticas. Este fato evidencia um expediente comum à política brasileira, tanto para homens quanto para mulheres, que é o planejamento das carreiras políticas de famílias que se perpetuam nas câmaras e assembleias do país por gerações. Assim é a trajetória da ex-vereadora Maria José Albuquerque, que substituiu o marido e permaneceu na CMF até ceder lugar ao filho, que foi deputado por duas vezes antes de assumir assento na CMF.

Leda Moreira e Magaly Marques são exemplos de trajetórias políticas bem planejadas em consenso com os objetivos dos irmãos, os deputados estaduais Augustinho Moreira e Carlomano Marques, respectivamente. Estes foram responsáveis por inserir as vereadoras no mundo político, transmitiram o aprendizado dos papéis, disposições e o *savoir-faire* necessário ao desempenho das funções de representação e a realização de uma carreira política. Além de coordenar as campanhas das vereadoras para a reeleição, por meio da influência como deputados estaduais os irmãos procuram expandir as bases eleitorais das candidatas, substituindo as vereadoras em atividades de campanha para arregimentar votos para além de onde as famílias desenvolvem o “trabalho social”⁵⁶ há mais de 30 anos.

⁵⁴ Vale destacar que Leda Moreira foi incluída neste item devido a sua rápida experiência como assessora parlamentar do pai, Augustinho Moreira.

⁵⁵ Para efeito da pesquisa, observei aquela que foi mais relevante para o acúmulo de capital político.

⁵⁶ O “trabalho social” é o termo utilizado pelas vereadoras para designar o desvio da função precípua do legislador para a prática da assistência e de acesso a serviços que deveriam ser prestados pelos poderes Executivo e Judiciário tais como: calçamento, asfalto e tapa buracos, consultas e exames médicos,

Percebe-se que a parentela com políticos influentes é um trunfo positivo para as mulheres que constroem suas carreiras partindo da herança política, como Leda Moreira, Maria José de Oliveira e Patrícia Saboya, pois a probabilidade de sucesso eleitoral é maior. Já aquelas que constroem carreiras em paralelo aos maridos e irmãos, também vão desfrutar da influência familiar para dividir a base eleitoral e transitar em outras camadas de poder, facilitando articulações e alianças para projetos futuros.

Para a maioria das mulheres entrevistadas a decisão de se candidatar se apresenta pela necessidade de uma comunidade, um segmento social ou do partido. O discurso justificador da candidatura é o sacrifício em nome de alguém. De modo geral, nunca admite a vontade de se candidatar, já que isso poderia adquirir uma conotação negativa. Logo, o sacrifício se dá pelo partido ou pela comunidade em que vive ou que assiste, a qual exige sua candidatura, pois precisa de alguém para representá-los e defender seus interesses. Há ainda aquelas que dizem que não foi uma escolha proposital, o momento político levou à candidatura pela necessidade de substituição de um parente e para não deixar uma comunidade sem um representante. Todas estas explicações têm a mesma lógica, de que a candidatura é, na verdade, um sacrifício pessoal em nome do coletivo.

Fica evidente nos discursos das vereadoras a complicada relação entre obrigação e satisfação. Ao serem indagadas sobre os motivos pelos quais ingressaram na política institucional, as vereadoras colocam a participação política como um sacrifício pessoal.

(...) o Partido decidiu que eu seria candidata. A primeira vez foi uma dura realidade porque esse espaço político é um espaço muito difícil para as mulheres, principalmente as mulheres do campo social (...) foi uma decisão coletiva do meu partido. Mas é uma decisão que pesa muito na vida pessoal, porque eu não sou filha de prefeito ou de prefeita, nem de vereadora ou vereador, nem deputados, então isso faz a luta se afirmar mais ainda⁵⁷.
Minha trajetória política começou por acaso. O meu pai foi vereador por duas vezes na década de 1970 e ele tentava se reeleger e não conseguia. Em 1992, ele foi eleito. Eu o assessorava e fiquei quase como uma segunda pessoa (...)

transporte de enfermos a hospitais, distribuição de medicação, representação advocatícia (*habeas corpus*, defesa de réus) etc. Por outro lado, há ainda a assistência personalizada como pagamento de contas dos serviços de água e luz, serviços como transporte de pessoal e de mobiliário, serviços de obras civis, distribuição de material de construção, de esporte, de alimentos, de dentaduras, de óculos de grau, enfim, trata-se de um leque interminável de distribuição de produtos e serviços que se troca pelo "apoio" do eleitor. Esse trabalho social pode ser observado durante a campanha eleitoral das vereadoras estudadas e candidatas à reeleição. A assistência foi percebida com maior ênfase durante as visitas aos gabinetes, acompanhamento de reuniões, caminhadas e visitas aos comitês de campanha de Leda Moreira, que atua mais fortemente nos bairros Pirambu, Carlinto Panplona e Barra do Ceará e Magaly Marques, cuja maior abrangência de ação se dá nos bairros Pio XII, Meireles e Papicu.

⁵⁷ Vereadora Eliana Gomes em entrevista concedida à pesquisadora em 14/03/2012

foi por acaso porque não era minha pretensão, mas aconteceu (...) a gente estava assim se identificando tanto de estar ali com a comunidade, de tá fazendo aquele trabalho social.⁵⁸

(...) a candidatura não foi ideia minha e nem da minha família, foi ideia deles⁵⁹. Eles achavam que eu já tinha dado uma contribuição muito grande, mas eles queriam um representante maior da sua região. Então, eles quase que me imploraram para que eu participasse da política⁶⁰.

Nos depoimentos das entrevistadas há uma recorrência a um segmento social para justificar a inserção no campo político. Parece que a representação política não permite contemplar a possibilidade das vereadoras assumirem interesse pessoal em se candidatar a um cargo público, mesmo para aquelas que afirmam ter contato com a política desde cedo, por influência familiar. Nesse sentido, os depoimentos assinalam para uma estreia na cena política não premeditada e extenuante, o que permite considerar essa escolha como uma “missão”, na medida em que se coloca acima de interesses pessoais.

O discurso da política do desvelo evidencia o sacrifício pessoal em nome do outro (pobres, negros, mulheres, crianças, idosos). E ao mesmo tempo ele funciona como mecanismo de diferenciação no campo político, na medida em que demonstra que as mulheres não estão contaminadas pelo mundo “sujo” da política. A inexperiência também é um ponto a ser observado como uma qualidade positiva, já que por serem estreantes no campo político, estariam distantes das práticas “sujas” do poder, como a corrupção.

O argumento da ética tende a perder validade à medida que um número maior de mulheres passa a integrar o campo político e por mais tempo e, assim é possível observar que, na prática, a atuação de parlamentares, sejam mulheres ou homens, se assemelham, principalmente quando as mulheres se envolvem em práticas de corrupção ou clientelismo político⁶¹.

⁵⁸ Vereadora Leda Moreira em entrevista à pesquisadora em 07/03/2013.

⁵⁹ Comunidade de pescadores e estivadores situada no bairro Varjota, local onde a família da vereadora se estabeleceu quando migrou de Iguatu para Fortaleza na década de 1970.

⁶⁰ Vereadora Magaly Marques em entrevista ao Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012.

⁶¹ Germana Soares era estreante na política, estava cumprindo o primeiro mandato quando foi cassada pelo TRE por "abuso do poder econômico para captação de voto", após denúncias do Jornal O Povo de compra de votos nas eleições de 2000. Nelba Fortaleza também teve o mandato suspenso por comprovado envolvimento em compra de votos nas eleições de 2004 e ficou impedida de concorrer a qualquer cargo público eletivo, pois além de responder processo na justiça eleitoral, também respondeu processo por improbidade administrativa, tráfico de influência e desvio de finalidade quando foi secretária da Regional V. Mais recentemente a vereadora Magaly Marques sofreu a mesma sanção pela justiça eleitoral. Ela e Carlomano Marques são acusados de compra de votos e foram condenados em ação civil e eleitoral, mas recorreram da decisão e foram exitosos.

A percepção da mulher como possuidora de “valores universais” é ponto de destaque nos discursos das parlamentares estudadas. Trata-se de uma estratégia de afirmação que coloca a mulher em um patamar diferente dos homens. Segundo Barreira (2006), para legitimar sua presença no campo e obter o reconhecimento dos pares, as mulheres chegam à arena eleitoral com armas diferenciadas. Além da força do partido e dos atributos pessoais, elas entram no cenário político com o estatuto de gênero.

O fato de a gente gerar vida dentro do nosso corpo eu acho que nos coloca num patamar de sensibilidade (...) isso faz com que a gente tenha muita responsabilidade pela vida; e eu acho que muita sensibilidade em relação à vida, por exemplo, eu quando olho eu vi os meninos de Fortaleza eu só pensava no meu filho, então a gente tem essa coisa muito assim forte quando você chega lá, você tem que ter a compreensão da questão de gênero, da questão da sociedade porque senão você chega lá e reproduz a mesma coisa deles, entra no jogo do masculino, vive a política com aquele *metiêr* do negócio branco, rico, heterossexual essa coisa toda, você acaba reproduzindo a mesma coisa, você precisa ter realmente, ser talhado com a sensibilidade de entender que você precisa trazer à tona o feminino, porque ele é invisibilizado naturalmente⁶².

Nós mulheres apesar de ocuparmos um espaço muito pouco dentro da política, não estamos chegando e tirando o paletó, a gravata e mostrando um jeito feminino também de fazer política (...) eu acho que nós mulheres temos de fazer muito mais e melhor do que os homens para sermos reconhecidas. Nós temos que ser mulher-maravilha, enquanto o homem faz uma atividade e é reconhecida, sai no jornal⁶³.

As mulheres até pela própria formação, carga genética das mulheres são mais organizadas, são mais determinadas, são mais pragmáticas⁶⁴.

Barreira constata que as mulheres trazem à política uma “identidade de gênero” como um diferencial no campo político. Trata-se de atribuições herdadas historicamente e internalizadas como verdades pelas mulheres e que agora são utilizadas em seu favor. Como foi demonstrado acima, é frequente ouvir nos discursos femininos para explicar da atuação distinta do sexo oposto. Ou seja, as estratégias discursivas ligadas à moral, à ética ou aos valores femininos atribuídos naturalmente às mulheres pelo determinismo biológico.

Há nas falas das mulheres uma recorrência pelo reconhecimento da sensibilidade como um atributo feminino. No entanto, o que chama a atenção na política hoje é que ela também está posta no discurso político masculino, como um valor positivo para ser incorporado ao campo da política. A sensibilidade e a ética da preocupação pelos outros começam a ser ressaltadas como posturas necessárias ao exercício do poder.

⁶² Entrevista realizada pela autora em 10/07/2013.

⁶³ Entrevista concedida à equipe de pesquisadoras do LEPEC, em 15/02/2006.

⁶⁴ Entrevista realizada pela autora em 27/02/2013.

2.3.1 Os partidos como espaços de participação

Entre os requisitos legais para concorrer a um cargo de vereador, além da idade mínima de 18 anos, é necessária a filiação a um partido, já que nosso sistema político só permite a representação por meio dos partidos políticos, que são responsáveis por fazer a mediação entre a sociedade e o Estado.

Um aspecto fundamental que deve ser observado no perfil das parlamentares é o item filiação partidária⁶⁵, por este funcionar como um indicador, mesmo que maneira indireta, do perfil ideológico das vereadoras. Também é importante analisar a influência dos partidos na trajetória das mulheres sob a ótica da taxa de transferência de capital delegado do partido e das posições de poder ocupadas na Câmara em diferentes legislaturas, em decorrência da força do partido.

Sabe-se que em qualquer parlamento, a ocupação de cargos de maior poder é determinada, em grande medida, pela posição do partido e pela força de sua bancada. Logo, a possibilidade de atuação das vereadoras dependerá em parte de seu capital político e do reconhecimento de seus pares, mas, principalmente, na grande maioria das vezes, vai depender do partido ao qual elas pertencem.

No estudo sobre a relação entre mulheres e partidos políticos no Nordeste brasileiro, Costa (1998) observa que é maior o número de mulheres eleitas pelos grandes partidos e os mais conservadores, sobretudo nos estados que permanecem sob o controle das “oligarquias”, onde há uma prevalência dos compromissos familiares e dos vínculos de obrigações mútuas entre eleitores e candidatos. De acordo com a autora, há uma pequena parcela de mulheres que são eleitas para os altos cargos da hierarquia política, e quando isso ocorre, na maioria das vezes, é em virtude das próprias relações familiares. O estudo evidencia ainda que nesses estados a ideologia feminista é raramente adotada pelas eleitas. Essa constatação contrasta com a alegação de que com a participação feminina haveria uma mudança na agenda política, contemplando outras áreas de interesse.

⁶⁵ Pela ausência de investigações sobre a dinâmica política local no que se refere à estruturação dos partidos na Câmara Municipal, tomo aqui a definição de “direita” e “esquerda” de Limongi e Figueiredo (1995) baseada na ação dos partidos políticos na Câmara dos Deputados. Os autores concluem que pelas votações em plenário é possível dividir os partidos pelo padrão ideológico clássico: a “esquerda” seria composta por PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU; a direita seria composta pelo PFL, PDS e PTB, PSC, PP e mais 17 pequenos partidos; já o centro seria composto pelo PSDB e PMDB

Investigações sobre a relação gênero e partidos políticos no plano federal demonstram que as mulheres possuem mais chances de serem eleitas à Câmara dos Deputados quando se candidatam por pequenos partidos. Na análise de Araújo (2001), isso ocorre, sobretudo, porque nos partidos maiores, de centro ou de “direita”, os espaços de poder estão consolidados e tende a haver uma disputa mais acirrada pelas candidaturas. Já os partidos menores, como estão em busca de apoio e novas adesões, facilitam o acesso das mulheres. No legislativo municipal essa lógica é invertida.

Na Câmara de Fortaleza a maioria das mulheres foi eleita por partidos de “direita” e de centro. De 1988 a 2008, treze partidos elegeram 16 mulheres para 25 mandatos na capital. Os partidos de centro tiveram 8 mandatos preenchidos por 5 mulheres, as agremiações de “esquerda” tiveram 5 mandatos e elegeram 4 mulheres. Já os partidos de “direita” ficaram com 12 mandatos e elegeram 7 mulheres.

Como pode ser observado na tabela 3, que mostra a relação dos partidos que tiveram representação feminina na CMF para o período estudado, os blocos ideológicos de centro e de “direita” vêm oferecendo mais oportunidade às mulheres que possuíam maior possibilidade de sucesso eleitoral.

Tabela 3 - Relação partido/mandato na Câmara Municipal de Fortaleza de 1988 a 2012

PARTIDO	MANDATO
PDS	5
PPR	1
PFL	2
PMDB	7
PTB	1
PSB	2
PT	2
PSDB	1
PTN	1
PHS	1
PMN	1
PSC	1
PCdoB	1

Elaboração própria

Vale destacar que as legendas respectivamente de “centro” e “direita”, PMDB e PDS, foram as que mais elegeram mulheres. Por outro lado, alguns desses partidos tornaram-se redutos de parlamentares com uma atuação política tradicional, e foram dominadas por famílias que se perpetuam por gerações na Câmara de Vereadores, passando o cargo político de pai para mãe, de mãe para filhos e de filhos para netos, ou

mesmo de um irmão para outro. Este é o caso das mulheres⁶⁶ eleitas para o maior número de mandatos na história da Câmara Municipal, Magaly Marques (6) e Maria José Albuquerque (6).

Magaly Marques exerce hoje o sexto mandato. Foi eleita para cinco legislaturas pelo PMDB⁶⁷. Em mais de vinte anos atuando na Câmara Municipal, a vereadora, passou por três agremiações com espectro partidário de “direita” e “centro”. Já a vereadora Maria José Albuquerque de Oliveira, que permaneceu no parlamento por mais de trinta anos ininterruptos no mesmo partido⁶⁸ (ARENA/PDS/PPR). Hoje o filho, Casimiro Neto está no quarto mandato na CMF pelo PMDB.

Em geral, os estudos sobre os partidos revelam que o perfil das mulheres nos partidos de centro tem se mostrado tradicional, com a defesa de propostas conservadoras. Por sua vez, aquelas ligadas aos partidos de “esquerda” podem ser avaliadas como comprometidas com valores sociais progressistas e com as causas feministas. No caso estudado, essa questão será aferida no capítulo seguinte. No entanto, é necessário relativizar esses dados, já que a filiação partidária pode não se dar por afinidade ideológica, mas por maior probabilidade de êxito eleitoral, como afirma Araújo (2001). Muitas vezes a parlamentar pode ter se orientado pela conjuntura política do momento para escolher o partido para filiação.

Em processos eleitorais distintos, 2000 e 2006, as candidatas Magaly Marques (PMDB) e Leda Moreira (PSC), respectivamente, mudaram de partido para concorrer à reeleição para a CMF e Assembleia Legislativa (AL). Segundo as parlamentares, a transferência para outros partidos e até mesmo a desistência da candidatura⁶⁹ foram necessárias devido a “arranjos” que implicariam na derrota eleitoral e comprometeriam à eleição de parceiros, já que tanto o PMDB como PSC não lhes davam apoio logístico, nem preferência, embora elas já tivessem provado o sucesso nas urnas.

(...) em 2006 seria a reeleição para deputada, eu não concorri por quê? Porque no meu partido estava muito difícil, praticamente inviável pra mim

⁶⁶ Estas vereadoras e sua parentela ocupam vaga na CMF há mais de 20 anos em partidos de “direita” e “centro”.

⁶⁷ Nas eleições de 2004, a médica ficou na primeira suplência e, posteriormente, em 2005, assumiu o mandato em substituição à Nelba Fortaleza.

⁶⁸ Criado no regime militar pelo Ato Institucional nº2 e Ato Complementar nº 4, no processo de abertura política, a ARENA foi renomeado Partido Democrático Social (PDS), passou por mudanças estruturais e se tornou Partido Progressista Renovador (PPR). Posteriormente, teve a nomenclatura alterada para Partido Progressista Brasileiro (PPB) e hoje se chama Partido Progressista (PP).

⁶⁹ Leda Moreira desistiu de pleitear um assento na Assembléia Legislativa em 2006 por avaliar que a conjuntura política era desfavorável a um candidato de apenas um mandato. A vereadora alegou que o partido não lhe daria prioridade frente a um deputado com mais de dois mandatos.

(...) E para a eleição de 2006, o presidente do partido colocou gente que já era deputado, entendeu? Fez aquele arranjo que pra mim não dava (...) Augustinho disse: Leda o PV tá melhor. Tu concorda? Eu disse tudo bem, concordo. Então ele disse: em 2008 tu concorre pra vereadora e eu fico no PV. Foi como a gente previu. Augustinho se elegeu para deputado e em 2008 eu fui a oitava vereadora mais votada (Leda Moreira)

(...) hoje o partido ainda não dá condição da gente ser candidata, mais apoio entendeu, de trabalhar o voto”(...) Nossa campanha está sendo muito difícil porque o senador Eunício Oliveira, presidente do Partido não teve a preocupação de fazer a coligação proporcional. Nós somos sete vereadores e tínhamos a capacidade de ganhar a eleição de maneira mais tranquila, mas por displicência do nosso presidente, nós estamos na eleição sozinhos. Ele deixou que nós nos digladiássemos⁷⁰.

Nos relatos das interlocutoras quando indagadas sobre o estímulo dos partidos á candidaturas femininas, fica evidente que não há incentivos. Até bem pouco tempo, excetuando-se alguns partidos, na maioria das agremiações não havia formação política para as mulheres, nem cotas por sexo na estrutura do partido, nem reserva de fundo partidário, por isso algumas vereadoras trocaram de partido após a eleição.

O tempo de filiação partidária anterior à candidatura é maior entre as vereadoras de partidos de esquerda. No entanto, a maioria das mulheres permanece no partido após as eleições, apenas Déborah Soft, Germana Soares, Nelba Fortaleza e Terezinha de Jesus mudaram de partido no primeiro ano de mandato, em virtude da falta de apoio e da competição dentro das agremiações.

Gonçalves (2012), ao analisar a percepção de dirigentes partidários e de mulheres filiadas a partidos políticos no Ceará sobre a participação política feminina no interior das agremiações e os obstáculos extra e intrapartidários que podem interferir na baixa representatividade das mulheres, constata que, assim como no plano nacional (AVELAR, 2007), no nível local há uma significativa presença de mulheres filiadas aos partidos. No entanto, quando se trata da ocupação de cargos nas cúpulas partidárias, essa participação diminui consideravelmente. Dos 12 partidos⁷¹ analisados pela pesquisa, apenas um era presidido por uma mulher.

Na avaliação desses dirigentes cearenses sobre os obstáculos à participação feminina na política, os empecilhos mencionados são de ordem extrapartidária. Para a maioria dos entrevistados a culpa do fracasso eleitoral recai sobre a mulher e suas condições sociais de existência. Os obstáculos à participação são:

⁷⁰ Pronunciamento de uma vereadora na reunião com líderes comunitários do bairro Maraponga, ocorrida em 09/09/2012.

⁷¹ PSDB, PMDB, PT, PSB, PPS, PTB, PP, DEM, PDT, PR, PSOL e PC do B

(...) de ordem extrapartidária, quase não existindo fatores intrapartidários que obstaculizem ou impeçam a participação política feminina em sua plenitude. A “família”, a “carga de trabalho excessiva”, uma “visão machista e preconceituosa da sociedade” (não dos partidos) com relação aos lugares que as mulheres podem ocupar o “desencanto com a política”, as “dificuldades financeiras” de concorrer em uma eleição são as razões apontadas por eles para o fato das mulheres não aceitarem participar do jogo político. Alguns atribuem às próprias mulheres essas dificuldades, seja pela “inexperiência”, “timidez”, pela “condição de inferioridade” e a “auto-estima baixa” ou por fatores sociais, como o “preconceito”, “machismo” e a “vida familiar incompatível com a vida pública”. Alguns poucos atribuem essas dificuldades aos partidos que se mostram “incapazes de acompanhar essas mulheres” e “dar a assistência necessária”⁷².

Discurso semelhante é observado por Miguel e Grossi (2001) na explicação dos representantes dos partidos sobre as dificuldades de preenchimento das cotas pelas mulheres candidatas à Câmara Federal. A apatia e o desinteresse femininos são colocados como as causas para a tímida participação política. No entanto, há que se considerar que as condições estabelecidas entre homens e mulheres, de saída, já são desiguais e desestimulantes, na medida em que as concepções de gênero que orientaram a construção social das identidades masculinas e femininas, na apreensão dos papéis sociais destinados a cada sexo, foram internalizadas, afirmando que a política era algo externo ao “ser mulher”. Além disso, as trajetórias sociais aliadas à conjuntura da política institucional e a maneira como o processo eleitoral é conduzido, não oferecem às mulheres um cenário favorável à participação.

De acordo com as vereadoras, os partidos não dão apoio e condições reais de eleição às mulheres. A começar pela escolha dos candidatos, que não obedece critérios claros e é pautada pela lógica do quantitativo de votos para alcançar o maior número de assentos na Câmara possível. Assim, os partidos priorizam os candidatos “puxadores de voto”. O único benefício dado às mulheres entrevistadas⁷³ pelo partido, além do número da legenda, foram alguns segundos no horário político eleitoral, por isso muitas trocaram de partido após as eleições.

Como afirma Araújo (2001), os grandes partidos (como o PMDB, na Capital) são pouco concorridos porque já possuem políticos consagrados nas urnas em posições de poder. Nos últimos dez anos, é possível notar que o Partido⁷⁴ é pouco

⁷² GONÇALVES, 2012, p.8.

⁷³ As vereadoras de partido de esquerda afirmam receber formação política e apoio logístico na campanha.

⁷⁴ Da década de 1990 ao ano de 2004, a conjuntura política local favoreceu o fortalecimento do PMDB com a eleição de Juraci Magalhães para a Prefeitura de Fortaleza. De 1996 até 2012 foram eleitos respectivamente 12, 9, 7, 2 e 4 vereadores pelo Partido. Magaly Marques se consagrou vereadora em 5 pleitos.

competitivo, tornando ainda mais difícil o acesso das mulheres recém-chegadas ao campo político a uma vaga para disputa eleitoral. Ingressar em grandes partidos com respaldo político só acontece de três formas: por meio das relações familiares; da conversão de capital de notoriedade de outro campo para o político; ou do êxito em muitas eleições, como é o caso da vereadora do PMDB.

Na investigação sobre a participação de mulheres no Congresso Nacional, Araújo (2001) aponta para um quantitativo maior de mulheres na composição dos menores partidos. Embora a possibilidade real de sucesso eleitoral ainda seja pequena, é nesses partidos que elas encontram mais espaço.

Assim também é a realidade dos partidos de “esquerda”, onde as mulheres⁷⁵ correspondem a uma parte significativa de seus membros. Ao contrário de outros partidos, a exigência da cota eleitoral sempre foi cumprida, no entanto, o número de mulheres eleitas ainda é pequeno. No cenário local, até o momento os partidos de “esquerda” só elegeram quatro vereadoras: Luizianne Lins (PT), Eliane Novais (PSB), Rosa da Fonseca (PSB) e Eliana Gomes (PCdoB). Esse baixo desempenho pode estar condicionado por uma conjunção de fatores, no entanto, questiona-se aqui se esse fracasso nas urnas tem uma relação com a transferência de capital do partido para as mulheres, já que a taxa de sucesso dos homens nos partidos é bem superior.

Os dados acima demonstram que as carreiras das parlamentares não são longas e lineares. Das 16 mulheres estudadas, somente 4 mulheres ascenderam à elite política, passando pelas funções de prefeita, deputada estadual, deputada federal e senadora. Grande parte das mulheres (7) não exerceu mais de um mandato na CMF. As causas para isso são bem variadas, dentre é possível citar o caso daquelas que não obtiveram sucesso nas urnas e desistiram da carreira, o impedimento de exercer cargo público em decorrência de corrupção, ou a impossibilidade de manutenção da base eleitoral devido ao baixo acúmulo de capital político ou capital econômico. Para confirmar estas suposições é necessário um exame das trajetórias das parlamentares.

⁷⁵ O PT foi pioneiro no incentivo à participação feminina na política ao implementar o sistema de cotas por gênero muito antes da aprovação do decreto de reserva. Atualmente foi aprovada a paridade para todas as instâncias de poder no partido.

3 TRAJETÓRIAS, CAPITAL POLÍTICO E BASES ELEITORAIS

Este capítulo apresenta as trajetórias das parlamentares e procura trazer elementos que ajudem a compreender como as mulheres construíram o capital político determinante para o sucesso eleitoral e, até onde este é capaz de influenciar o desempenho das atividades legislativas, por meio da aprovação de projetos e da ocupação de postos importantes na CMF.

A análise se orienta para a identificação de subgrupos a partir da observação do capital político que as vereadoras possuem: delegado da ocupação de cargos públicos e políticos, delegado pelas famílias, delegado de movimentos sociais e convertido de outros campos sociais. Assim, darei especial atenção para quatro trajetórias que ilustram como estes diferentes tipos de capitais são transferidos para aventar as interferências presentes no processo de deleção/conversão.

3.1 Trajetórias sociais e políticas: conquistando as bases

O homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e, que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos (Bourdieu, 1998; p.188).

A literatura sobre o tema da participação feminina, assim como os dados levantados nessa investigação vêm demonstrar que a entrada da mulher na política se dá por duas vias. A primeira, ligada às relações familiares, e a segunda, à participação política prévia, onde as carreiras são perpassadas por um tipo específico de poder, que Bourdieu denominou capital (1998). Este autor faz uma ordenação das formas de produção do poder no campo político e elabora três tipos de capital político, sendo eles: o capital convertido, o capital heróico e o capital delegado.

De acordo com a definição de Bourdieu, o capital convertido é originado da conversão da notoriedade e popularidade obtida em outras áreas que é transferido para o campo político, bem como da transferência de capital econômico por meio de campanhas políticas caras. Trata-se do caso daqueles que fazem da notoriedade artística, profissional ou econômica uma alavanca para a carreira política. Neste caso a taxa de conversão para o campo político vai depender do capital simbólico acumulado em

outros campos. O segundo tipo de capital, o heróico, corresponde ao produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise ou do acúmulo lento e gradual de uma espécie de capital pessoal ou profético que, de certa forma, estaria ligado ao carisma. O último é definido como o produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado por uma instituição (os partidos políticos) e cuja origem está no número de votos e cadeiras que o partido conquista, mas também em sua história e posicionamentos. Logo, é o partido que, por meio da ação de seus quadros, acumula um capital simbólico de reconhecimento e de *fidelidade*⁷⁶, ao passo que o ator político é apenas depositário do capital que pertence ao partido do qual faz parte.

Na realidade brasileira, as instituições partidárias foram enfraquecidas por inúmeras razões. A oferta de partidos e as frequentes mudanças em decorrência das eleições, não permitem ao eleitor assimilar as imagens e valores contidos em cada organização partidária. A identificação com esses elementos não é capaz de operar lealdades, que passam a ser geradas a partir de uma matriz personalista. Com isso, as interações entre eleitores e organizações partidárias passam a ser baseadas em trocas estritamente personalizadas e em regras de reciprocidade. (SANTOS; 1997). Nesse sentido, há uma mudança do processo de representação que é centrada na pessoa e não nas ideias defendidas pelos partidos.

Ao discutir a estrutura da carreira política no Brasil, em pesquisa realizada sobre o Congresso Nacional, Miguel (2001) propôs uma adequação do repertório teórico de Bourdieu à realidade brasileira, utilizando dois subtipos de capital (convertido e delegado), com algumas adaptações, que tomo aqui como referência para investigar os capitais determinantes para o sucesso das mulheres estudadas no campo político.

O capital delegado se subdivide em três capitais com origens distintas: delegado pela participação em cargos públicos e políticos, delegado pela participação em movimentos sociais e delegado pela família. O primeiro é originário do próprio campo político ou estatal, da notoriedade resultante da ocupação de cargos eletivos ou institucionais, seja no executivo ou legislativo, e por posições de poder na estrutura dos partidos. O segundo diz respeito ao capital acumulado na participação via movimentos sociais. E o terceiro também vem do campo político, mais especificamente de famílias com tradição na política. A proposta aqui é pensar na mulher como detentora de um capital proveniente não de partidos, mas de instituições familiares. Assim, esse subtipo

⁷⁶Bourdieu, 1996, p. 191.

corresponderia ao capital delegado pela herança familiar, que passa de pais para filhos, de maridos para esposas, etc, fato muito comum no Brasil.

Já o capital convertido, na acepção de Miguel (2001), corresponde à popularidade adquirida em outros campos e transferida para a política, e também da transferência de capital econômico por meio de campanhas dispendiosas. Considerando que o campo político exige um período de treinamento e socialização prévia para a compreensão do jogo político e a conseqüente subida na hierarquia das funções públicas, parte-se do pressuposto que a taxa de conversão é desfavorável aos capitais advindo de outros campos.

De acordo com a análise das trajetórias, procurei identificar qual o capital político determinante para o ingresso das mulheres na Câmara Municipal e encontrei quatro possibilidades de origem de capital existente no universo estudado: o capital da participação em movimentos sociais; o capital delegado da ocupação de cargos públicos ou políticos; o capital familiar; e o capital convertido de outros campos. Cabe destacar que as carreiras políticas podem ser influenciadas por mais de um capital, por isso não podem ser entendidas de maneira estanque, já que representam acúmulo de saberes, recursos e redes de apoio, provenientes de diferentes campos sociais pelos quais as mulheres transitam.

3.1.1 Capital delegado dos movimentos sociais

No universo estudado, a inserção política das mulheres via movimentos sociais é um dos caminhos possíveis aos atores políticos, sobretudo para aquelas que não nasceram em famílias de políticos e nem possuem capital econômico. Esse tipo de capital político tem se mostrado relevante para a conquista de um assento na Câmara de Vereadores, por permitir o ingresso de diferentes atores políticos e com isso suscitar novos debates.

Em Fortaleza, a entrada na política institucional se abre com maior intensidade para as mulheres do campo popular, fora dos quadros da herança familiar ou partidária, com o processo de redemocratização. As trajetórias das vereadoras Eliana Gomes, Eliane Novais, Luizianne Lins, Rosa da Fonseca e Zélia Correia se inscrevem nesse contexto. São lideranças que se destacaram nos sindicatos, associações estudantis e profissionais, no movimento de mulheres pela anistia, nas associações de bairros, na luta por melhores condições de vida e diminuição da desigualdade social.

O aparecimento desse novo perfil de representação é resultado do processo de abertura política que foi acompanhado pela formação no interior dos movimentos sociais, de lideranças por meio da transmissão de experiências incentivadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica, partidos políticos e entidades profissionais (BARREIRA, 1994).

As mulheres que se sobressaíram nesse processo de formação estruturaram o capital e a carreira, em grande medida, pela participação nestas agremiações. Por isso a construção desse tipo de representação não pode ser explicada sem levar em conta as variações conjunturais e históricas que proporcionaram o aparecimento desses atores políticos.

As trajetórias de Eliane Novais e Luizianne Lins se assemelham em diversos aspectos. O contato com a política começa na adolescência, no movimento estudantil, e tem continuidade com a participação na presidência dos sindicatos de servidores públicos de suas categorias e de um processo longo de militância partidária, ocupando diferentes funções nos seus partidos até chegar à vice-presidência (Eliane Novais) e presidência (Luizianne Lins) estaduais. É dessa forma que as vereadoras adquirem prestígio e conquistam um espaço de relevância na política institucional que lhes garante ascensão na carreira.

A trajetória política de Luzianne Lins tem início com ingresso na UECE, quando ela refunda o C.A⁷⁷ do curso de Computação e concorre ao DCE⁷⁸. Pouco tempo depois, a ex-vereadora entra no serviço público municipal e no curso de comunicação, como estudante da UFC. Ela vem de uma forte participação no movimento estudantil, como presidente do DCE da UFC e do movimento sindical, como presidente do CIPA⁷⁹ na EMLURB⁸⁰ e, posteriormente, quando conclui a graduação, passa no concurso para professor efetivo da UFC, e também se torna membro do sindicato dos professores da ADUFC⁸¹.

Em 1990, Luizianne se filia ao PT e após seis anos de militância na corrente Democracia Socialista - DS⁸², a parlamentar se candidata ao legislativo municipal. Os

⁷⁷ Centro Acadêmico.

⁷⁸ Diretório Central dos Estudantes

⁷⁹ Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

⁸⁰ Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização

⁸¹ Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará.

⁸² É uma organização política [marxista](#) brasileira que existiu como agrupamento político independente até 1986, ocasião em que é aglutinada ao PT e se transforma em uma das maiores tendências políticas interna e faz oposição às correntes majoritárias do Partido. A DS reivindica como centrais as lutas

membros da DS promovem uma eleição interna e Luizianne ganha para concorrer à vereança.

A gente decidiu que teria uma candidatura e na época a gente fez, aí a gente discutiu muito entre nós e fizemos uma discussão interna com votação [...] a gente não ouvia falar de debate da juventude, era como se fosse um segmento totalmente invisível da cidade, então o grupo começou a discutir que era muito importante que a juventude fosse protagonista em Fortaleza e a gente viu que a Câmara Municipal era o lugar onde tinha mais escassez nessa discussão;

(...) eu cheguei muito jovem porque a gente vinha de uma candidatura que discutia a juventude, que queria discutir a juventude, então era assim: é sexualidade? então todas as pautas ligadas aos direitos dos homossexuais era comigo, toda a discussão da luta das mulheres, da violência contra a mulher era comigo, eu achava que aquilo era uma missão que eu tinha que fazer (Luizianne Lins).

A intenção do grupo era de influir no debate político e na definição de políticas públicas para esses segmentos sociais. Segundo Luizianne Lins, seria também um instrumento de luta feminista, anti-homofóbica e anti-racista. Segundo Ela a candidatura em 1996, que tinha como foco os jovens e as mulheres foi uma construção coletiva, portanto, não partiu da candidata. Dessa forma, a vereadora coloca o mandato como uma missão a ser cumprida em nome do coletivo e de suas convicções ideológicas, tornando-se quase um sacrifício pessoal.

Na CMF, a parlamentar amplia as bandeiras do mandato trabalhando nos eixos educação e cultura. Nas eleições de 2000, Luizianne duplica o número de votos com uma campanha centrada nos temas: juventude, mulheres, sexualidade, educação e cultura. Segundo a vereadora, seu mandato representou um segmento importante da sociedade que ainda não se expressava no parlamento municipal.

O trabalho na CMF envolvia a proposição de projetos e a participação em comissões técnicas e especiais. A vereadora criou a Comissão da Mulher, da Juventude e da Criança que, posteriormente, foi anexada à Comissão dos Direitos Humanos. Foi ainda presidente da comissão especial, que analisou a violência contra a mulher em Fortaleza, relatora da comissão especial que investigou uma rede organizada de turismo sexual na capital e da CPI que investigou irregularidades na distribuição de bolsas de estudo da Prefeitura.

feministas, anti-homofóbicas e antirracistas. Sua ação se destaca principalmente nos movimentos estudantil, dos bancários, dos trabalhadores da educação e dos metalúrgicos.

Em paralelo aos cargos políticos exercidos, Luizianne vai conquistando espaço e assumindo posições importantes na estrutura do Partido tais como: Secretária Estadual de Juventude do PT, Secretária de Juventude do PT Ceará, membro do Diretório Nacional, Presidente Municipal do PT e Presidente Estadual do Partido. Esses fatores contribuíram para que sua trajetória política fosse rápida e ascendente. Em três eleições disputadas, em oito anos de vida pública, Luizianne se candidata e vence as eleições de 2004 à Prefeitura de Fortaleza, contrariando as orientações do Partido que apoiou o candidato do PCdoB, Inácio Arruda.

Em relação à base do mandato, é possível dizer que esta compreendia os jovens estudantes engajados em movimentos sociais, principalmente na militância estudantil, de classes sociais distintas e do movimento sindical e dos professores. Porém, no decorrer do mandato, a vereadora vai aglutinando outras bases de apoio, ampliando assim a sua representação.

Eliane Novais ingressa na política institucional em 2008, por intermédio de Sergio Novais⁸³, após adquirir experiência em assessoramento das campanhas e de chefiar o gabinete no mandato do irmão na Câmara Municipal (2005-2007). Outra atividade que pode ter contribuído para o acúmulo de capital simbólico anterior a filiação partidária, nos anos 2000, foi a trajetória na militância sindical até chegar à 2ª Diretoria Colegiada do Mova-se (1992 - 1994), um sindicato de servidores públicos que representa diversas categorias profissionais e é ligado a CUT⁸⁴. Em 2007, a ex-vereadora assumiu a Diretoria de Gestão Empresarial da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. No mesmo período foi eleita segunda vice-presidente estadual do PSB.

Percebe-se que a parlamentar transitou por espaços diferenciados de participação política, adquirindo conhecimento e formando redes de apoios que podem ter influenciado no êxito eleitoral na campanha de 2008, ocasião em que foi consagrada com o quarto lugar em número de votos, sendo a mulher mais votada, com 10.308 votos. A ex-vereadora permanece no mandato por dois anos no mandato. Em 2010, candidata-se ao legislativo estadual e recebe 42.301 votos, sendo mais de 30 mil votos obtidos somente em Fortaleza. Atualmente é candidata ao Governo do Estado do Ceará.

Na CMF apresentou projetos e presidiu a comissão mais importante da casa Legislação, Justiça e Cidadania, além de ter sido relatora da Comissão Especial criada

⁸³ Foi vereador, deputado estadual e hoje é deputado federal.

⁸⁴ Central Única dos Trabalhadores

para ampliar, em Fortaleza, o Programa Habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, do Governo Lula. Destacou-se ainda por ter sido a segunda mulher a chegar à vice-presidência da Mesa Diretora da CMF.

Segundo Eliane Novais, seu mandato tinha como prioridade a atuação no combate às drogas, a defesa de grupos minoritários e do meio ambiente. Em dois anos na CMF participou da Frente Parlamentar da Mulher, da Criança e do Adolescente e criou a Frente Parlamentar de Combate ao Crack e outras Drogas. Ainda no enfrentamento às drogas, desenvolveu campanhas educativas e conseguiu aprovar a recriação do Conselho Municipal de Combate às Drogas e a criação de um Fundo Municipal de Prevenção às Drogas. Na CMF, a vereadora criou o Programa Câmara Ambiental e aprovou projetos sobre o Dia do Humorista, a Semana Zilda Arns de Defesa dos Direitos Humanos e a Semana Municipal de Doação de Medula Óssea.

Eliane Novais tem uma parceria política com o irmão que envolve a disputa por cargos distintos e estratégias de transferência de votos de categorias sindicais ligadas aos servidores públicos do Estado. Os irmãos recebem grande quantidade de votos dessas agremiações, como, por exemplo, dos funcionários da Cagece.

Rosa da Fonseca inicia sua trajetória política no movimento estudantil na década de 1960, como diretora do Grêmio Estudantil e, posteriormente, diretora do DCE da UFC, passando pela luta contra a ditadura e chegando aos sindicatos e associações profissionais. A parlamentar ajudou a fundar e presidiu vários sindicatos e associações, dentre eles estão: Movimento Feminino Pela Anistia da União das Mulheres Cearenses; a Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará; e a CUT Ceará, da qual foi presidente. Como professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza, participou também da fundação do SINDIUTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará) e foi diretora da instituição.

Candidata-se ao cargo eletivo de Deputada Federal pelo PSB em 1982 e fica na 5ª suplência com 14.765 votos. Nas eleições de 1986, tenta novamente a Câmara dos Deputados na Coligação PT-PSB e obtém 13.628 votos, contudo, a coligação não elege nenhum membro por falta de coeficiente eleitoral. Já em 1988, concorre a um assento na CMF e recebe 3.093 votos pelo então desconhecido Partido Humanista. Novamente a candidata não se elege porque o partido não atinge o coeficiente eleitoral. No pleito de 1990, fica na 1ª suplência da coligação PT-PSB-PCdoB-PCB para a Assembléia Legislativa com 9.157 votos. Nas eleições municipais de 1992, elege-se para a Câmara Municipal de Fortaleza pelo PSB, com 5.613 votos. Essa foi a única experiência de

Rosa da Fonseca como parlamentar. Em 1994, vai para o PSTU ao lado da Deputada Federal Maria Luíza e disputa o Governo do Estado, recebendo 72.395 votos. De acordo com a ex-vereadora a candidatura ao legislativo municipal representou uma necessidade estratégica do Partido para ampliar os espaços de luta.

Existia uma ideia de que nós revolucionários deveríamos participar desses espaços institucionais como uma forma de fortalecer os movimentos sociais de dar divulgação mais ampla às lutas e tudo mais. Existia essa ideia como existe ainda hoje em alguns segmentos só que hoje isso foi praticamente revertido, por que realmente a gente se candidatava para reforçar o movimento popular, a luta revolucionária, por que a gente acreditava desde então que as mudanças só viriam do movimento, da luta do povo (Rosa da Fonseca).

Rosa da Fonseca foi a primeira mulher de um partido de “esquerda” a chegar à CMF. Talvez por isso o mandato tenha sido diferente, na medida em que a cidade vivia um momento de muitos protestos organizados pelos movimentos sociais e a parlamentar compreendia que a política institucional deveria ser de ação conjunta com esses movimentos. Assim, sua atuação no Parlamento se confundia com a militância, por meio da participação em manifestações em portas de fábricas e mobilizações em associações comunitárias para as lutas do partido. Na CMF, seu desempenho se restringia à participação em comissões e às sessões plenárias, onde dava visibilidade às discussões do interesse das categorias as quais era ligada, como, por exemplo, a política salarial para operários, planos de saúde e abertura de creches. Além disso, fazia uma série de denúncias sobre a administração municipal tanto em relação à atuação do prefeito Juraci Magalhães como dos membros da Câmara, uma delas culminou em uma CPI sobre a distribuição irregular de bolsas do Ministério da Educação, da qual a vereadora foi relatora.

Segundo a parlamentar houve muita dificuldade na condução do mandato por fazer oposição ao grupo do prefeito Juraci Magalhães. Entre os problemas enfrentados na Câmara, foi acusada de não comparecer no plenário da Câmara, já que a vereadora concentrava parte de suas atividades em mobilizações nas portas das fábricas, reuniões em associações comunitárias e manifestações de protesto. Com o ambiente desfavorável para aprovação de suas propostas, buscou a relatoria de algumas CPIs que considerou importantes como a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as distribuição de bolsas do MEC e a CMPI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes em Fortaleza. Segundo a vereadora outra estratégia para garantir a conquista de direitos à classe trabalhadora, como o serviço de regulamentação de

moto-táxi e topiqueiros, por exemplo, foi apresentar aditivos aos projetos desta natureza que já estavam em andamento, ao mesmo tempo em que mobilizava a categoria em questão e realizava amplas discussões com diferentes setores da sociedade. A vereadora ainda passou por um processo de cassação por quebra de decoro parlamentar, por acusar um vereador de estupro.

Na CMF Rosa da Fonseca participou da comissão de Direitos Humanos e apresentou poucas propostas. Um dos poucos projetos apresentados foi um Plano Estratégico para a Cidade, baseado no modelo adotado por Barcelona. Foram realizados vários debates com profissionais do urbanismo, no entanto, o projeto foi arquivado. As propostas que a ex-vereadora conseguiu aprovar foram relativas à homenagens e denominação de artérias de Fortaleza.

Afastou-se da política institucional em razão de posicionamentos ideológicos. Segundo a parlamentar o mandato era compreendido como um instrumento de luta de vários segmentos sociais (trabalhadores rurais e da indústria, mulheres, negros, etc). Porém, a saída da política institucional não correspondeu ao abandono da vida pública, já que permanece atuando nos movimentos sociais organizados. Ainda hoje tem inserção em diversos segmentos sociais e categorias profissionais da área de educação, saúde, construção civil, além da relação próxima com o segmento de mulheres, anistiados, estudantes secundaristas e universitários.

Já as Vereadoras Eliana Gomes e Zélia Correia também iniciaram muito cedo suas trajetórias nas associações de moradores dos bairros onde residiam como líderes comunitárias, porém só buscaram um cargo eletivo bem mais tarde.

Para se lançar na vida pública um candidato, por mais inexperiente que seja no campo político, tem que ter prestado algum serviço ou se identificar com algum grupo para se lançar no mercado político. Os candidatos com o perfil da militância comunitária, como Zélia Correia, geralmente tiram da liderança que exercem no lugar de moradia esse apoio.

Pedagoga e professora da Escolinha Vicente Fialho, a ex-vereadora tem um extenso currículo de atuação comunitária no bairro Itaperi. Com o apoio dos moradores Zélia Correia lança sua primeira candidatura em 1988, pelo PDS, e é reeleita em 1992, pelo mesmo partido. Foram mais de vinte anos de serviço prestado à população do Itaperi e entorno. Ela foi responsável pela celebração de um convênio com o Estado e o Município de Fortaleza, para manutenção de uma creche para beneficiar as crianças dos

bairros Itaperi e Serrinha e também pela instalação do Centro de Saúde Luíza Távora, no Itaperi, fatos que lhe renderam apoio aos mandatos.

É interessante notar que a vereadora é a única mulher com origem no movimento popular de bairros de Fortaleza que conseguiu transferir o capital acumulado no ativismo comunitário ligada a um partido de “direita”, normalmente mais competitivos, porque já estão com os quadros preenchidos e políticos com carreiras consolidadas, como constata Avelar (2001).

A parlamentar dividiu os dois mandatos com suplentes, razão pela qual não foi possível visualizar muitos trabalhos na CMF. Participou da comissão de educação e apresentou sete proposições ligadas à homenagens e concessão de título de utilidade pública.

Francisca Eliana Gomes dos Santos se apresenta como educadora social, natural de uma família de operários originários de Canindé-CE, que veio para Fortaleza na década de 1970. Foi no ambiente doméstico que ela afirma ter seu primeiro contato com a política. Seu pai era membro de sindicato e promovia reuniões em casa para discutir as reivindicações por melhores condições de trabalho na fábrica. Segundo a parlamentar, essa atmosfera lhe instigou, desde muito jovem, a se interessar por política e a participar de lutas sociais.

Em Fortaleza, na década de 1980, Eliana Gomes inicia a militância nos movimentos sociais. Na “luta por moradia”, ajuda a fundar a Associação de Moradores do bairro Elery e se filia ao PCdoB. No final da década de 1990, foi por duas vezes presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF e também presidiu a ONG Cearah Periferia da qual ainda é sócia, assim como da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza. Em 1999, colabora com a organização, dentro da FBFF, do Centro Socorro Abreu de Desenvolvimento Popular de Apoio à Mulher, voltado para a qualificação profissional e orientação jurídica e acolhimento de mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.

A vereadora também passou por um cargo em comissão como assessora comunitária da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR, de 2005 a agosto de 2007, deixando a gestão municipal para assumir a vaga de vereadora na Câmara Municipal de Fortaleza, por um período de sete meses.

O reconhecimento pela participação em movimentos sociais demonstra que a vereadora tem uma história política anterior à Câmara Municipal pautada na “defesa dos mais necessitados, em defesa dos direitos das mulheres”, definindo assim um perfil

ideal de porta-voz dos interesses femininos. A alusão à militância transmite, além do seu comprometimento com a causa, a imagem de consciência política e sua predestinação à vida pública.

Eliana Gomes foi a primeira e única mulher eleita pelo PCdoB ao legislativo municipal. Militante de um partido ideológico desde a década de 1980, só concorre a cargos públicos a partir de 2000. Segundo a vereadora, a decisão de ser candidata é uma “decisão coletiva do Partido” que representou um sacrifício pessoal, mas também uma obrigação assumida com o partido e com “as pessoas mais simples”.

Participa de três eleições consecutivas: em 2000, candidata-se ao legislativo municipal; em 2002, ao legislativo estadual; e em 2004, novamente concorre a um assento na CMF. Não tem êxito em nenhum pleito, alegando a dificuldade de inserção da “mulher do campo popular na política”, por não possuir recursos e nem parentes vereadores, prefeitos ou deputados e por vir das lutas populares. Nas eleições de 2008, obtém 6.181 votos⁸⁵. No ano de 2012, a vereadora não consegue retornar a CMF. Fica na primeira suplência⁸⁶ novamente. Devido às alianças entre os partidos para a disputa ao Executivo no segundo turno, a parlamentar foi nomeada para a presidência da HABITAFOR.

Eliana Gomes garante que os votos concentrados é o resultado de um trabalho político que desenvolve com segmentos sociais espalhados por toda a cidade, ligados à periferia, sobretudo às associações comunitárias, à igreja e a lideranças da Federação de Bairros e Favelas.

Eu vejo que a vereadora tem que ser da cidade, mas você sempre parte de alguns segmentos, muitas vezes é na educação, na saúde. Eu morei ali entre o Monte Castelo e o Bairro Ellery, eu tive votação em toda cidade de Fortaleza, mas é claro que eu tenho que sair de um local onde existe uma base mais forte [...] mas eu tive voto nem que fosse um voto lá na comunidade distante eu tive um voto, tive voto em todas as urnas da cidade de Fortaleza. Então eu me considero assim que parte da votação aqui (...) mas a vereadora tem que ser de toda Fortaleza⁸⁷.

⁸⁵ Dos 6.181 votos, 3.890 tiveram origem nos bairros Carlito Pamplona, Alvaro Weyne, Jacarecanga, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Conjunto Ceará, Vila Elery e Monte Castelo (único bairro com concentração significativa – 792 votos). Grande parte de seus votos estão ligados à área da SER I, onde a vereadora foi liderança comunitária nas décadas de 1980 e 1990, onde participou de um processo de ocupação e de experiências comuns de luta pela posse da terra e por melhorias para o bairro.

⁸⁶ O PCdoB tem conseguido eleger apenas um candidato por pleito. Na última eleição Eliana dividiu os votos do partido com o ex-vereador e secretário da pasta Meio Ambiente do Governo Luizianne Lins, o professor Evaldo Lima, que obteve 5.215 votos contra 4.834 da vereadora.

⁸⁷ Vereadora Eliana Gomes, em entrevista à pesquisadora em 14/03/2012.

No depoimento da parlamentar há a percepção de que ela foi eleita para representar toda a cidade. Logo, a relação que estabelecia com a base eleitoral pode ser interpretada com política. Afirma ainda que anualmente prestava contas do mandato, promovendo seminários, onde também era feita uma avaliação de seu desempenho. Outra forma de ouvir a população foi por meio de rodas de conversas e grupos de trabalhos com setores específicos (juventude, mulheres, moradores de área de risco, etc).

Os discursos e práticas que norteiam o mandato dão evidências da realização de um trabalho ligado aos setores excluídos, como, por exemplo, as mulheres e os moradores de áreas de risco. Quando indagada sobre quem o seu mandato representava, a vereadora assegura que carrega uma “pauta muito grande de reivindicação das mulheres. E também por ser a única mulher comunista a assumir uma cadeira legislativa, é uma grande responsabilidade⁸⁸”. Nesse sentido, fazia mais fortemente a associação do trabalho no parlamento com as questões de gênero e com as bandeiras feministas, como o direito ao aborto e o debate sobre a maior participação feminina nas esferas de poder, sobretudo no parlamento, cobrando dos partidos mais apoio e condições de igualdade de concorrência com o sexo masculino.

As mulheres estão em todo lugar, mas não estão no espaço de decisão. Não é só ser diretora de sindicato, presidente ou vice-presidente de associação (...) ela tem que estar no espaço de decisão. Nós estamos na creche, no sindicato, na associação, mas nós estamos numa posição de poder? A maioria não (Eliana Gomes).

Para promover a ascensão feminina ao poder legislativo, a vereadora enviou projeto para aprovação dos pares intitulado “A Mulher no Parlamento Municipal”, cujo objetivo era estabelecer medidas e metas para o crescimento da participação da mulher na atividade política legislativa, com assento reservado às mulheres na Mesa Diretora.

Grande parte do trabalho político realizado pela parlamentar compreendia a atuação na Câmara por meio do uso das sessões plenárias para debater questões relativas à saúde da mulher, o combate à violência contra a mulher, habitação, educação, segurança alimentar e cultura popular. Também participou da CPI da exploração sexual de crianças e adolescentes e da organização de audiências públicas para discussão de temas como: o enfrentamento da violência contra a mulher,

⁸⁸ Vereadora Eliana Gomes, em entrevista à pesquisadora em 14/03/2012.

reformulação dos Conselhos Tutelares, situação das creches públicas, políticas públicas para enfrentamento às drogas, dentre outros.

O resultado dessas audiências eram transformados em projetos e submetidos à aprovação em plenário, como, por exemplo, a audiência da quadra chuvosa em Fortaleza, que teve como resultado o projeto de locação social para desabrigados dessas áreas de risco em decorrência das chuvas.

A maneira como a vereadora representava os eleitores e se comunicava com a sua base estava fortemente ligada à sua ideologia de organização dos movimentos sociais. Nesse sentido, há o entendimento de que o mandato é um instrumento a serviço da população no poder. A atuação da parlamentar envolvia ação junto aos diversos setores organizados da cidade, como, por exemplo, aos setores ligados à questão da moradia, dos direitos da mulher e do planejamento urbano e se dava pela participação em ONGs⁸⁹, em assembleias, reuniões e manifestações de protesto. Outra forma de atuar junto à base era por meio do planejamento anual de audiências públicas, atividades como as rodas de conversas, seminários temáticos e a realização de reuniões em comunidades para ouvir as reivindicações. Nesse sentido, o mandato era um instrumento para materializar em leis as reivindicações da população e uma forma de mediação entre setores específicos da sociedade com os poderes públicos. A exemplo disso, podemos citar as reuniões intermediadas pela vereadora entre o secretário da SER IV e os barraqueiros do entorno do Hospital Albert Sabin.

O capital delegado pelo partido e pela atuação no serviço público não conferiu à vereadora o êxito nas urnas em 2012. A campanha enfrentou dois complicadores, a disputa pelo voto do partido entre ela e outro candidato cuja base eleitoral guarda semelhanças com a sua. E também o fato da área de concentração dos votos da candidata ter sido objeto de disputa de mais de quarenta candidatos a vereador, aonde segundo Eliana o “peso do poder econômico foi muito forte e o voto é mais vulnerável”. Esses fatos corroboram com a ideia de que a transferência ou delegação de capital e a ideologia do partido, mais próxima do plano ideal de uma democracia representativa, não são suficientes para o sucesso eleitoral.

As candidaturas populares, como as de Eliana Gomes e Zélia Correia, constroem uma identidade por meio de duas condicionantes fundamentais: uma ligada à participação nas lutas sociais (fábrica, bairro, sindicato) e a outra ligada a uma condição de vida similar, que definem um perfil de autenticidade. O "aprendizado na luta"

⁸⁹ Instituto Socorro Abreu e Cearah Periferia.

substituí outros atributos como a escolaridade, o poder econômico ou prestígio. Para Barreira (1994), esse “*ethos* da representação” refere-se assim a características de cunho moral vinculadas a qualidades que ligam o líder a determinados grupos de referência.”⁹⁰

A ação de mulheres com esse perfil é caracterizada pelo aprendizado na prática comunitária das reuniões e mobilizações para a conquista de melhorias para o bairro, bem como a experiência de reivindicações coletivas. Essas experiências do cotidiano compõem uma espécie de capital importante ao exercício da representação. Esse aprendizado confere às lideranças uma autorização para o ingresso nos canais institucionais de representação para defender os interesses de seus representados.

A similaridade entre as carreiras políticas de mulheres que construíram suas trajetórias acumulando o capital delegado dos movimentos sociais é o acionamento do discurso da militância social como um elemento de valorização e distinção de sua atuação no campo político. O comprometimento com as “causas sociais” é uma espécie de ‘ficha política’ que estabelece uma diferença entre a prática política das mulheres esposas, irmãs ou filhas de políticos consagrados, deixando claro o caráter de construção própria da carreira.

Esse espaço é muito difícil para as mulheres, principalmente para as mulheres do campo popular (...) eu não sou filha de prefeito, nem de vereador, nem de deputado (...) sou uma mulher do campo popular, uma educadora social que apostou toda a sua vida nas lutas das pessoas mais pobres dessa cidade. Chegar a esse poder aonde o voto é mais vulnerável e aprender o que é uma vida política, o que é os projetos não é fácil. (Eliana Gomes).

O depoimento da vereadora evidencia as diferenças entre a experiência cotidiana de organização comunitária e de uma visão de mundo do “campo popular” que se opõem ao poder econômico e à política profissional, definindo uma espécie de *habitus* que não condiz com as disposições do campo político institucional, sendo necessário o aprendizado de um sistema disposicional que opere neste campo. Além disso, a militância é utilizada para demonstrar a combatividade pela participação nas lutas populares, de onde a vereadora retira a força de seu capital simbólico.

As falas das interlocutoras suscitam também o debate sobre questões de independência política e compromisso, que permeiam o imaginário popular e funcionam como uma espécie de moeda negativa à atuação feminina. Embora seja tão comum tanto aos homens quanto às mulheres a utilização desse expediente para o ingresso no campo

⁹⁰ BARREIRA, 1994, p. 153.

político, há uma conotação negativa que recai com muito mais força sobre a mulher, que funciona como um tipo de desautorização à participação política.

Isso é muito comum de acontecer com as esposas de prefeitos. A esposa de prefeito vai cuidar de quê? Ela vai logo pra secretaria de assistência social. Isso é tradicionalmente repetido, é como se fosse uma coisa que é meio que é cultural (...) a primeira-dama cuida de quê? Cuida de creche, cuida dos idosos, é sempre essa coisa muito assistencialista. (Luizianne Lins).

Há uma diferença entre estar na política por intermédio da família (marido, irmão, tio) e estar lá por ter conquistado um espaço pela competência profissional ou engajamento nos movimentos sociais (“por conta própria”). No discurso de mulheres com esse perfil esse é um símbolo de diferenciação da carreira política combativa, construída por meio da luta por direitos sociais e não por privilégios conquistados via rede de relações de confiança e troca. E ainda na avaliação dessas parlamentares, as mulheres que ingressam no campo político pela herança familiar possuem um comportamento conservador.

A mulher muitas vezes não representa a mulher porque muitas delas vêm com o punho da história do pai ou da mãe, que muitas vezes é um punho muito conservador (...) quando eu assumi aqui pelo período de 7 meses, as pessoas diziam: a vereadora só vai falar da lei Maria da Penha. Mas depois quando eu retornei, a gente fez uma afirmação nesse espaço, trabalhamos outras questões (Eliana Gomes).

Discursos dessa natureza desqualificam as trajetórias construídas sobre o capital familiar, ao mesmo tempo em que procuram afirmar as bandeiras assumidas com as causas femininas, preocupações presentes nas falas de vereadoras de partidos de “esquerda”, diferentemente da atuação de mulheres com perfil tradicional. Esta estratégia visa à adesão de um determinado público, a demarcação do lugar de atuação da parlamentar e das bandeiras que serão defendidas pelo mandato.

A literatura produzida sobre a profissionalização política, e também os relatos das entrevistadas, assinalam que a permanência no campo político e a ascensão na carreira passam necessariamente pelo aprendizado de competências técnicas, funcionando como um direito adquirido à renovação do mandato.

De acordo com Grill (2008), existem dois processos interdependentes que caracterizam as carreiras bem sucedidas, que são: a concentração dos mandatos por um número reduzido de agentes e a permanência desses agentes em cargos eletivos e

políticos por um período longo de tempo. Nesse sentido, os indicadores para compreender as lógicas de funcionamento da política passam pela idade e o cargo de ingresso no campo político, o tempo de ocupação de cargos públicos e o número de candidaturas.

Por essa razão a profissão política parece exigir um aprendizado lento, gradual e progressivo que envolve a passagem por diferentes cargos da hierarquia política e pouca dedicação a outras atividades profissionais, como exigência para a ascensão no campo político.

Nos discursos das vereadoras, há o entendimento de que a lógica que orienta uma atuação bem sucedida não se limita apenas ao aprendizado dos códigos e da gramática do campo político, envolve também questões como a força do poder econômico, os vínculos de lealdade, a discriminação de gênero e a rede de solidariedade em torno dos mandatos.

3.1.2 Capital delegado da ocupação de cargos políticos ou públicos

Uma das características do capital delegado dos cargos políticos ou públicos é que ele tem origem da ligação com o próprio campo político tanto pela conversão de um capital acumulado na ocupação de funções públicas, como pela passagem por cargos eletivos no executivo e legislativo.

Esse capital pode ser identificado nas trajetórias de Gorete Pereira, Terezinha de Jesus, Nelba Fortaleza e Magaly Marques, funcionárias públicas concursadas ou em regime de comissão, que inicialmente converteram um saber técnico especializado proveniente das funções de relevância de secretarias e chefes de distritos, diretoras de hospitais e postos de saúde, que lhes conferiram notoriedade e popularidade para que fossem eleitas.

Esse capital assume um caráter individual na medida em que está adstrito à história política de cada indivíduo, seja pelo prestígio alçado no exercício de sua função ou nos quadros da agremiação partidária. Outra particularidade desse subtipo é que a carreira política se dá de maneira paulatina, após passagem por cargos de base na hierarquia política ou longos períodos em cargos públicos ou partidários, adquirindo experiência e visibilidade.

Segundo Lopes (2005), a partir da década de 1990 é perceptível o relativo aumento de carreiras políticas com esse perfil. O autor supõe que pode ter sido

motivado por fatores estruturais, como a ampla reforma do Estado nas décadas de 1980/1990, ocasionando o aumento do número de municípios e a expansão de serviços básicos, como o SUS. Nesse período, a Prefeitura de Fortaleza também passa por uma reforma administrativa, no governo Juracy Magalhães, dividindo a cidade em seis secretarias regionais, a fim de descentralizar os serviços. Para o autor, esses fatores contribuíram para o aumento do número de profissionais contratados pelo serviço público e, em virtude do desempenho de suas atividades, tornaram-se candidatos ao legislativo municipal.

Outra peculiaridade que pode ser notada na trajetória das vereadoras que detém esse capital é o envolvimento prévio com os partidos, mas sem qualquer contato com os movimentos sociais. Normalmente, o engajamento no partido acontece em função da ligação das mulheres com grupos políticos que favoreceram a ocupação de algum cargo público ou pelo destaque nessas funções. As mulheres são, assim, convidadas a se filiar em alguma agremiação partidária.

As trajetórias das parlamentares Terezinha de Jesus, Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza, Magaly Marques e Gorete Pereira possuem características semelhantes. A filiação partidária acontece pouco antes das candidaturas, não havendo uma ligação com movimentos sociais anterior à campanha, com exceção da participação discreta em entidade de classe não como representante da categoria, mas como um pedido de apoio dos segmentos profissionais como, por exemplo, de médicos e de fisioterapeutas.

Gorete Pereira é a primeira mulher com capital delegado do trabalho desenvolvido no serviço público, mais especificamente na área de saúde, a chegar à CMF. Foi vereadora de Fortaleza pelo PFL para dois mandatos, 1988 e 1992, e obteve consecutivamente 3.371 e 4.174 votos, sendo a quarta vereadora mais votada no primeiro pleito em que concorre.

Antes de ingressar na política institucional foi presidente do sindicato dos fisioterapeutas (1979-1985) e fundou a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação – ABCR, que oferece à população carente de Fortaleza fisioterapia e reabilitação aos portadores de deficiência física. É também nesse período que ingressa no serviço público municipal e estadual como fisioterapeuta.

O trabalho no serviço público como fisioterapeuta abriu uma oportunidade para Gorete Pereira ingressar na política institucional. A frente da ABCR e de uma associação que atendia mães e crianças com necessidades especiais (o público da

APAE⁹¹), a vereadora assegura que sua inserção na política foi para ajudar os deficientes físicos, pessoas carentes, que tinham na ABCR o único caminho para reabilitação. A contribuição dos seus mandatos para esse público foi materializado na implantação de 10 núcleos da ABCR em 10 bairros de Fortaleza. Além disso, apresentou projetos para beneficiar os deficientes físicos, como a obrigatoriedade de veículos adaptados para cadeirantes no transporte público.

Terezinha de Jesus é pediatra, funcionária pública do Ministério da Saúde, e prestou serviços durante 25 anos à população carente da periferia de Fortaleza. A ex-vereadora foi chefe do posto de saúde do Bairro Floresta e do distrito de saúde da Secretaria Regional I (SER I⁹²). Também exerceu o cargo de Secretária Executiva da SER I. Durante sua administração, segundo informações da Prefeitura, o número de crianças matriculadas na Regional saltou de 21.000 para 43.000. Para atender essa demanda, algumas escolas foram ampliadas e mais seis construídas.

Foi com o objetivo de “ajudar as pessoas mais simples” que ela se candidatou a vereadora nas eleições de 2004, para atender “um pedido do povo”, principalmente dos moradores da Regional I, onde a médica também mantém um “centro social”. Na primeira eleição que disputou, foi eleita pelo PMDB com 12.026 votos.

Grande parte do público que votou na vereadora foi composto por moradores da área atendida pela SER I⁹³. Além do segmento de médicos, ela tinha em seus pacientes do consultório particular seus potenciais eleitores. Embora seja médica e tenha solicitado o apoio da classe profissional, não se apresentou como representante desta. Parece ter sido o trabalho desenvolvido à frente da Chefia do Distrito de Saúde e da Secretaria da Regional I que proporcionou sua entrada na CMF. Contudo, seu trabalho realizado na Câmara de Vereadores está fortemente ligado à saúde. A parlamentar participou da Comissão de Saúde e propôs 20 projetos, destes, 8 estavam ligados aquela área.

Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza também se destacou pelo serviço prestado, quando passou pelos quadros dirigentes da administração municipal em cargos

⁹¹ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

⁹² A SER I é composta por 15 bairros e possui por volta de 302 mil habitantes.

⁹³ O resultado das eleições divulgado pelo TRE, aponta para a concentração de votos da vereadora nos seguintes bairros: Jacarecanga (1.212 votos); Cristo Redentor (935 votos); Barra do Ceará (919 votos); Álvaro Weyne (636 votos); Centro (539 votos); Monte Castelo (386 votos); Messejana (345 votos); Vila Velha (333 votos); Conjunto Prefeito José Walter (324 votos); Vila Ellery (293 votos).

importantes nas Secretarias Executivas Regionais da PMF. A ex-vereadora é uma engenheira civil que entrou no serviço público por influência do marido, que é médico de um posto de saúde da Secretaria Executiva Regional V (SER V). Em 2000, foi candidata ao legislativo municipal e se elegeu com 10.308 votos.

A parlamentar ficou mais conhecida da população pela atuação técnica, já que passou boa parte do primeiro mandato exercendo as funções de chefia na SER V e na Coordenação de Profissionalização e Geração de Emprego e Renda da Prefeitura (CPGER). Nesta implantou, nas seis Secretarias Regionais, o Programa de Incentivo ao Pequeno Negócio em Casa (PINC), o Programa de Prática de Informática (PROINFOR) e criou os projetos Viva Mar, Vilas Verdes, Feiras Itinerantes, Conhecendo Fortaleza e Balcão de Emprego, projetos ligados à preservação do meio-ambiente e a geração de emprego e renda.

Quando esteve à frente dessas funções de confiança, nas administrações de Juraci Magalhães e Cambraia, além da descentralização administrativa, Fortaleza passava por uma expansão da malha viária e construção de equipamentos públicos que impactaram significativamente na vida dos fortalezenses. De acordo com dados da Prefeitura na área da SER V, quando a vereadora permaneceu por 18 meses, foram construídas 12 escolas, 21 creches comunitárias, 4 postos de saúde e 2 complexos de cidadania, além de executar obras de drenagem, pavimentação poliédrica e asfaltamento em muitas ruas e avenidas. Da Regional V, a vereadora retornou à Câmara Municipal de Fortaleza em 2005 para novo mandato, com 15.562 votos, um aumento de 50% dos votos em relação a eleição de 2000.

Sua base eleitoral compreendia os moradores atendidos pela Regional V⁹⁴, que concentra os bairros mais pobres da cidade, além de segmentos da classe média. Ainda compunha a rede de apoios da vereadora a um grupo de políticos influentes ligados ao Prefeito Juraci Magalhães.

Maria Magaly Marques Dantas tem 59 anos, é casada e mãe de três filhos. A parlamentar é médica especializada em anestesiologia e fisioterapia, formada pela Universidade Federal do Ceará, atualmente é perita do INSS e foi médica do Município de Fortaleza (IJF) e do Governo do Estado (Pronto Socorro dos Acidentados).

⁹⁴O distrito administrativo possui quase 570 mil habitantes e é composta por 18 bairros. Nas eleições de 2004 a vereadora teve concentração de votos nos seguintes bairros da SER V: Prefeito José Walter (932 votos); Bom Jardim (873 votos); Conjunto Ceará (708 votos); Manoel Sátiro (625 votos); Maraponga (584 votos); Barra do Ceará (465 votos); Mondubim (421 votos); Granja Portugal (406 votos); Antônio Bezerra (372 votos); Messejana (370 votos); e Montese (368 votos).

Vereadora de Fortaleza por quatro legislaturas consecutivas (1988 – 1991, 1992-1995 - PDS; 1996-1999 - PMDB; 2000-2003 - PTB). Foi suplente na legislatura 2004-2009, assumindo o mandato de vereadora pelo PMDB em 2005. Em 2008, se elege com 10.471 votos e em 2012, foi reconduzida à CMF para o sexto mandato.

A parlamentar se lança na política através da influência como médica do serviço público de saúde, seguindo os passos do irmão, ex-vereador e deputado estadual Carlomano Marques, e constrói um capital simbólico sobre o trabalho realizado como funcionária pública da área de saúde (perita do INSS e médica de hospitais e prontos-socorros da Capital), e converte essa notoriedade para o campo político.

Apresenta-se com a defensora do povo humilde de uma comunidade do bairro Varjota, levada à política para defender seus interesses, em detrimento de sua vida profissional e pessoal. Nesse sentido, o mandato representa uma missão pessoal que traz satisfação, “uma experiência por demais válida. Porque a gente se dá muito e, as pessoas são muito agradecidas. Existe uma relação biunívoca de agradecimento. Isso é o que dá mais conforto e segurança, dá prosperidade ao nosso trabalho”.

Além do capital delegado, Magaly Marques também incorporou à sua carreira política o *savoir-faire*, transmitido pelo irmão, e sua rede de vínculos, compromissos e lealdades⁹⁵, como se observa no depoimento abaixo, que evidencia o tipo de relação entre eleitor e a parlamentar:

Eu já ajudei muita gente sem nenhum interesse político, até porque eu era muito jovem nessa época. Eu alfabetizei muita gente, dentro das minhas limitações. Quando passei no vestibular de medicina, então cresceu mais o apego daquelas pessoas. Por que a gente sabe que a área de saúde é muito carente. Quando eu era estudante lá na Santa Casa de Misericórdia, eu levava aquele povo mais carente para dar as devidas soluções aos seus problemas lá. Acho que isso aí cria um vínculo afetivo, de muita amizade (...) e eu me irmão que já era estudante de medicina tínhamos um poder de resolutividade muito grande (...) então a gente percebia uma relação de amizade e de confiança com esse tipo de pessoas entendeu, que eram também oriundas de lá [bairro Varjota]. Então por sugestão dessa comunidade, eles indicaram o Carlomano, que hoje é deputado pra vereador⁹⁶ (Magaly Marques).

O atendimento é o trunfo político dos irmãos que são médicos, funcionários da rede pública e facilitam o acesso aos serviços de saúde às pessoas mais carentes, por meio da rede de apoios nos postos e hospitais da cidade. Trata-se de uma “parceria tanto

⁹⁵ Carlomano foi eleito duas vezes para parlamento municipal. Posteriormente candidata-se a Assembleia Legislativa, onde permanece desde 1994. Em 1992, Magaly concorre ao legislativo municipal e herda os votos do irmão.

⁹⁶ Entrevista ao programa Especial Mulher – TV Fortaleza, 07/03/2012.

a nível atendimento ambulatorial como a nível cirúrgico” para o acolhimento de demanda individualizada no “comitê”, localizado no bairro Varjota, que compreende o despacho para a retirada de certidões e documentos em órgãos públicos, distribuição de medicamento e, principalmente, consultas médicas, atestados, marcação de cirurgias e solicitações de exames.

Como será observado no próximo capítulo, a vereadora propôs poucos projetos de lei, sobretudo ligados à saúde que é a sua “bandeira estrutural”⁹⁷. É razoável dizer que nas últimas legislaturas, a principal forma utilizada pela vereadora para intervir nos trabalhos na CMF tem sido a atuação nas comissões permanentes, na condição de presidente.

No último mandato (2009/2012), a vereadora explica que seu trabalho se concentrou na presidência da comissão de Legislação, Justiça e Cidadania. Esta comissão é a mais importante da CMF, por isso possui uma demanda de trabalho intensa. Praticamente todos os projetos apresentados no plenário são submetidos a ela para o julgamento da constitucionalidade do pedido e, posteriormente, ser encaminhado à comissão competente. Além disso, a vereadora não se afastou das funções de médica e perita do INSS⁹⁸.

De acordo com a vereadora, o grupo de apoio aos mandatos dos irmãos é constituído pelos moradores daquela comunidade, os familiares e a entidade de classe da qual fazem parte ela e mais dois irmãos médicos. Além do grupo citado, foi possível observar nas poucas atividades de campanha que tive acesso, apoios de lideranças comunitárias, deputados estaduais e da ex-vereadora Nelba Fortaleza, que ainda mantém influência sobre um grupo considerável de lideranças comunitárias no bairro Maraponga e adjacências.

Analisando as trajetórias das 4 mulheres, é possível supor que suas atividades profissionais contribuíram de maneira significativa para o sucesso eleitoral por meio da conversão de capital de um campo ao outro e, conseqüentemente, tiveram campanhas exitosas.

A ocupação de postos na estrutura do poder Executivo, no âmbito do município, confere efetivamente às mulheres que ocupam esses cargos, possibilidades reais de exercício do poder. E, por serem atividades desenvolvidas muito próximas da população, solucionando problemas corriqueiros que atingem diretamente os moradores

⁹⁷ Durante a campanha a vereadora aciona esta bandeira com propostas genéricas, no entanto, parece ser no assistencialismo que a concentração de trabalhos na área da saúde fica em evidência.

⁹⁸ Instituto Nacional do Seguro Social.

da cidade, essas funções proporcionaram às parlamentares um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido que pode ter contribuído para a construção de suas bases eleitorais, como sinaliza o depoimento da ex-vereadora Gorete Pereira.

A ABCR foi minha origem como fisioterapeuta, lá com os deficientes físicos foi a minha primeira parte de ação política (...) Eu ia para um secretário de saúde do estado, do município, passava a tarde inteira para pedir uma cadeira de rodas para um pobre que vinha se tratar comigo se arrastando pelo chão. E chegou um dia, e sempre na época de política, eu chamava os políticos e dizia “Olha, vamos votar nele” (...) Eu não tinha a necessidade de entrar [na política] se não tivesse sido as pessoas portadoras de deficiência (...) Uma vez eu cheguei no meu consultório e tinha 16 mães de crianças excepcionais, com os filhos nos braços e olharam para mim e disseram “Olha, doutora Gorete, agora nós só votamos se for na senhora.” Eu não tinha nem filiação partidária. Eu disse :Vocês são loucas. Elas disseram “nós queremos que a senhora empreste o nome que nós vamos para a rua e lhe elegemos. A senhora é uma pessoa que sempre tá procurando nos ajudar, não é possível que a senhora também vá falhar⁹⁹

Eu atendo de 250 a 300 pessoas por mês, 250 em torno de cirurgia, onde eu faço a anestesia. Então justifica essa pulverização do meu nome em toda essa capital fortalezense. É uma questão que eu faço com muito amor, é uma maneira de eu devolver à sociedade tudo que a sociedade me deu. Por que eu sou formada pela faculdade federal de medicina, meu curso foi todo de graça, eu não paguei um tostão. Então a minha retribuição como cidadã, como médica foi dar isso para a sociedade. Eu sou uma das poucas médicas, médicas de um modo geral, que trabalha pelo SUS. O SUS na sua essência é um sistema muito bom, mas na prática funciona muito mal, haja visto que a anestesia mais cara que eu faço pelo SUS é R\$ 100,00, mas mesmo assim eu não desisto desse desafio, atendo com muito amor, com muita dedicação, porque eu me coloco na situação como se fora eu, como uma pessoa da minha família. Então isso aí me dá esse retorno favorável. Em todo lugar o nome da Dra Magaly é lembrado por eu atender sistematicamente o povo mais simples, mais humilde, e sempre vou fazer independente de eu ser política, porque eu tenho 28 anos de formada e estou na política há 20 anos. Os 8 anos antes da política eu trabalhava no José Frota, no Frotinha do Antônio Bezerra, no Frotão. Sempre trabalhei em favor dos mais carentes¹⁰⁰.

Os depoimentos demonstram que a atuação profissional é utilizada como trunfo político para o atendimento às necessidades da base eleitoral das vereadoras. O atendimento à clientela não é ilegal, na medida em que proporciona o acesso rápido aos serviços aos quais os cidadãos têm direito. Nesse sentido, as cadeiras de roda, laqueaduras de trompas, consultas e os exames marcados nos postos “furando a fila”, além dos medicamentos distribuídos pela vereadora não representam uma ação ilegal, fora do período eleitoral.

Percebe-se que a função pública propiciou às parlamentares requisitos fundamentais para o ingresso na carreira política. Primeiro, a visibilidade de quem

⁹⁹ Entrevista realizada pela equipe de pesquisadores do Lepec, em 15/02/2010.

¹⁰⁰ Reunião da vereadora Magaly Marques com líderes comunitários na associação dirigida por Nelba Fortaleza, no bairro Maraponga.

ocupa cargos públicos; segundo a formação de uma base eleitoral que compreende um núcleo de pessoas beneficiadas diretamente pela instituição ligada à profissional; e terceiro, o contato com o ambiente político que proporcionou o treinamento e aquisição de um *habitus* político, na medida em que o desempenho dessas funções exige contato direto com este campo. Por esse motivo, é razoável dizer que há uma transferência de capital do campo profissional para o político.

3.1.3 *Capital delegado da família*

Maria José Albuquerque, Regina Assêncio, Leda Moreira e Patrícia Saboya são mulheres que entraram na arena política por meio da transferência de capital originário do próprio campo político, mais especificamente delegado pelos familiares, cônjuges e pai, que possuíam carreiras políticas já consolidadas. Os mandatos das três primeiras parlamentares possuem ainda duas características comuns que são: a votação concentrada nos bairros Bela Vista, João XXIII e Grande Pirambu¹⁰¹, respectivamente, além da existência de um sistema de “atendimento” contínuo aos eleitores.

De fato a transferência do prestígio e do reconhecimento social da família tem se mostrado uma das principais formas de ingresso de mulheres na política. As parlamentares herdam, além do capital, um saber prático e uma rede de vínculos, compromissos e lealdades que deve ser realimentada para a recondução ao cargo público.

A entrada na política muitas vezes está ligada à necessidade de continuidade do mandato dos familiares, quando estes estão impedidos de se candidatar ou pretendem ampliar a atuação política, disputando outro cargo eletivo. Assim foram os percursos de Maria José de Oliveira, Leda Moreira e Regina Assêncio no campo político.

Maria José Albuquerque de Oliveira era filha de um líder comunitário, foi casada com José Batista de Oliveira¹⁰² com que teve 5 filhos. José Batista iniciou suas atividades políticas na década de 1950, por intermédio do tio, Padre Alberto Oliveira, primeiro vigário da paróquia da Bela Vista, que lançou a candidatura do sobrinho ao

¹⁰¹ Área que no passado era chamada de Grande Pirambu que incorporava os bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará. Entretanto, esse termo é utilizado pela vereadora para se referir a comunidade atendida por ela, que compreende os moradores dos bairros Pirambu, Barra do Ceará, Álvaro Weyne, Colônia, Cristo Redentor, Jacarecanga e Floresta.

¹⁰² José Batista de Oliveira foi vereador de Fortaleza (três mandatos), deputado estadual e presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

legislativo municipal. Em 1972, em substituição ao marido, que se candidataria a Assembléia Legislativa, Maria José de Oliveira concorreu pela primeira vez a um cargo público e foi a vereadora mais votada do pleito, com 6.732 votos.

A ex-vereadora foi funcionária da Secretaria da Fazenda do Estado, também era servidora da Câmara Municipal, onde exerceu a chefia da Sessão de Expediente do Departamento Administrativo. Em 1983, foi Secretária de Administração do Município de Fortaleza. A parlamentar permaneceu na CMF por seis legislaturas, passando o cargo para o filho, Casimiro Neto, que foi deputado estadual e hoje cumpre o quarto mandato de vereador.

Segundo a parlamentar e seu filho, a candidatura de Maria José representou uma continuidade do trabalho desenvolvido pelo marido,

A comunidade começou a sentir a necessidade de ter uma liderança, lançaram o padre, o padre desistiu, mas ajudou muito, foi quem deu o pontapé inicial. Primeiro meu pai foi vereador. Ela [Maria José] era o braço direito, ficava na linha de frente atendendo o pessoal, acompanhando. Quando meu pai saiu para ser deputado foi que ela entrou.¹⁰³

A família Oliveira reside na mesma casa no bairro Bela Vista, há 52 anos. De acordo com o depoimento de mãe e filho, foram os moradores dessa comunidade e de seu entorno (Rodolfo Teófilo, Picí, Henrique Jorge, Pan Americano) que escolheram a família para representá-los. É com o apoio desta base eleitoral, que foi se ampliando a cada legislatura, que a família mantém ininterruptamente um representante na CMF desde a década de 1950. Com o capital transferido pelo marido e a forte liderança exercida nas comunidades, a vereadora desenvolveu um trabalho que se enquadra no perfil do político tradicional, caracterizado pela assistência prestada a população por meio da distribuição de bolsas de estudos, cartão para indicação de emprego, pagamento de registros de casamento e de nascimento, abertura de vaga em escolas públicas, pagamento de contas de água, luz, compra de medicamentos e estacionamento gratuito na residência da família¹⁰⁴, além de equipamentos públicos para os bairros atendidos.

¹⁰³ Entrevista realizada pela autora em 23/04/2013.

¹⁰⁴ Durante a entrevista com mãe e filho (por volta de 19h), moradores do bairro chegavam com seus carros para estacionar no pátio da residência (com capacidade para 50 veículos) que tem os portões abertos permanentemente. A residência dos Oliveira fica numa rua movimentada do bairro Bela Vista. A casa simples, rodeada de alpendres fica no centro de um grande terreno de muros baixos. De um lado da casa havia um espaço organizado para uma cerimônia religiosa que seria celebrada aquela noite. E do outro lado do alpendre, algumas pessoas esperavam para serem atendidas pelo vereador Casimiro no escritório, uma sala nos fundos do estacionamento, onde o atendimento é feito cotidianamente.

Quando eu cheguei aqui era muito carente o bairro. Pra você entrar pra Bela Vista tinha que rodear por outros bairros como o Pan Americano e Demócrito Rocha. Aí nós conseguimos trazer uma ponte pro canal, abertura de ruas, calçamentos e postos de saúde, chafariz. Aqui na frente tem um chafariz que colocamos para as pessoas pegarem água para beber (...) Modéstia a parte tudo que tem aqui no bairro foi conseguido por ele, por mim.¹⁰⁵

A vereadora fazia a mediação entre os interesses dos moradores e poderes públicos, apresentando semanalmente as demandas da população ao prefeito, para providenciar a construção de chafariz, iluminação de ruas, tapa buracos, construção de escolas, posto de saúde, calçamentos etc. Esses pedidos eram atendidos com relativa facilidade, já que a parlamentar “sempre apoiava o prefeito”.

Examinando as informações que consegui resgatar da passagem de Maria José de Oliveira pela Câmara, é importante ressaltar que a vereadora foi uma das primeiras mulheres a participar da Mesa Diretora, ainda na década de 1970. No primeiro mandato na CMF, a parlamentar ocupou o posto de segunda secretaria da Mesa por dois interstícios. Nos últimos mandatos, o trabalho na Câmara de Vereadores se concentrou na participação como membro da Comissão de Educação e na apresentação de poucas proposições ligadas a monções e homenagens e a denominação de logradouros.

Também é possível notar uma diminuição progressiva do número de votos recebidos pela vereadora ao longo dos pleitos, que corrobora com a análise de Lopes (2005) sobre o enfraquecimento de líderes com vinculação direta com comunidades, que mantém sua base eleitoral atrelada ao atendimento de demandas que dependem do poder executivo para serem sanadas.

Maria José de Oliveira permaneceu na Câmara até 1999. Em 2000, deixa a política para dar lugar ao filho, Casimiro Neto, que já havia sido deputado estadual por duas vezes. Hoje, a ex-vereadora continua ajudando no atendimento à comunidade em sua residência.

A trajetória política de Regina Cely Diniz Assêncio tem início após anos de trabalhos prestados à comunidade do João XXIII junto com o marido, Maurílio Assêncio, vereador de Fortaleza durante 24 anos ininterruptos. Em 2004, se candidata ao primeiro mandato substituindo o marido na concorrência por uma vaga na CMF e recebe 10.814 votos.

Na ocasião da candidatura, a vereadora também presidia a ONG Conselho dos Moradores do Bairro João XXIII, onde desenvolve projetos voltados para a criança,

¹⁰⁵ Entrevista realizada pela autora em 23/04/2013.

jovens, mulheres (Escolinha de Futebol Maurílio Assêncio, projeto Construindo a Cidadania Através da Música e cursos profissionalizantes) e para a terceira idade (projetos Saúde Cidadã e Cidadão Saudável). Também foi diretora administrativa do Colégio Menino Jesus de Praga, no Bairro João XXIII.

A família retira o apoio aos mandatos do trabalho desenvolvido no Conselho e da assistência aos moradores do João XXIII e adjacências, pois tanto a mulher quanto o marido conseguiam em média 80% dos votos dessa área (LOPES, 2005). Como a vereadora permaneceu pouco tempo no parlamento¹⁰⁶ e pela origem do seu capital político estar ligada a Maurílio Assêncio, já que não foi possível construir uma trajetória independente do casamento, ela se retira da política institucional após o divórcio.

Patrícia Saboya Ferreira Gomes era desconhecida no cenário político e da população de Fortaleza até 1989, ocasião em que seu ex-marido, Ciro Gomes se torna prefeito da capital e, posteriormente, governador do estado (1993). O incentivo do avô e a curta passagem pela militância política no PCdoB foram utilizados para justificar a sua decisão de se candidatar e também para construir o capital político da vereadora, numa tentativa de demonstrar uma trajetória autêntica.

Sua trajetória na política institucional acontece por intermédio do marido. Como primeira-dama do Município e posteriormente do Governo do Estado, Patrícia coordenou programas sociais, presidiu a Operação Fortaleza (OPEFOR) e também dirigiu a Secretaria de Ação Social da Prefeitura. E quando desempenhou o papel de primeira-dama do Estado, comandou a Comissão Intersetorial de Ação para a Criança e o Adolescente do Estado e o Conselho contra a Fome e a Miséria.

É com base na experiência conquistada nesse período, desenvolvendo projetos sociais nessas duas instâncias de poder e pela defesa de bandeiras ligadas à juventude e a educação, que ela se lança ao legislativo municipal em 1996, sendo a vereadora mais votada de Fortaleza, com 21.832 votos. Dois anos depois é candidata ao legislativo estadual e em 2002, se consagra senadora da república, tornando-se a única mulher cearense a chegar a Senado Federal. Sua trajetória ascendente se confunde com o sucesso do grupo político de Tasso Jereissati, do qual Patrícia ainda faz parte¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Regina Assêncio foi nomeada para assessorar a prefeita Luizianne Lins e também para chefiar o Distrito de Assistência Social da Regional III.

¹⁰⁷ A ascensão desse grupo político composto por empresários cearenses representou uma ruptura no poder político local e uma mudança no padrão político praticado até a década de 1980. Para maiores informações sobre o assunto ver PARENTE, Josênio. *A Fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Ed. UFC- Sobral: Ed. UVA, 2000.

Ao contrário do que ocorreu na trajetória de Regina Assêncio, a separação de Ciro Gomes não representou a perda da base eleitoral, de recursos materiais e nem da rede de apoios, fatores que possibilitaram sua ascensão na política institucional. Isso porque sua carreira se apoiou inicialmente no capital transferido pelo grupo político de Tasso Jereissati, do qual a família Ferreira Gomes integrou durante duas décadas. No entanto, a vereadora também conquistou um capital simbólico pelos trabalhos realizados no Executivo, à frente da ação social da Prefeitura e do Governo do Estado, e no próprio Legislativo, atuando em comissões importantes na CMF¹⁰⁸. A transferência de capital familiar não excluiu a possibilidade de acúmulo de capitais de outros campos, pelo contrário, é possível verificar que sua trajetória exitosa é resultado da conquista de capital de origens distintas, com porções e pesos diferentes, ao longo de sua vida política.

A trajetória da vereadora Maria Leda Moreira e Silva ilustra um tipo de carreira política calcada exclusivamente na herança familiar. A parlamentar tem 49 anos, é casada e mãe de uma filha. Gradou-se em Direito e atualmente estuda Fisioterapia. Foi influenciada pelo pai, ex-vereador Agostinho Moreira, e pelo irmão, deputado Augustinho Moreira a ingressar na política institucional. O contato de Leda Moreira com a política aconteceu ainda na infância, quando seu pai se candidata a vereador de Fortaleza. Contudo, o ingresso no nesse universo acontece como assessora do pai na eleição para a Assembléia Legislativa em 1992. Em 2000, já vislumbrando uma candidatura, filia-se ao PSL para cumprir o prazo exigido pelo TRE.

A investidura num cargo eletivo ocorreu em 2002¹⁰⁹, após a morte de seu pai. Incentivada pelo irmão, que na ocasião cumpria o segundo mandato na CMF, e pela “identificação e o trabalho social com a comunidade”, Leda lançou a candidatura à deputada estadual. Apesar da denúncia de compra de voto, a candidata é eleita com 13.140 votos, dos quais 10.000 somente em Fortaleza e, aproximadamente 8.000 votos no Grande Pirambu.

A trajetória parlamentar como deputada estadual é interrompida em 2006, em função das dificuldades encontradas de reeleição pelo PSL. Segundo a vereadora também não havia interesse em se distanciar de sua residência e da família, já que o

¹⁰⁸ A vereadora foi presidente das Comissões de Orçamento e Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso,

¹⁰⁹ Em 1996, Agostinho Moreira foi eleito vereador de Fortaleza com concentração de 85,67% dos votos no grande Pirambu e em 2000 foram 83% dos votos nessa área, segundo o TRE.

mandato de deputada demandava um esforço maior para a conquista e manutenção das bases no interior do Estado.

Em 2008, lança a candidatura à Câmara Municipal e se elege com 10.029 votos com concentração de 48% dos votos nos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Carlito Pamplona. Em 2012, a candidata foi reconduzida à Câmara Municipal, com 8.279 votos, onde também se destaca a votação concentrada nos bairros Álvaro Weyne, Barra do Ceará, Cristo Redentor e Jacarecanga, representando 66,95% dos votos recebidos, de acordo com o TRE.

O sucesso eleitoral de Leda Moreira pode ser o resultado da conjugação de dois fatores: do “capital familiar”, transferido de pai para filhos, e da continuidade do atendimento à base eleitoral com a mediação entre os eleitores e os poderes públicos. A família desenvolve um atendimento diário às pessoas que moram na comunidade e nos bairros circunvizinhos que procuram por todo tipo de ajuda, individual ou coletiva. Atendendo cada eleitor na sua necessidade, a vereadora espera a retribuição com o voto de gratidão, que deve ser demonstrada no dia da eleição, materializando o compromisso firmado a partir da troca. Essa troca é, no contexto estudado, solidificada pelo atendimento.

O modo de fazer política da família Moreira é marcado pelo atendimento à comunidade há mais de 45 anos. Nos relatos da vereadora, essa relação estabelecida entre o seu pai e a comunidade era baseada na assistência antes mesmo do ingresso de Augustinho na política institucional. A comunidade o procurava em sua residência e, “ele nem imaginava entrar na política, mas sempre ajudava os moradores mais carentes do bairro”.

É no atendimento que mais fortemente Leda Moreira trabalha. Fora do período eleitoral, ele acontece de terça-feira a quinta-feira na CMF e uma vez por semana, geralmente às sextas-feiras, no espaço que ela divide com o irmão, o “comitê” instalado na antiga casa da família Moreira, onde funciona uma associação por meio da qual a vereadora desenvolve um “trabalho social” com idosos através de um grupo de dança e orações. Lá também é possível tirar fotografias, cortar cabelos, encaminhar pedidos de documentos (título de eleitor, certidões de casamento e nascimento), solicitar da própria vereadora um auxílio para o pagamento de contas de água, luz e telefone, obter assistência jurídica, marcar consultas e exames médicos, dentre outras coisas.

Segundo Leda, a natureza da assistência que ela e o irmão fazem se refere a um atendimento social e se justifica pela carência da população e escassez dos serviços

públicos. A vereadora explica que esse trabalho é necessário porque os poderes públicos não chegam a todos os cidadãos:

(...) Fortaleza, de uma forma geral, cresceu de mais e muitos serviços ficou a desejar. Então a gente dá sustentação ao nosso eleitorado, a comunidade, ao pessoal que vai nos procurar. A gente orienta na questão jurídica, na questão de falta de documento a gente dá, na questão de transporte a gente ajuda também. Por conta de que muita gente da nossa área que ainda é muito carente. (Leda Moreira)

A vereadora sente que é um compromisso assumido atender aos pedidos da população, é uma obrigação do político já que ele foi eleito para atuar como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder. Leda também relata que existem vínculos afetivos e pessoais com os moradores da comunidade que a impedem de negar o atendimento.

Em algumas ocasiões em que estive no comitê, foi possível observar que além dos serviços prestados pelo escritório político, a vereadora atende em média 30 pessoas por dia, em sua maioria mulheres, que vão resolver problemas de toda natureza, desde pagamentos de contas até a iluminação de um campo de futebol. Devido ao volume de pedidos, a busca pelos poderes públicos para a obtenção de benefícios se faz imprescindível, já que o trabalho de atendimento individualizado não é mais suficiente para manter o voto de gratidão. Tornou-se crucial para o mandato conjugar essas duas formas de ação política para o vereador permanecer competitivo e ampliar a área de atuação, saindo dos domínios do bairro. Assim, de um lado, o vereador faz atendimento individualizado e, do outro, faz as requisições junto ao poder público para a realização de obras nos bairros para atender a base eleitoral.

A observação do trabalho desenvolvida por Leda traz a constatação de que sua atuação se caracteriza por uma perspectiva assistencialista, já que a imensa maioria dos atendimentos que a vereadora faz diz respeito a demandas de cunho pessoal. Embora em alguns momentos de reuniões com a comunidade, a parlamentar tenha tentado levantar problemas de ordem coletiva, sua prática acaba por incentivar o assistencialismo, quando soluciona um problema de uma bomba de poço comunitário, autoriza o pagamento de contas (água, energia), quando patrocina equipamentos para times de futebol ou distribui dentaduras e óculos.

A solução de parte dos problemas levados à parlamentar é imediata e personalizada. Alguns são encaminhados aos órgãos competentes via gabinete. Nesse sentido, a vereadora é a mediadora entre a população e os poderes públicos, estes,

distantes do cidadão comum. Ela é igual, porque compartilha das mesmas visões de mundo, mora no lugar, fala, veste-se e se porta semelhante ao seu representado, porém tem como diferencial o trânsito entre esses dois mundos. Ela é alguém que resolve, que promove o *acesso* aos serviços distantes da população, portanto, torna-se a peça central nessas relações, atuando como mediador de *alianças* entre diferentes domínios do campo político (KUSHINIR, 2000).

Ao comparar o volume de trabalho dedicado ao atendimento à base eleitoral no bairro e o tempo dedicado ao desempenho da função no parlamento, é possível dizer que houve uma priorização do atendimento à proposição de projetos para beneficiar a população de um modo geral, na medida em que a parlamentar pouco participava das discussões no plenário e apresentou somente 2 projetos que versam sobre o expediente interno da CMF e o código de posturas e obras do município. A ação via gabinete era no sentido de fazer a distribuição das necessidades dos eleitores pelos órgãos do Executivo, por meio das redes de relações pessoais construídas dentro de setores da administração pública.

O tempo dedicado à investigação forneceu elementos que apontam para uma composição da rede social que sustenta o mandato por empresários, donos de cartório, diretores de escola e funcionários públicos, ex-assessores, deputados, amigos e parentes alocados em postos importantes da administração municipal. Essas redes podem se basear na amizade, no parentesco ou em alianças políticas e se mostram imprescindíveis à reeleição da vereadora, posto que é através da colaboração de seus membros, motivados por uma série de trocas, que a conquista do mandato se torna possível. Nesse sistema de prestação e contraprestação entre a vereadora e seus apoiadores, os elementos a serem trocados são o voto, o cargo público, os pedidos de promoção. Em contrapartida, a vereadora recebe financiamentos, materiais e serviços.

O trabalho de mediação com o poder Executivo se dava por duas vias. A primeira, pelo gabinete, por meio de requerimentos expedidos aos órgãos competentes solicitando providências para a solução de problemas ligados à drenagem, pavimentação de ruas, iluminação pública, comunicação com serviços de telefonia e energia elétrica. A segunda forma de acesso ao poder executivo passava pela rede de apoios, pessoas contratadas pela administração municipal, indicadas pela vereadora, que vão facilitar o acesso aos serviços públicos, tais como: marcação de consultas e exames nos postos de saúde, resolução de problemas burocráticos nas secretarias regionais e

abertura de vagas nas escolas do município. Estes auxílios burlam o sistema de fila para beneficiar os eleitores da vereadora.

As redes sociais se caracterizam por relações de natureza pessoal centrada na pessoa. Nos estudos da Antropologia¹¹⁰, as relações sociais têm sido apontadas como um componente essencial da nossa nacionalidade, onde a noção de pessoa se contrasta com a noção de indivíduo. São categorias contraditórias no que diz respeito à ação social (solidariedade vertical) que implementam e os valores com que operam (dependência e clientelismo político). Elas são sustentadas por um tipo de clientelismo. Para Da Matta (1979), o “clientelismo” corresponde a expressão de *valores culturais* que privilegiam as relações sociais entre *peessoas*, por oposição às relações entre indivíduos. Nesse sentido, pode-se dizer que as ações baseadas no clientelismo têm como características as trocas e envolvem as noções de honra, gratidão e dívida moral, e estabelece vínculos de cunho pessoal entre o político e a rede de indivíduos ou grupos subordinados.

É possível perceber que as trocas são motivadas por relações de amizade, respeito e afeto. Nas palavras de Leda Moreira, as pessoas votam em sua família “por as pessoas conhecerem a gente, de respeitar, por aquela coisa de identificação. Eu nasci e me criei aqui, então eu me identifico muito e as pessoas se identificam muito comigo”.

O pertencimento é acionado como requisito de credibilidade para definir a condição de representante do bairro, referindo-se não só a localização geográfica, mas ao trabalho político realizado no local e compromisso com os moradores.

Faço um trabalho de base, um trabalho de quatro anos. Não é só nesse período eleitoral não. Não sou como os outros candidatos que só vem aqui pedir voto. E a gente já provou isso. Na eleição passada o que o pessoal se manifestou aqui? Era o asfalto. A gente procurou trazer e como de fato a gente trouxe¹¹¹.

O compromisso se refere a vínculos de obrigações mútuas acompanhado de um sentimento de lealdade. O eleitor que compromete o voto sente-se obrigado a cumprir com a palavra empenhada, em troca, o político tem que cumprir com o prometido.

Para Leda Moreira, o vereador-mediador é eleito para fazer o trabalho de dar acesso aos bens e serviços que de outra maneira a população não o teria, já que o

¹¹⁰ CHAVES, 1998; FREYRE, 1988; HOLANDA, 1995; DA MATTA, 1979

¹¹¹ Reunião com moradores do bairro Presidente Kennedy, 25/08/2012.

poder público não alcança toda a população. Portanto, sua atuação não é no sentido de privatizar os bens públicos em benefício próprio, mas de “ajudar a comunidade”.

O “trabalho social” realizado pela vereadora e o esquema de atendimento nos dão uma noção do que Leda compreende por “trabalho prestado à comunidade”. O termo comunidade é utilizado para definir aquele grupo que é atendido pela vereadora, que compreende a população mais pobre dos bairros que formam o Grande Pirambu, composta por pessoas ou por grupos que se unem não a partir de um sentido de organização, mas de buscar por uma solução imediata para problemas específicos. Estas observações deixam claro que o “público” não é visto como um bem que pertence a todos, nem pela vereadora e nem pela comunidade, mas como uma propriedade que se acessa por intermédio de um vereador.

Um fato que merece atenção é que o sucesso das mulheres que entram via tradição familiar é facilitado pelo acesso a recursos materiais, dos quais não dispõem aquelas com pouca atuação no campo político, e em muitos casos em virtude do cargo público eletivo exercido pelo marido, a mulher tem ao seu dispor a máquina administrativa, os recursos financeiros e a base eleitoral para se candidatar.

Esse tipo de trajetória é mais comum aos homens do que às mulheres, haja vista a inferioridade numérica em relação aos homens no campo político, portanto, não é exclusividade feminina. Contudo, entre as mulheres, ela se torna mais importante por ser muitas vezes o primeiro contato com o mundo da política, proporcionando uma socialização diferente daquela vivenciada no âmbito do mundo privado, que pode estimular a maior participação feminina nesse canal de poder.

Por outro lado, as trajetórias femininas amparadas sob o capital familiar, que visam dar continuidade ao trabalho dos maridos ou pais, são colocadas constantemente em xeque, como relata Patricia Saboya:

[...] há ainda um grande preconceito. Dizem que as mulheres que estão na política, geralmente, estão por causa dos pais ou dos maridos, como se os nossos maridos, ex-maridos ou pais não tivessem alguém que ajudou a abrir uma porta para eles. Isso não significa que você é dependente disso. Eu, por exemplo, sou uma pessoa que ainda hoje sofre muito isso na pele, eu fui casada com uma pessoa que é uma liderança forte, tem uma personalidade forte, e isso começou a diminuir a partir da minha candidatura ao senado. O que eu dizia não era eu que dizia, era o que o Ciro pensava. Então isso de uma certa forma é uma discriminação, é um preconceito que se tem contra a mulher porque alguém te ajudou a abrir uma porta quando você... Agora isso não significa que eu não tenha o meu pensamento, as minhas idéias. E esse preconceito não está só nos homens, esse preconceito está também nas mulheres, e eu senti isso na minha campanha para prefeita, não sentia porque

as pessoas me tratavam muito bem, mas eu senti que havia uma certa insegurança se quem ia governar a Patrícia ou o Ciro?¹¹²

Diferente do julgamento feito aos filhos e netos de políticos que dão continuidade à “tradição familiar”, a mulher é muitas vezes considerada um fantoche, submissa e sem voz ou vontade própria. Nesta interpretação, o mandato não teria autonomia, seria guiado pelas orientações dos familiares e não motivadas por suas convicções e interesses. Trata-se de um discurso que tenta desqualificar a mulher, e que é muitas vezes utilizado pelos adversários para manter a dominação do campo político, como foi possível constatar na campanha de 2000.

3.1.4 Capital convertido de outros campos

O capital convertido de outros campos está ligado às trajetórias de mulheres que conseguiram transformar em votos o capital econômico e o reconhecimento obtido em outros campos. Esse perfil geralmente contempla políticos com projeção na mídia (rádio e televisão), em virtude de sua trajetória profissional em campos como o esportivo, o artístico, o universitário, o religioso etc.

Ao investigar as carreiras políticas dos parlamentares do Congresso Nacional, Miguel (2009) conclui que o campo político impõe diferentes taxas de conversão às diferentes formas de capital. O capital econômico, por exemplo, pode ser convertido mais facilmente para o campo educacional ou o artístico. Vale ressaltar que os recursos econômicos por si só não garantem o sucesso eleitoral, pois a representação requer o cultivo de uma rede de relações que, junto com o reconhecimento de uma posição de destaque do candidato e os recursos financeiros, vão credenciá-lo a se tornar um líder político com reais chances de eleição.

Nas trajetórias de Germana Soares, Fátima Leite e Déboarh Soft é possível identificar a conversão de capital de campos distintos para o político. Germana Soares era estreante na política e nunca havia exercido uma função pública quando concorreu ao legislativo municipal pelo PMN em 2000 e obteve 6.252 votos, amparada pela influência política do pai¹¹³, pela cooptação de lideranças comunitárias e pelo trabalho à frente da Associação Beneficente Comunitária. Também procurou estabelecer forte

¹¹² Entrevista concedida à equipe de pesquisadores do Lepec, em 15/02/2006.

¹¹³ Wellington Soares foi vereador de Fortaleza por dois mandatos consecutivos (1977/1982 e 1983/1988).

vínculo com o segmento evangélico, submetendo inclusive projetos à CMF específicas para o segmento religioso. A conjunção desses fatores demonstra que a vereadora possuía capitais de diferentes campos sociais.

Germana Soares não concluiu o mandato, que foi suspenso pelo TRE por "abuso do poder econômico para captação de voto". O processo surgiu depois que uma reportagem do jornal O Povo¹¹⁴, "flagrou", durante a campanha eleitoral de 2000, a vereadora oferecendo dois cursos técnicos em troca de votos. Os cursos eram financiados pela associação coordenada pelo pai da vereadora. Após 8 anos, a ex-vereadora voltou a pleitear um cargo público em 2008, quando tentou retornar ao legislativo municipal pelo PV, recebendo 4.341 votos, mas não se elegendo. Em 2012, em novo partido (PHS) é reconduzida à CMF com 6.305 votos.

Fátima Leite surge no cenário político em 2004, quando se candidata ao legislativo municipal pelo PHS e alcança 5.220 votos. Pouco conhecida da população fortalezense, a vereadora obteve uma votação dispersa por toda a cidade que, alcançou diferentes setores da sociedade ligados à igreja, portanto, convertendo um capital conquistado no ativismo religioso e na profissão de radialista para o campo político.

A vereadora utilizou um programa de rádio para se comunicar com o seu grupo de eleitores, composto por católicos e segmentos sociais ligados à igreja. A relação com a instituição religiosa e seus fiéis parece ter sido a principal base de apoio naquele momento.

O que chamou a atenção tanto na campanha como no decorrer do mandato foi o uso do "terço da misericórdia", um quadro do programa *De bem com a vida*, na Rádio Assunção, para se dirigir a um grupo definido de eleitores e converter um capital de notoriedade do campo religioso para o político.

Não bastasse representar esse segmento social, o fato de ser radialista representou um trunfo político à Fátima Leite. A afinidade e o vínculo de confiança fortalecidos diariamente entre a vereadora e os ouvintes garantiram o êxito eleitoral e mobilizou apoios a projetos e debates conservadores apresentados na CMF, como, por exemplo, contra a legalização do aborto no Brasil.

A cada eleição a competitividade entre candidatos ao legislativo é proporcional ao número de postulantes. E para se reeleger, o vereador precisa ampliar

¹¹⁴Segundo o Jornal, os candidatos às vagas precisavam preencher uma ficha com até oito nomes de pessoas e os respectivos números do título, seção e zona eleitoral. Em contrapartida, o interessado recebia gratuitamente o curso e o material de campanha da candidata. Matéria disponível em <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2003/05/21/noticiaspoliticas,254150/germana-soares-vai-ao-br-tse-e-recupera-mandato.shtml>>>em 05/09/2000 acesso em 12/05/2012.

cada vez mais o número de votos. A dificuldade de Fátima Leite de recondução à CMF nas eleições seguintes parecia estar ligada a falta de uma base eleitoral mais ampla, já que a carismática se torna limitada a medida que mais candidatos membros do movimento carismático aparecem a cada eleição.

Apesar de a vereadora ter conseguido expandir sua base eleitoral no pleito de 2012, já que o quantitativo de votos aumentou consideravelmente à medida que ela concorre a vários processos eleitorais¹¹⁵, ainda não foi suficiente para retornar à CMF na última eleição. Essa situação demonstra que o sucesso eleitoral depende também da legenda partidária. A exemplo do que aconteceu à Rosa da Fonseca, a escolha do partido, que não atingiu o coeficiente eleitoral, interferiu na eleição de Fátima Leite.

De fato, a agremiação partidária e a formação de coligações para atingir o coeficiente eleitoral tem se mostrado de grande relevância para o sucesso das mulheres nas eleições, não desprezando fatores importantíssimos, como o poder econômico, a taxa de conversão de capital simbólico e a rede de apoios que interferem na ascensão das mulheres à carreira política.

Edvânia Matias Ferreira - Déborah Soft foi a personagem mais controversa que passou pela CMF. Única mulher eleita vereadora até o momento com capital convertido do campo artístico, mais especificamente do mercado erótico. Trata-se de uma pernambucana, de origem humilde, que veio para Fortaleza ainda na infância e morou com os pais no bairro Antônio Bezerra. Aos 13 anos se casou com o advogado criminalista Romeu Aurélio Ferreira, 28 anos mais velho, dono da Boate “Studio Tropical”. Foi nesta boate que após o casamento, Déborah Soft passou a fazer shows de sexo explícito com Jonas Ferraz (pseudônimos de Romeu).

Romeu Aurélio foi idealizador da marca Déborah Soft e responsável pelo planejamento da campanha da *stripper* que era estreante no campo político. Segundo Déborah, foi o incentivo do marido que a levou a disputar um assento na CMF.

No começo fui meio que “obrigada” pelo meu ex-marido Romeu Aurélio, advogado criminalista. Não entendia nada de política, pois era uma dançarina, tinha 23 anos idade, nunca tinha saído sequer da Bezerra de Meneses. Ele me proibia de tudo, não podia sequer ir ao cinema sozinha, tinha que manter o status de *sexy simbol* cearense, minha vida era apenas dançar em 3 casas de shows, Boate Vaca Louca na Barra do Ceará, Boate Sedução no Antônio Bezerra e na Studio Tropical na Bezerra de Meneses [...] entrei na vida política por causa dele, ele me influenciou a me candidatar, não sabia que seria eleita e muito menos com um numero de votos tão grande de

¹¹⁵Em 2004 a candidata obteve 5.200 votos pelo PHS, em 2008 pela coligação PRB / PHS / PMN / PSL recebe 6.115 e em 2012 pelo PRTB recebe 9.862 votos.

votos. A “Déborah” era famosa na cidade pelos anúncios de shows eróticos nos jornais [...] Entrei de pára-quebras, mas acabei de gostando de poder ajudar as pessoas, meu gabinete era lotado de mães me pedindo ajuda, mas não podia fazer muita coisa por elas ¹¹⁶.

A política era percebida pela parlamentar como um lugar para se expressar e lutar contra “o preconceito sofrido por pessoas menos favorecidas, pela igualdade do direito das mulheres que trabalhavam na noite” e, principalmente, seria um novo campo de trabalho, uma maneira de sair da vida de privações e da relação de submissão ao marido. A vereadora pretendia fazer da política uma profissão e uma permanente fonte de renda, vivendo da ação política (WEBER, 2003).

Embora garantisse que seu interesse era defender os trabalhadores da noite, ficou evidente nas entrevistas concedidas a vários meios de comunicação, o planejamento da carreira política de Déborah Soft pelo companheiro para atingir interesses pessoais, sobretudo de seu marido, que planejava em dois anos de mandato na CMF lançá-la candidata ao legislativo estadual.

Os slogans “Vote com Prazer”, “A Danada” e “Sem Preconceito”, que remetiam à profissão de *stripper*, foram criados por Romeu Ferreira para chamar a atenção do público. O objetivo era atingir o voto dos homens, sobretudo dos frequentadores das boates em que fazia shows, composto por estudantes secundaristas, profissionais liberais, funcionários públicos, enfim, homens de classes sociais e níveis culturais distintos. Fato este que pode explicar porque a vereadora teve um quantitativo significativo de votos nos bairros da classe média, considerada conservadora e cujos membros possuem grau de instrução mais elevado.

Para conquistar os votos dos mais carentes, procurou-se associar a líderes comunitários, com a promessa de que desenvolveria trabalho político, principalmente a partir dos bairros em que obtivesse o maior número de votos. Nestes, seria definido um representante comunitário por bairro para receber um salário pela intermediação na campanha e durante o mandato, apresentando as demandas do bairro à parlamentar na Câmara.

Além do trabalho desenvolvido nas “comunidades” e no bairro Antônio Bezerra, onde a família da vereadora reside, participava ainda de programas de auditório e fazia performances em carrocerias de caminhões na periferia de Fortaleza, para dar visibilidade a sua candidatura, uma espécie de show de encerramento do comício do

¹¹⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em 05/05/2014.

candidato majoritário (Aloísio Carvalho - PMDB), onde Déborah cantava funks de sua autoria e distribuía CDs e autógrafos.

O desempenho da vereadora nas urnas surpreendeu não só pela quantidade de votos (11.590), mas também pela origem dos votos. Os bairros em que foi mais votada foram: Barra do Ceará (729 votos); Antônio Bezerra (561 votos); Centro (460 votos); Jacarecanga (438 votos); Aldeota (406 votos); Conjunto Ceará (370 votos); Álvaro Weyne (347 votos); Montese (309 votos); Benfica (285 votos) e Monte Castelo (276 votos). Para Déborah, esta votação expressiva estava relacionada à sua origem humilde e boa parte do seu eleitorado era composta por profissionais da noite e frequentadores que residiam próximos à boate Stúdio Tropical.

Tomando como referência a definição de Carvalho, a candidata pode ser caracterizada como um fenômeno eleitoral, na medida em que sua campanha remete a um “acontecimento excepcional, que escapa ao curso das expectativas e, portanto, causa impacto surpreendendo pelas dimensões que assume”¹¹⁷. De acordo com esta definição, o candidato fenômeno é aquele que, de saída não é considerado competitivo e inverte essa condição de forma rápida e surpreendente, passando ao favoritismo eleitoral. Assim foi a inserção de Déborah Soft no campo político, como uma novidade. Uma “personalidade” desorganizadora, que vinha do mundo marginal, associado à prostituição, portanto, não se ajustava ao perfil tradicional do político, cujo capital tem origem numa performance profissional, da atuação partidária ou de vínculos familiares, nem se encaixava nas representações sociais de gênero de boa dona de casa, boa esposa, mãe de família que são utilizadas como um diferencial da ação feminina na atuação política.

Para Carvalho, o fenômeno se constitui no próprio momento da campanha, comportando dessa forma “uma dupla dimensão: a revelação e a descoberta de uma “personalidade” que não se ajusta ao perfil tradicional”¹¹⁸, portanto, esse lugar só pode ser ocupado por estreates no campo político.

Ele deve possuir “atributos pessoais que façam a diferença e que ao captar as atenções suscite um encantamento [...] a juventude, a beleza, a vitalidade, a coragem, o desprendimento...”. A incorporação de atributos que povoam as representações sociais elaboradas nas relações cotidianas sobre o bom político não faziam parte do repertório

¹¹⁷ Ver CARVALHO, Rejane. *Roseana: como se faz e desfaz um "fenômeno eleitoral"*. In:XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, p.2, 2002.

¹¹⁸ *Idem*

de predicados de Déborah Soft, que provocou o encanto pela imagem da mulher jovem atraente que fazia shows de sexo explícito.

Foi sob o enfoque da sedução que sua imagem foi difundida pela publicidade da boate, a exposição em programas de TV local, participação em comícios e em jogos de futebol com roupas curtas e com performances coreográficas ousadas, provocando arrebatamento e suscitando a adesão de um segmento específico à sua campanha. Na avaliação da vereadora, a condição de “dançarina da noite” foi fundamental para a conquista dos votos, já que ela não era conhecida do grande público, nem tinha qualquer ligação com os movimentos sociais ou partidos políticos.

Apesar de neófita na política, a vereadora conseguiu uma ampla aprovação, sendo a terceira mulher mais votada e a oitava do pleito, concorrendo contra 924 candidatos, superando inclusive políticos com carreiras consolidadas como Tin Gomes (PHS), Magaly Marques (PMDB) e Sérgio Novais (PSB).

A partir dos anos 2000, o campo político acolhe um novo tipo de candidato que converte um capital simbólico de outros campos sociais ao político. São artistas, jornalistas de segmentos específicos, esportistas, etc, que se notabilizaram como “puxadores de votos” e hoje são disputados por todos os partidos. Porém, no ano 2000 ainda não era comum encontrar candidatos com esse perfil, por isso antes de ser testada no campo político, vários partidos rejeitaram a filiação de Déborah Soft. Foi o PTN que acolheu a candidatura da vereadora e proporcionou ajuda financeira e a assessoria necessária à candidata na expectativa de que esta conseguisse por volta de 35 mil votos. Essa é uma tática comum aos partidos com o objetivo de eleger outros candidatos pelo coeficiente eleitoral.

Como sublinha Carvalho, o fenômeno é efêmero. Quando a novidade se esgota, caso não haja um bom desempenho da função que possibilite a construção de uma carreira política nos “moldes tradicionais”, ele é esquecido do grande público.

Na Câmara, o mandato de Déborah Soft foi bastante conturbado. A vereadora foi acusada pelos pares de não possuir a qualificação técnica e a moral necessária para a investidura no cargo, já que ela e o marido foram citados pela CPI¹¹⁹ realizada pela CMF em 1993, para investigar denúncias relativas à prostituição infantil. A investigação apontou o empresário como um indutor de prostituição, fato que

¹¹⁹ A referida CPI reuniu os parlamentares Rosa da Fonseca, Durval Ferraz, Paulo Mindêllo, Gorete Pereira e Tadeu Nascimento.

culminou no fechamento de uma das boates de propriedade do casal pelo Ministério Público.

A vereadora afirmou ter sofrido discriminação pela sua condição de trabalho quando chegou à CMF. Rebateu as acusações afirmando que não se encontrou provas sobre o envolvimento de sua família, e ao mesmo tempo ratificou sua intenção quando entrou na política institucional, que era de combater a prostituição oferecendo cursos profissionalizantes às mulheres em situação de rua. Em suas palavras, “a prostituição começa dentro de casa. Mas a gente também tem que pensar em quem já está na noite e quer deixar, quem quer arrumar um emprego”. Nesse sentido, a vereadora se apresentava como representante dos “trabalhadores da noite”, (dançarinas de boates, garçons, taxistas e demais profissionais da área do lazer e entretenimento) e defensora das minorias - gays e lésbicas e “das mães solteiras e das meninas exploradas sexualmente”.

As dificuldades na adequação à vida política podiam ser observadas nas vestimentas da parlamentar, nas apresentações em público e na maneira como conduzia a vida privada. Para adquirir credibilidade e respeito no campo político, é necessária a apreensão de uma fonte geradora de comportamentos, visões de mundo e sistemas de classificação da realidade próprios deste campo. Essa forma de diferenciação está presente no consumo, na conformação da fala e da postura corporal de seus agentes (BOURDIEU, 2003). Nesse sentido, há uma forma de apresentação presente nas roupas, gestualidade, linguagens e atitudes exigidas pela função pública que funcionam como uma forma de distinção entre os atores do campo político.

Se na campanha havia a intenção de mostrar a “Déborah de verdade”, inserida numa realidade social estigmatizada, após a eleição foi necessária a adaptação ao novo papel que envolvia a ruptura com o trabalho na boate¹²⁰, a aquisição conhecimento por meio de um curso superior, novas vestimentas e comportamentos condizentes com a função política.

O trabalho no Parlamento se deu em duas frentes: realizando o atendimento aos eleitores que a procuravam no gabinete, solicitando todo tipo de ajuda, desde empregos até cestas básicas. Parte desses pedidos era atendida e parte encaminhada aos órgãos públicos responsáveis pela prestação dos serviços ou solicitados por meio de projetos, como, por exemplo, uma creche e um posto de saúde para o bairro. Além disso, a vereadora praticava uma “ação social” com os moradores do Antônio Bezerra e

¹²⁰ Após a eleição, a parlamentar continuava fazendo shows eróticos.

bairros contíguos, atendendo demandas localizadas (pavimentação, limpeza de ruas e policiamento) e pessoais (cestas básicas, remédios, etc).

O mandato foi conturbado por denúncias de irregularidades de repasse da verba de gabinete destinada ao pagamento dos assessores e uso indevido de nome de funcionários das boates. No entanto, surpreendeu pelo número e teor, 42 das proposições apresentadas. A vereadora não fazia pronunciamentos no plenário, nem participou de comissões.

Déborah Soft permaneceu por seis meses afastada das funções para licença maternidade. No final do mandato, retorna à CMF e decide não concorrer à reeleição em 2008. Divorciada e longe dos palcos, em 2010 foi candidata ao legislativo estadual pelo PSC e recebeu apenas 41 votos. Nas eleições de 2012, concorreu a uma vaga na CMF e obteve 365 votos.

A literatura da Ciência Política assegura que este fenômeno eleitoral não se repete com frequência, pois a taxa de conversão deste capital é desfavorável aos oriundos de outros campos, considerando que o campo político exige um período de treinamento e socialização prévia para a compreensão do jogo político e a conseqüente subida na hierarquia das funções públicas. Pela dificuldade encontrada pelas mulheres desse grupo de recondução ao cargo político, esse sem dúvida parece ser o capital mais frágil.

Como já exposto, a ascensão ao cargo político se constrói de maneiras distintas para os quatro grupos de mulheres. A maioria dos mandatos (10) se concentra em mulheres cuja trajetória se constrói paulatinamente pela ocupação de cargos públicos ou políticos. Observa-se que as mulheres com esse tipo de capital dominante se inseriram na política institucional a partir das eleições de 1988, assim como as trajetórias caracterizadas pelo capital delegado dos movimentos sociais.

Em relação às carreiras estruturadas sobre o capital dos movimentos sociais, é perceptível que, em geral, as mulheres vinculadas há mais tempo a partidos e sindicatos e que alcançaram posições de poder dentro do partido, obtiveram sucesso nas eleições com mais frequência em relação àquelas originárias das associações de bairros. Luizianne Lins, Rosa da Fonseca, Eliane Novais tiveram trajetórias exitosas nas eleições em que foram candidatas, consagrando-se vencedoras, pelo número de votos, desde o primeiro pleito que concorreram.

Para as parlamentares oriundas da atuação nos movimentos sociais de bairro, a eleição só vem depois de algumas tentativas. Eliana Gomes (PCdoB) e Maria

Zélia Correia (PDS) militaram nos movimentos por mais de quinze anos e disputaram algumas eleições para se elegerem vereadoras pela primeira vez.

No caso daquelas que vêm de famílias políticas, pesa a tradição, a notoriedade e o reconhecimento que a família delega às suas componentes, por isso as trajetórias se mostram ascendentes para aquelas que têm interesse em evoluir na carreira política. O prestígio da família agregado ao exercício de cargos públicos, experiências que muitas vezes são também proporcionadas pelas relações familiares, especialmente ligados à área social e a assistência, são a marca dessas mulheres.

Já em relação às mulheres que não tiveram vivência prévia com a política e entraram no campo devido à popularidade (Déborah Soft) ou pelo reconhecimento por trabalho prestado a alguma comunidade ou compartilhamento de valores religiosos (Fátima Leite e Germana Soares), observou-se que a conversão deste capital é mais provável na primeira eleição. Porém, ele não se mostra suficientemente forte para reconduzir às mulheres ao Parlamento, visto que esse é o grupo com menor número de votos recebidos, além de ter o maior quantitativo de tentativas frustradas de reeleição. Somente depois de muitas tentativas de eleição a vitória pode voltar a acontecer.

O exame das trajetórias demonstra que embora o prestígio familiar, a força do partido ou a notoriedade proveniente de outros campos sociais possam influenciar no sucesso eleitoral, existem diferentes fatores que também contribuem para a permanência de um vereador no cenário político. A sobrevivência e êxito nesse campo dependem do acúmulo de capital que é proporcionado, dentre outras coisas, pelo aprendizado de um saber que compreende uma conformação do corpo, da fala, da apreensão de conhecimentos específicos encontrados no corpo político, alcançados por meio da iniciação dentro do campo político.

4 A CÂMARA COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÃO

Este capítulo traz uma breve contextualização sobre os papéis que as câmaras municipais assumiram na história do Brasil, bem como a evolução de seus poderes. Num segundo momento, apresento a Câmara Municipal e as atribuições dos parlamentos e, posteriormente, será demonstrado o trabalho desenvolvido pelas mulheres no tocante à produção legislativa apresentada entre a décima primeira e a décima sexta legislaturas, tentando perceber que fatores além do nível de capital político acumulado pelas parlamentares podem influenciar na “taxa de sucesso” das propostas, ou seja, na possibilidade real de transformação de proposições em normas jurídicas.

O capítulo traz ainda uma reflexão sobre as áreas priorizadas pelos mandatos, a presença das mulheres nas comissões técnicas e os acessos desiguais às posições de poder (presidência de comissões e na Mesa Diretora) pelas mulheres.

4.1 As câmaras municipais e suas atribuições ao longo da história

A origem das câmaras municipais remete ao período colonial. Elas foram transplantadas pelo governo português para controlar as colônias, funcionando como órgãos da administração pública da Coroa Portuguesa no Brasil. Sua função inicial não era legislar, já que a ela cabia assegurar o cumprimento do Código de Postura Municipal¹²¹ e praticar atos administrativos. A administração do município era dividida entre Capitão-Mor, a Câmara Municipal e a Ouvidoria. A Câmara¹²² era composta por 3 vereadores, membros da população eleitos entre os proprietários da Colônia, os chamados “homens bons”, dois juízes ordinários (um representante do rei), dois almotacés e um escrivão.

Segundo Lopes (2005), o governo Imperial a partir da alteração da lei de 1º de outubro de 1828, promoveu uma drástica alteração nas atribuições das Câmaras

¹²¹ Conjunto de leis gerais, aplicáveis a qualquer município, que funcionava como a lei orgânica municipal e regulava as práticas econômicas e sociais.

¹²² Entre as atribuições dos vereadores no período colonial e imperial cuidar dos bens e obras do Município, do governo econômico e policial da terra, fazer repor, no estado anterior, as servidões e caminhos públicos, guardar as rendas, multas e demais coisas que pertencessem à Câmara, bem assim, documentos de eleições, escrituras e demais papéis que formavam o Arquivo da Câmara e cuidar de tudo que dissesse respeito à policia, economia das povoações e seus termos, pelo que tomavam deliberações e proviam, por meio do Código de Posturas, sobre os assuntos de interesse local.

Municipais, transferindo os seus poderes para os governos provinciais e com isso restabelecendo o poder imperial, já que os presidentes das províncias eram nomeados pelo imperador.

No Constituição de 1891, o modelo federalista, adotado na República Brasileira, dava aos Estados-membros o poder para conceder autonomia aos municípios. No entanto, durante a vigência desta Constituição, deu-se o segundo passo para restringir o poder do município, que foi a criação das Assembleias Provinciais. Estas centralizaram o prestígio político e o poder administrativo, já que grande parte de suas competências absorvia as atribuições das Câmaras Municipais. E na medida em que as províncias cresciam em autonomia e poder, as câmaras de vereadores perdiam suas funções e importância. Assim, ao longo da Primeira República, a autonomia dos municípios, foi meramente formal, já que não havia nenhum tipo de arrecadação que pudesse sustentar os serviços e a administração pública.

Desde a origem até a delimitação de suas funções ao longo da história, é possível observar que entre centralizações e descentralizações promovidas por governos democráticos e ditatoriais, as Câmaras Municipais passaram por diversas transformações que interferiram diretamente na vida política e administrativa nacional.

Somente na Constituição de 1934 os municípios se tornaram entes federativos, com isso as câmaras ganharam competências e poderes específicos. Pouco tempo depois, essa experiência do poder executivo municipal de governar com a mediação da Câmara é cessada pelo golpe de 1937 e a decretação do Estado Novo. O fim da “Era Vargas”, em 1945, teve como consequência direta na conjuntura política o restabelecimento do direito do voto e o funcionamento das casas legislativas. A nova Constituição (1946) devolveu os poderes das Câmaras Municipais e fez cumprir a equitativa de transferência de recursos aos estados e municípios, prevista na CF 1934, além de instituir barreiras à intervenção estadual. Porém, a autonomia política não se deu de fato pela ausência de clareza no sistema de repartição da competência e de poderes entre as três esferas de poder (COSTA, 2008).

A partir da Constituição de 1988, os municípios se tornaram entes autônomos nas esferas política, administrativa e financeira e foram autorizados a criar suas próprias legislações. Nesse sentido, cada município elaborava sua própria Lei

Orgânica Municipal¹²³, que devia se limitar ao seu território e aos seus interesses internos, e passou a se regular por ela. Além disso, a CF delimitou as competências das três instâncias de poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) com autoridade para legislar sobre temas previamente definidos. No âmbito municipal, o Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal que, longe do papel administrativo e contencioso que desempenhou em séculos de existência, passa a legislar exclusivamente sobre os assuntos que tenham ligação direta com o interesse local. Às câmaras foi delegado o poder de produzir e aprovar leis, fiscalizar as ações do poder Executivo e o julgar de seus pares, o prefeito e o vice-prefeito, por infrações político-administrativas, dentre outras imputações.

4.2 O vereador no novo contexto político: o desempenho de múltiplos papéis

O vereador é um agente político com poderes investidos pelos seus representantes para desempenhar, no âmbito do município, um mandato parlamentar de quatro anos. Como é exigência do sistema representativo, ele deve estar ligado a um partido para candidatar-se. Em geral, o vereador é mais conhecido do que sua agremiação partidária, mas é o índice de votos recebidos pelo partido e não pelo vereador que determinará sua eleição.

Segundo Cotta¹²⁴, as múltiplas funções que o parlamento exerce são baseadas em sua ação principal que é de fazer cumprir a vontade popular. No desempenho desse papel, os parlamentares têm o direito e o dever de intervir em diversas situações e espaços da vida política, e essa intervenção se limita ao desempenho de quatro funções fundamentais: representação, legislação, controle do Executivo e legitimação. A representação pode ser apreendida como a função última, que engloba todas as demais, que na verdade são instrumentos para que a representação se realize.

No desempenho da função legislativa, o parlamentar deve propor e aprovar projetos de iniciativa dos pares, do Poder Executivo Municipal e aqueles apresentados

¹²³ A LOM deve votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros de cada Câmara Municipal. Cada ente municipal foi autorizado a elaborar sua lei orgânica após a aprovação das constituições estaduais.

¹²⁴ COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: EdUnb, v. 2. p. 880, 2000

pelos cidadãos por meio da lei de iniciativa popular. No entanto, a função de legislar tornou-se menos clara com as transformações políticas ocorridas a partir dos anos 80 devido à imprecisão dos limites entre os poderes executivo e legislativo. Segundo Cotta (2000), é possível dizer que os prefeitos, governadores e presidentes governam legislando na medida em que o Executivo, por meio de instrumentos específicos, interfere na atividade legislativa, que se tornou resultado da intervenção conjunta destes dois poderes.

Um dos mais importantes papéis desempenhados pelo Vereador é o de controle e fiscalização dos atos do Executivo, com o auxílio do tribunal de contas. Esta competência, que foi estabelecida pela Constituição de 1988, vem se revelando de extrema importância para a manutenção da ordem democrática e o bom desempenho das políticas governamentais, pois dá poder ao parlamentar para apontar as irregularidades praticadas pela atuação do Executivo à opinião pública, solicitando explicações e realizando investigações por meio de diligências, ou mesmo pela instalação de CPIs, quando for o caso.

A forma de controle mais comum do Legislativo está na atuação dos vereadores nas comissões especiais, como, por exemplo, a participação na Comissão de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública da Câmara Municipal, através de discussões para aprovação do Orçamento Anual e da lei de diretrizes orçamentárias que planeja onde e como aplicar o orçamento do Município.

Compete ainda ao vereador ser “porta voz” da população, do partido que representa e dos movimentos sociais organizados de um modo geral. Esta função é revestida por uma espécie de “*direito-dever*”, na medida em que, de um lado, observa-se a existência de um direito individual resultante da investidura no mandato e, do outro, um dever para com a coletividade que o elegeu como seu representante, para agir em defesa de seus interesses.

Na defesa destes interesses, como já observado, os vereadores correspondem a parte das expectativas que os eleitores têm em relação às suas necessidades. Para atender as demandas e assim garantir a continuidade do mandato, a atuação dos vereadores é perpassada pelo paradoxo da defesa de interesses locais, que traz a fidelização dos eleitorais. Por outro lado, há o entendimento de que ele tem que representar toda a cidade, buscando soluções para problemas coletivos.

Para compreender melhor a função de um vereador e as prioridades de sua ação na CMF, basta observar nas palavras das próprias parlamentares, como se define a função da vereança.

“(...) no cargo eletivo de vereador, a principal função é justamente a gente ter essa sensibilidade de ouvir o povo e tentar na minha qualidade de política dá o meu percentual de contribuição nesse sentido. E estruturalmente a gente fiscalizar o poder e fazer deles né, que é a função precípua do legislador.” (Magaly Marques).

“(...) a função do vereador é fiscalizar, fazer seus projetos de lei, propor, fazer que os projetos sejam voltados para a perspectiva das políticas públicas, fiscalizar, fazer uma intermediação e ter o diálogo permanente com as mulheres” (Eliaana Gomes).

“(...) é resolver problemas básicos das pessoas como água, luz e esgoto através dos projetos” (Déborah Soft).

“Na época eu achava que a função era exatamente essa pela qual a gente se candidatou, que era reforçar as lutas do movimento social, era fazer denúncias e eventualmente apoiar alguma aprovação de alguma lei que viesse a favorecer a população, os trabalhadores.” (Rosa da Fonseca).

Pelos depoimentos é possível notar que as parlamentares compreendem que a função do vereador é de propor leis e fiscalizar o Executivo. As mulheres de partidos progressistas acreditam que a atribuição mais relevante do parlamentar é legislar, seguida pela fiscalização e a representação dos movimentos sociais. Já aquelas ligadas aos partidos de “direita” e centro tem a real noção das atribuições da função, mas incluem a assistência como uma atividade fim do político, para justificar suas ações, principalmente utilizando o discurso da sensibilidade e da responsabilidade para com os mais carentes.

Como foi possível constatar ao longo do trabalho, a mediação e a representação de causas ou de interesses específicos são apresentadas por grande parte das vereadoras como sua principal atividade no Parlamento. A maneira como os vereadores definem a sua função enfatizando aspectos que não fazem parte da atribuição institucional do cargo dão pistas para entender como encarnam o processo de representação e orientam os seus trabalhos.

Desse ponto de vista, guardadas a especificidade de cada Câmara, é possível fazer uma analogia com as observações de Kuschnir (1995) acerca das motivações que orientam as relações entre vereadores e a população do Rio de Janeiro. A autora utilizou os termos *assistencialistas* e *ideológicos* para classificar os parlamentares de acordo com dois tipos de demandas (*pessoais/materiais* e *coletivas/políticas*) acolhidas por esses grupos, que caracterizavam a ligação dos mandatos com a base eleitoral.

Esses termos sinalizavam duas estratégias diferentes para construção do contato entre vereadores e eleitores e tem forte relação com a campanha eleitoral, pois é ela que deflagra o tipo de relação que será estabelecida entre vereador e eleitor, bem como os valores das múltiplas trocas em torno do voto. Segundo apurou Kushinir, a grande maioria das demandas atendidas pelos vereadores *ideológicos* estavam ligadas às questões políticas e coletivas, já aquelas levadas aos vereadores *assistencialistas* eram, na maior parte das vezes, de interesse pessoal.

Analisando o trabalho político desenvolvido pelas parlamentares tanto no que diz respeito à produção legislativa, quanto às práticas de atendimento, também é possível identificar dois perfis de vereadoras cujas demandas e posicionamentos no campo político guardam semelhança com a classificação de Kuschnir. Esses termos também eram recorrentes nas entrevistas das parlamentares de “esquerda” para explicar seus posicionamentos no campo político. Ao mesmo tempo em que tinham uma conotação acusatória, também demonstravam as diferenças estratégicas para conquista e manutenção de bases eleitorais.

O vereador *ideológico* pode ser definido aqui como aquele cuja inserção na política se deu por meio dos movimentos sociais de bairro e pertencimento a organização profissional, partidária ideológica ou ligada à igreja. É, portanto, um ator político que milita em sindicatos, movimentos sociais, partidos, mas também aqueles que se destacam no campo profissional (médicos, bancários, professores) pelo seu ativismo ou pela sua capacidade organização.

Do grupo de mulheres estudadas com esse perfil, destacam-se Eliana Gomes, Eliane Novais, Fátima Leite, Luizianne Lins e Rosa da Fonseca. As vereadoras encaravam o mandato como instrumento de luta que serviria para garantir direitos, sobretudo para as minorias, além de divulgar suas ideologias. Portanto, a relação com a base eleitoral é de mediação com os poderes públicos, de mobilizações em defesa de uma causa e de levantamento de demandas para a submissão de projetos na CMF. Ainda que alguns segmentos possam manter vínculos com alguma categoria profissional ou localidade, este se deu pelas experiências comuns para garantir a posse da terra, como a relação de Eliana Gomes com uma base territorial no bairro Elery, ou mesmo pelo contato da parlamentar com algum nicho profissional ou sindicato, como era o caso de Rosa da Fonseca, que foi presidente estadual da CUT - Ce.

Sanda de acordo com Kuschnir esse grupo apresenta mais dificuldade de conseguir reeleições, devido à dispersão nas relações entre vereadoras e eleitores, que pode ser motivada pela dificuldade de acesso aos poderes públicos para atender as demandas da base e pelo cuidado de não transformar o voto em uma negociação, já que este deve ser dado espontaneamente. Para as vereadoras com esse perfil tanto o voto quanto a sua retribuição devem respeitar os limites da atividade legislativa.

Já o vereador *assistencialista* é caracterizado pela alta concentração de votos em área específica, que em geral é definida pelas limitações do bairro e adjacências. Normalmente esse vereador mora no bairro ou têm familiares lá, ou ainda escolhe uma área para realizar o trabalho político e manter relações estreitas de afetos com seus moradores, estabelecendo vínculos de lealdade que se mantém por meio de uma rede de atendimento ou de “assistência local”.

Este vereador é eleito pela confiança e a gratidão do eleitor do bairro que o considera “parte da família”. No entanto, é necessária a retribuição com ajuda material, financeira ou de apoio à comunidade, por meio da rede de contatos com os poderes públicos, para defender os interesses da região, buscando os meios necessários para solucionar os problemas apontados pelos moradores.

A maioria das parlamentares analisadas estabelecia vínculos de reciprocidade com os eleitores em troca do voto, por isso estavam permanentemente em campanha. O atendimento acontecia o ano inteiro e se intensificava no momento eleitoral. Com a conquista do mandato, instaurava-se a expectativa no eleitor de que o voto dado lhe garantiu um crédito e, da parte do vereador, a ideia de que havia um débito a ser liquidado. Essa relação da troca passava, sobretudo, pelo momento do mandato parlamentar, na medida em que havia uma dupla retribuição *mandato/voto*. Os eleitores que pedem antes da eleição garantem o voto, aqueles que pedem depois garantem ter votado e, assim o ciclo de trocas permanece com vistas à próxima eleição (PALMEIRA, 1992).

Essa forma de ação política, classificada de assistencialista, se materializa de diversas formas, desde a intermediação de serviços públicos pelos gabinetes das parlamentares (pavimentação, drenagem, limpeza de córregos, iluminação pública, etc), que precisam de uma “ajuda” para chegar à população mais carente, passando pela resolução de problemas pessoais como o pagamento de uma conta, até o fornecimento de serviços, cursos profissionalizantes e atividades de lazer.

Constitui-se assim uma complexa rede de relação de dependência mútua entre eleitores e vereadoras, baseada na troca de favores, e intermediada por um terceiro ator, o líder comunitário. Este é originário de um sistema criado pelo Governo Federal de transferência da responsabilidade de ações públicas para as associações comunitárias, a partir da década de 1980. Estes líderes vão retirar o poder de barganha que o líder político local mantinha com sua base eleitoral. O líder comunitário vai ter o controle local dos recursos públicos em forma de programas sociais ligados à saúde, educação, etc, que chegam às comunidades. Logo, cria-se uma nova rede de dependência entre os beneficiados dos programas e seus executores e destes com os líderes políticos.

Manter o controle sobre a distribuição destes recursos é fundamental e, para isso, o vereador procura utilizar vários caminhos, um deles é a transformação da associação sob seu comando em instituição de utilidade pública. Esse perfil de vereador concentra esforços para aprovar, junto aos pares, que as associações ou institutos gerenciados por ele, ou por líderes que trabalham para ele, adquiram o estatuto de utilidade pública. Esse título autoriza a associação a prestar serviços à sociedade, possibilitando a celebração de convênios com os poderes públicos. Como será visto adiante, projetos dessa natureza são a segunda maior fonte de propostas aprovadas pelas vereadoras, correspondendo a 12,1% (46) do total da produção legislativa das mulheres.

É desta forma que dezenas de associações comunitárias de Fortaleza, inclusive pertencentes a vereadores, recebem recursos públicos para prestar serviço de atendimento à saúde, realização de cursos profissionalizantes (corte e costura, culinária e de cabeleireiro), distribuição de alimentos, transporte para hospitais, promoção de festas para a terceira idade e até patrocínio de eventos esportivos, dentre outros.

Em relação às parlamentares estudadas, foi possível verificar que as vereadoras Regina Assêncio, Terezinha de Jesus, Leda Moreira, Germana Soares e Magaly Marques mantinham associações em que prestavam serviços à população, normalmente instaladas nos bairros de origem das parlamentares ou nas proximidades da instituição onde trabalhavam. Na verdade, as associações são escritórios políticos presentes na área de domínio do vereador.

O que há por trás da suposta filantropia parece ser o uso do dinheiro público, que chega às associações por meio de emendas aprovadas pelos próprios parlamentares, para beneficiar aqueles vereadores que as controlam e, em outros casos,

fortalecer o poder das lideranças locais, servindo como moeda de troca para apoio aos vereadores.

A intermediação do voto está na base das relações entre o eleitor e o representante político, seja este homem ou mulher. Ela é o reflexo de um sistema democrático que falha quando não promove a igualdade de condições a todos. Como consequência disso, a política passa a se pautar por ciclos viciosos de trocas assimétricas. E, como se verá à frente, nem sempre é possível analisar a atuação das parlamentares pela via das atribuições legislativas. Em alguns casos, as práticas de atendimento ou o “trabalho social” é o principal foco do parlamentar para se manter no poder.

Dentro também de uma perspectiva assistencialista, há um segmento de funcionários públicos que utiliza mais fortemente a prática do acesso aos serviços públicos para a fidelização do voto¹²⁵. Essas vereadoras também se tornaram conhecidas pelo destaque profissional na instituição pública que as projetou no campo político e tem no vínculo com esta sua condição de sobrevivência política.

Analisando a base eleitoral e o capital político das parlamentares, é razoável afirmar que as vereadoras Magaly Marques (médica e rede de atendimentos), Nelba Maia Fortaleza (serviço público - Regional VI), Gorete Pereira (rede de atendimento ABCR), Terezinha de Jesus (médica e rede de atendimentos) e Patrícia Saboya¹²⁶ (Grupo político e serviço público) fazem parte deste grupo. E ao contrário das vereadoras que mantêm vínculos afetivos com a população assistida, estas têm contato momentâneo com os moradores e conquistam o voto em função da possibilidade de atender as necessidades dos eleitores por meio da atividade profissional que desempenham.

Normalmente, a base eleitoral dessas parlamentares não tem ligação com o seu lugar de origem, mas com o público para o qual sua instituição prestava serviços e com as lideranças que trabalham para as vereadoras. A maneira como operavam no campo político era estabelecendo alianças temporárias com uma rede de lideranças comunitárias e empresários espalhados pela cidade para cooptar o voto. Forma-se aí

¹²⁵ Lopes (2005) denominou vereador *institucional*.

¹²⁶ A parlamentar ocupou funções públicas na condição de primeira-dama do município e do Estado que beneficiaram a população carente, sobretudo jovens e crianças, e foram utilizadas para justificar sua candidatura através dos estatutos da experiência e competência, assim como o pertencimento ao grupo político comandado por Tasso Jereissati.

uma extensa rede social composta por dois tipos de líderes comunitários: o primeiro corresponde às pequenas lideranças que podem influenciar um número reduzido de pessoas; o segundo tipo de liderança tem uma influência maior, dada a extensão da rede que ele mobiliza - são ex-vereadores ou ex-candidatos que defendem os interesses de um grupo considerável de pessoas sob sua influência.

Assim, a liderança comunitária vende sua capacidade de intermediação para as vereadoras e é cooptado por elas. Essas lideranças se dispõem a prestar serviços de contato e influenciar o voto dos eleitores em sua área de atuação. Nessa nova configuração, o voto pode ser trocado pelos serviços prestados em favor da comunidade, algum cargo público, verbas para as associações, que, na vigência do mandato, vão ser retribuídos.

Surge, dessa relação mercantil, uma nova forma de clientelismo, onde o vereador utiliza os serviços e bens públicos em benefício próprio, por meio da distribuição de cargos ou verbas públicas com vistas a alcançar um mandato parlamentar, oferecendo empregos em postos de saúde, nas secretarias regionais e em vários órgãos da Prefeitura. Dessa forma, o vereador busca fidelizar a liderança, ao mesmo tempo em que essa rede trabalha em benefício do mandato, facilitando o uso de determinados serviços aos seus eleitores.

A ação política deste grupo das vereadoras mencionadas era de ter vínculo momentâneo com algumas comunidades organizadas, intermediado pelas lideranças comunitárias. Essa abordagem trazia como conseqüência uma votação dispersa e pouco fiel, já que se baseava unicamente na troca, mas, por outro lado, era menos vulnerável, porque não estava concentrada.

Como foi possível perceber, a conquista e manutenção da base eleitoral das parlamentares, em maior ou menor medida, passa pela mediação com o poder Executivo. O vereador é a peça central nessas relações, atuando como mediador de *alianças e intérprete cultural* entre diferentes domínios do campo político. Segundo Kuschnir (2000), o êxito político está justamente na capacidade do representante estabelecer um vínculo com o eleitor, fazendo com que este sinta que o representante compartilha dos mesmos valores e preocupações que ele, ao mesmo tempo em que é alguém diferente, que transita entre vários mundos sociais e pode trazer soluções aos problemas da comunidade, proporcionando o acesso aos serviços fornecidos pelo poder público.

Observando o cotidiano dos gabinetes e dos escritórios, localizados nos bairros onde fazem a assistência¹²⁷, verificou-se que a maior parte das demandas que as parlamentares recebem tem sua solução condicionada ao atendimento por parte do Executivo e de seus órgãos. Nesse sentido, o vereador é constantemente desafiado pela opção de apoiar o Prefeito e ter maior acesso aos serviços que possibilitam o atendimento das necessidades de sua base, ou ser oposição e ter sua capacidade de acolhimento de demandas cerceado e assim comprometer seus apoios, como demonstra o depoimento das vereadoras.

Nesse último mandato eu acho que eu fui muito punida pelo fato de não ter o apoio pleno da Prefeita. Então tudo que eu fiz foi por esforço próprio. Ela podia ter me ajudado a nível de comunidade realmente, mas não consegui. (Magaly Marques)

(...) Se a gente precisa do posto, a gente tem que fazer um requerimento e lutar pra que a administração olhe pra nossa periferia porque essa administração não está fazendo nada. Essa administração foi muito ruim, não deu condição de a gente trabalhar (Leda Moreira).

Independentemente do alinhamento político com as posições do poder Executivo ou da estratégia de abordagem à base eleitoral, o trabalho político realizado pelas parlamentares é dependente do acesso ao Executivo. Esta é uma questão de sobrevivência política para o vereador, pois sem o uso da estrutura da administração municipal ou a possibilidade de acesso aos setores para mediar o diálogo entre a população e a instância responsável por determinadas atividades, não há como contemplar seu eleitorado e manter a complexa rede de atendimento e prestação de serviços.

As vereadoras estudadas operam como mediadoras entre o cidadão e os poderes públicos agilizando a realização de serviços corriqueiros que deveriam ser prestados pelos órgãos governamentais sem a necessidade desta intervenção.

Entre as atribuições do cargo, não cabe ao vereador administrar diretamente os interesses e bens do Município, mas indiretamente, por meio de proposição de leis ou apontando providências e fatos ao chefe do Executivo, através de indicações para uma solução administrativa.

4.3 A Câmara Municipal de Fortaleza e as formas de intervenção do vereador.

¹²⁷As vereadoras Leda Moreira e Magaly mantêm o ano inteiro em funcionamento “comitês” instalados nos bairros Carlito Pamplona e Varjota, respectivamente. A observação do funcionamento destes escritórios aconteceu pontualmente no período da campanha em 2012 e em maio de 2014.

Há aproximadamente oito anos, a Câmara de Vereadores ganhou uma sede própria, situada no bairro Conjunto Luciano Cavalcante. O prédio fica numa rua isolada e de difícil acesso à população, já que não existia até 2013 linhas de ônibus diretas à CMF. Naquele ano o equipamento que possuía dois pavimentos passou por uma reforma para abrigar os dois novos gabinetes dos parlamentares eleitos no último pleito. Os gabinetes são compostos por dois cômodos, e ficam dispostos em salas contíguas ao longo de dois corredores no piso térreo. Além dos gabinetes, nesse andar funcionam vários setores, dentre eles estão os Departamentos do Legislativo, Financeiro, de Comunicação (que inclui a TV Fortaleza¹²⁸ e Rádio FM), Recursos Humanos, Administrativo, de Licitação; Instituto de Pesquisas Américo Barreira - IPAB, Arquivo, biblioteca, Protocolo, Patrimônio, etc. No segundo piso estão a presidência, a secretaria da Mesa Diretora, três salas das comissões, plenário, Departamento Jurídico, Auditório e algumas salas adicionais que abrigam as demais seções operacionais da Casa, além de salas de reunião.

Atualmente a Câmara é composta por 43¹²⁹ vereadores eleitos pelo voto direto e proporcional. De acordo com a Carta Magna, o número de vereadores nas câmaras municipais deve ser ajustado ao quantitativo de habitantes. Nesse sentido, baseado no novo censo do IBGE, os vereadores aprovaram uma emenda à LOM ampliando de 41 para 43 o número de vagas, em consonância com o crescimento da população.

Tanto o plano plurianual como o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (incluindo os duodécimos¹³⁰ da CMF) são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, e são definidos no ano anterior a cada exercício¹³¹. Na tramitação para a aprovação, eles passam antes pelo crivo da Comissão de Orçamento da CMF, responsável pela sua adequação às normas legais e para a avaliação das emendas ao orçamento. Em seguida,

¹²⁸ A TV Fortaleza foi inaugurada em 2011. O objetivo do projeto é dar visibilidade as ações do Legislativo Municipal. Inicialmente o canal era fechado e destinado a 200 assinantes. Em 2012 a transmissão das sessões plenárias passa a ser ao vivo em canal aberto para o Ceará.

¹²⁹ Segundo informações do Departamento de Recursos Humanos, a partir de 2013, com o aumento aprovado pelos próprios parlamentares, cada vereador recebe o subsídio mensal no valor bruto de R\$13.300,17, Verba de Assessoria no valor total bruto de R\$43.875,00 e Verba de Desempenho Parlamentar no valor de R\$20.200,00, que totalizando o pagamento mensal a cada gabinete de R\$ 77.375,17. Por ano, incluindo o 13º salário, o pagamento a um vereador chega a mais novecentos mil reais.

¹³⁰ Repasse mensal de arrecadações do município para custear as despesas da Câmara.

¹³¹ Como foi observado, a relação entre os poderes Executivo e Legislativo é de subordinação do segundo em relação ao primeiro, já que a capacidade de atendimento às demandas das bases eleitorais dos vereadores depende em grande medida dos repasses de verbas do Executivo, que elabora o plano plurianual e o projeto de diretrizes orçamentárias, além de deter a máquina administrativa para atender os pedidos da população. Esses fatores enfraquecem o poder fiscalizador do Legislativo.

segue para o plenário para ser aprovado pelo voto da maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

A maioria do conjunto de funcionários¹³² é de terceirizados e comissionados, que estão ligados a algum vereador, desempenhando as atividades técnico-administrativas, além de zeladores, copeiros, recepcionistas e seguranças. A instituição funciona com um quadro de servidores distintos para cada um dos dois expedientes. O número de funcionários nos gabinetes dos vereadores é reduzido, assim como o público que os frequenta, o que leva a supor que grande parte do atendimento prestado à população seja feito fora da CMF, nos escritórios e “comitês”.

O trabalho realizado no Parlamento se divide entre a atuação na Mesa Diretora e nas comissões técnicas permanentes e especiais, os acertos nos bastidores para a aprovação de projetos e a apresentação pública e discussão das proposições no plenário. É nestes espaços que se observa as disputas pelo reconhecimento e pela capacidade de interlocução para formular as alianças necessárias à aprovação das proposições. Dependendo do seu teor e grau de interesse destas, as disputas irão demandar altos custos de tempo, com mobilização e articulação com os setores envolvidos, o que muitas vezes pode desestimular a produção de leis por parte alguns parlamentares que detém um menor capital político.

No desempenho das atividades legislativas, os vereadores devem participar das sessões plenárias que acontecem três vezes por semana, de terça a quinta, com duração regimental máxima de 3 horas. O número de proposições encaminhadas por sessão em 2012, por exemplo, teve uma média de 50 matérias/dia. Grande parte dos vereadores se inscreve para proferir discurso ou fazer observações sobre as proposições. É nessa ocasião que as matérias¹³³, projetos apresentados pelos vereadores, devidamente protocoladas pelo Departamento Legislativo, são lidas pelo presidente da sessão que, em seguida, encaminhará para a avaliação de comissão técnica específica.

Uma das principais funções da Mesa Diretora é organizar as sessões legislativas, tomando todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos

¹³² Nenhuma informação sobre os vencimentos do quadro de funcionários incumbido das funções políticas (vereadores e assessores) e administrativas (servidores e terceirizados) é divulgada no site da CMF. No portal da transparência, há apenas a informação de gastos com pessoal fragmentado em várias rubricas, tornando difícil a compreensão. Essas informações foram solicitadas ao Departamento de Recursos Humanos e à Ouvidoria da Câmara, mas não obtive resposta. Em 2012, a dotação orçamentária da CMF foi de R\$ 111.159.527,23. Atualmente a CMF conta com 241 servidores públicos e 300 terceirizados.

¹³³ Todas as propostas, exceto os requerimentos, antes da deliberação do Plenário, serão apreciadas pela Comissão de Legislação, Justiça e de Cidadania, para o exame dos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa.

administrativos. Todo o procedimento regimental necessário ao funcionamento do plenário, como, por exemplo, a apresentação das matérias que é feita pelo Presidente, a quem compete administrar as sessões e representar a Câmara.

A Mesa Diretora é composta por seis membros: o Presidente da CMF, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes e três Secretários (1º, 2º e 3º Secretários), que são eleitos na Sessão de instalação da legislatura no dia 1º de fevereiro para um mandato de dois anos, permitida a recondução, independentemente de legislatura¹³⁴. Seus membros são escolhidos em votação aberta, imediatamente após a posse, sob a presidência do vereador mais votado nas eleições municipais. Os eleitos por maioria de votos são automaticamente empossados, podendo haver mais de um candidato para os cargos em disputa. O processo é legitimado pela presença da maioria dos Vereadores e sendo assegurado, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias.

A Mesa Diretora é responsável exclusivamente por tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos administrativos, propor projetos de lei que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixar os respectivos vencimentos. E ainda apresentar projetos que disponham sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, bem como aqueles relativos à fixação dos subsídios do Prefeito, Vice e Vereadores e propor concessões de licenças para o prefeito e para os vereadores, são também algumas dentre outras funções.

Dado o importante papel da Mesa Diretora para o trabalho legislativo e a forma de eleição de seus membros, é razoável dizer que os candidatos aos cargos, além de fazerem parte do partido com a maior bancada na legislatura, devem também chegar à CMF com um capital político e poder de interlocução fortes, a fim de lograr êxito nessa eleição.

As únicas mulheres que tomaram assento na Mesa Diretora, desde 1936 até 2012, foram Ivone Melo¹³⁵ (vice-presidência – 1977 a 1979), Maria José de Oliveira (2ª Secretária - 1977 a 1982), Íria Ferrer (2ª Secretária – 1983 a 1984), Gorete Pereira (vice-presidência – 1990 a 1992), Magaly Marques (2ª secretaria - 1999 a 2000 e 3ª secretaria 2001 a 2004) e Eliane Novais (vice-presidência -2009 a 2010).

Embora haja um projeto aprovado no plenário em 2009, de autoria da vereadora Eliane Novais, que prevê que na eleição para os cargos da Mesa Diretora seja

¹³⁴ Na maior parte das vezes, se permanece no cargo pelo corresponde a uma legislatura.

¹³⁵ Ivone Melo se candidata à presidência em 1983, porém não obtém a maioria dos votos dos pares.

observada a equidade dos sexos e o pluralismo partidário, este é um dos muitos projetos aprovados na CMF que não são efetivamente colocados em prática. Desde 2010, nenhuma mulher participou novamente da composição da Mesa Diretora e, até o momento, nenhuma chegou à presidência.

Como é possível notar, a ocupação desses cargos se efetiva de maneira desigual e com uma dominação masculina, o que pode refletir inclusive na taxa de aprovação das propostas apresentadas pelas mulheres. No caso das vereadoras¹³⁶ estudadas, muitos projetos foram arquivados por atraso de parecer da comissão¹³⁷ ou da Mesa Diretora, por não terem sido aprovadas dentro do prazo dos mandatos, fatos que podem ter sido influenciados por diversas causas. A primeira delas pode estar ligada a pequena presença de mulheres nas presidências de comissões e na Mesa Diretora; em segundo lugar, a pouca compreensão por parte das mulheres do jogo político que envolve o Parlamento, como, por exemplo, os pequenos detalhes no uso do Regimento Interno que podem garantir ou suspender uma votação; e em terceiro, pode estar relacionada ao baixo capital acumulado para aprovação das matérias.

O Parlamento Municipal se reúne para sessões¹³⁸ ordinárias, extraordinárias e especiais, que são bastante formalizadas. A maior parte das sessões são tomadas pelos vereadores, o espaço para a manifestação popular acontece numa única quarta-feira de cada mês, no Grande Expediente¹³⁹. A observação do trabalho político das parlamentares mostra que a maior parte do tempo dedicado à vereança gira em torno da

¹³⁶ Algumas vereadoras tiveram projetos arquivados porque deixaram os mandatos para assumir uma função pública ou cargo político. Outras vereadoras tiveram projetos rejeitados pelas comissões para os quais foram encaminhados ou arquivados em decorrência de prazos vencidos.

¹³⁷ As comissões têm o prazo de cinco sessões, quando se tratar de matéria em regime de urgência ou de vinte sessões, quando se tratar de matéria em regime de tramitação ordinária, para emitir um parecer aprovando ou rejeitando.

¹³⁸ As sessões seguem um protocolo que compreende quatro partes: I - Pequeno Expediente; II - Grande Expediente; III - Ordem do Dia; IV - Explicação Pessoal. Inicialmente, o Primeiro Secretário faz a leitura do expediente, ou seja, de correspondências e outros documentos recebidos e expedidos, agenda das comissões; comunicação das matérias distribuídas aos Relatores; projetos e requerimentos apresentados pelos vereadores e Prefeito para que todos tomem conhecimento. Em seguida, tem início o pequeno expediente, com duração máxima de 45 minutos. Destina-se inicialmente ao uso da palavra pelos vereadores inscritos em número máximo de 5 por sessão, com o tempo de 5 minutos para cada um se pronunciar. Dando continuidade aos trabalhos, inicia-se a Ordem do Dia que é dedicada às discussões das matérias, pedidos de esclarecimentos e votação dos projetos que serão votados e transformados em lei. Na ocasião também todos tomam conhecimento das novas proposições, que serão distribuídas para as respectivas comissões avaliarem. Já com relação às matérias em tramitação, são lidos os pareceres das comissões responsáveis para a votação do Plenário.

¹³⁹ Os representantes de entidades associativas ou pessoas residentes no Município podem usar a Tribuna livre por tempo improrrogável e sem apartes. Não é permitido o uso desse espaço por representantes de Partidos Políticos. As inscrições são feitas na Ouvidoria da Câmara, que leva ao conhecimento da Mesa Diretora para o agendamento da data.

mediação de alianças, seja com a população atendida pelas vereadoras, com o poder Executivo ou com os próprios pares.

As sessões plenárias são um momento privilegiado para perceber as alianças e dissidências em torno de determinadas matérias. A exacerbação dos gestos e vozes na disputa pela representação de determinado segmento, a defesa de projetos ou mesmo a ocasião das denúncias são momentos rituais de dramatização dos discursos ao vivo, em que as vozes adquirem tons solenes e gestos vigorosos, cujo objetivo é atingir o grande público¹⁴⁰, para quem o espetáculo é encenado.

Os debates em torno de projetos que refletem mais diretamente os interesses da população ou de um segmento social específico são intensos e muito disputados, ao contrário daqueles já citados. Cada vereador quer tomar para si a defesa de temas cujo alcance social seja mais abrangente ou que proporcione maior visibilidade, garantido assim um acúmulo maior de capital político. Os grupos de oposição e situação travam longas disputas por meio do uso da palavra no púlpito, para definir quem tem a melhor compreensão da “realidade” da população atingida por uma política pública ou pela ausência dela.

Assim como o domínio de determinados temas nos debates no plenário, o fluxo das matérias apresentadas, desde o protocolo até a votação, ou seja, os tramites regimentais, podem evidenciar o poder que um vereador tem de fazer aprovar suas propostas. O trabalho no plenário demonstra que os parlamentares estão sempre buscando fazer alianças, independente do partido ou da posição ideológica, para aprovar suas propostas. Esse jogo implica numa reciprocidade nas votações, ou seja, voto dado significa voto retribuído. No entanto, a garantia dessa reciprocidade vai depender do conteúdo das matérias em jogo.

Em relação às votações no plenário, assistindo a algumas sessões, pude perceber que as matérias apoiadas pela maioria dos vereadores, assim como aquelas aprovadas com unanimidade, são propostas que não afetam de maneira significativa a vida dos cidadãos em seu cotidiano e não são objeto de disputa entre os vereadores. Normalmente, correspondem a concessões de medalha, homenagens à personalidades que desenvolvem trabalhos sociais de relevância, moções de apoio ou repúdio, nomenclatura de ruas e avenidas, concessão de título de utilidade pública a instituições com foro em Fortaleza e outras propostas semelhantes.

¹⁴⁰ A veiculação das sessões plenárias para a população de Fortaleza a partir de 2012 altera o dia-a-dia do plenário, pois agora existe um público exterior à CMF a quem o parlamentar vai se dirigir. Dessa forma, o lugar do discurso ganhou peso e por isso acirrou a concorrência entre os parlamentares.

Nas sessões que presenciei, as mulheres pouco participaram das discussões, somente uma vereadora fazia o uso da palavra. Também não foi possível notar uma ação planejada entre as mulheres para a aprovação de matéria voltada para o público feminino ou ligada aos cuidados. Em todas as legislaturas, o contingente de mulheres foi sempre muito pequeno, talvez por isso não seja possível visualizá-las com uma bancada ou com objetivos comuns.

Nos depoimentos das parlamentares de legislaturas diferentes, as entrevistadas são unânimes em afirmar que nunca houve uma ação conjunta para aprovação de matéria. O alinhamento em torno dos temas se faz pela orientação do Partido ou por posicionamentos pessoais sobre um determinado assunto.

(...) quando se tratava questão dos professores se conseguia um arco de alianças mais amplo, por exemplo, a Mazé [Maria José de Oliveira], que era umbilicalmente ligada ao prefeito, mas nessas horas... Tinha outros vereadores que agiam assim. Tanto é que acabava forçando uma negociação porque não queria ficar contra o prefeito, nem queria ser contra os professores, então esse pessoal forçava a negociação com a prefeitura. Isso era bom, terminava sendo interessante para os funcionários, os professores (Rosa da Fonseca).

Eu não votava contra os professores, apoiava qualquer projeto para a melhoria da classe (...). O partido não interferia muito, deixava os vereadores trabalhar a vontade. Como eu sempre fui do lado do governo, tinha essa facilidade de conseguir as coisas (Maria José de Oliveira).

Em poucas ocasiões, sobretudo as comemorativas, as mulheres podem ser observadas em ações conjuntas como na semana em celebração ao Dia Internacional da Mulher, do ano de 2012, proposta pela vereadora Eliana Gomes. Nesse espaço os vereadores e vereadoras reafirmam o apoio as causas situadas no campo da defesa dos direitos sociais e das minorias.

Na audiência pública que encerrou esta semana comemorativa, cujo tema foi “Enfrentando a violência pelo direito à cidade”, alguns vereadores se manifestaram a favor das “causas femininas”. Na ocasião, a vereadora Eliana Gomes apresentou os encaminhamentos do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e mencionou a existência de 20 projetos de lei de autoria de diferentes vereadoras tramitando na CMF que precisavam de apoio e celeridade. Os parlamentares presentes aproveitavam o momento para homenagear as mulheres com leitura de provérbios, crônicas e execução de canções que enalteciam o papel feminino na família e na sociedade. Também era a

ocasião para os vereadores justificarem seus posicionamentos sobre os assuntos tratados ali e reivindicar ações do Parlamento.

Esse momento também é utilizado para estabelecer alianças imprescindíveis à aprovação de matérias em tramitação, como, por exemplo, para a criação do Conselho Municipal da Mulher, proposta apresentada inicialmente por Patrícia Saboya, em 1997 (arquivado) e em 2006, que foi reapresentada por Regina Assêncio (sugerido ao Executivo). Em 2009, a proposta volta ao Plenário por iniciativa de Eliana Gomes e é aprovada, mas não se concretiza.

Nesse caso, entra em jogo a capacidade de mediação da vereadora que se materializa pela adesão a uma ideia, pelo voto a um projeto. A capacidade de aprovar projetos vai depender de “acordos” temporários entre ela e seus pares. E nesse momento não importa quais as tendências ou grupos dos parlamentares.

Como se vê, há uma relação de interdependência que perpassa as negociações no ambiente legislativo. Essas múltiplas formas de mediação, que envolve a população, os poderes públicos e os vereadores, representam uma necessidade de sobrevivência na política, na medida em que é por meio delas que se adquire respaldo junto ao grupo político, que pode se converter em legitimidade também para os eleitores.

4.3.1 Produção legislativa: contrastes da atuação feminina

Este tópico traz as proposições legislativas aprovadas em plenário pelas parlamentares. Com o objetivo de comparar as propostas das mulheres com os dados apresentados na literatura, foi realizada uma classificação dos projetos em diferentes áreas temáticas, em conformidade com o conteúdo das emendas das propostas, considerando os aspectos principais, dentre eles o público atendido.

Para se transformarem em lei, as proposições passam por um procedimento específico, da dinâmica da CMF, que é o processo legislativo. Esse processo consiste em um conjunto de processos destinados a produzir normas jurídicas de natureza legislativa, que vão desde a elaboração e apresentação da lei, passando por debates em plenário e nas comissões técnicas, até a aprovação e publicação.

Para legislar, alterar as normas jurídicas já existentes na LOM, ou sugerir a solução de algum problema ao Executivo, os parlamentares utilizam um conjunto de

procedimentos, que compreende o projeto de decreto legislativo¹⁴¹, o projeto de lei ordinária¹⁴², o projeto de lei complementar¹⁴³, o projeto de resolução¹⁴⁴, o projeto de emenda à lei orgânica¹⁴⁵ e o projeto de indicação¹⁴⁶. Conforme a tabela abaixo, no período de 23 anos as mulheres apresentaram 390 projetos e foram aprovadas 380 leis no plenário da CMF, que representa uma média de 16 leis por ano.

TABELA 4 - Proposições apresentadas na CMF 1989 - 2012

Tipo de Proposição	Apresentados	
	Nº Absoluto	(%)
Projeto de Decreto Legislativo	82	21
Projeto de Lei Ordinária	214	55
Projeto de Lei Complementar	5	2
Projeto de Resolução	13	4
Projeto de Emenda à Lei Orgânica	2	1
Projeto de Indicação	64	17
Total	390	100

Elaboração própria

As proposições¹⁴⁷ apresentadas aqui correspondem à produção legislativa de 16 vereadoras em 25 mandatos. A maioria das mulheres foi eleita para apenas uma legislatura no período estudado, as exceções são: Magaly Marques e Maria José Albuquerque, com 5 mandatos; Nelba Fortaleza, Gorete Pereira e Luizianne Lins, com 2 mandatos. Há uma concentração da produção de matérias pelas seguintes vereadoras:

¹⁴¹ É o dispositivo usado para regulamentar a matéria de interesse interna da Câmara, portanto não sujeito a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da CMF. Os PDLs corresponderam a 21% das propostas apresentadas pelas vereadoras que versam sobre homenagens e denominação de logradouros.

¹⁴² O conteúdo do PLO tem ampla abrangência, tendo por finalidade regular toda matéria legislativa de competência da Câmara e sua aprovação exige a maioria simples (aprovação de 50% dos votos dos parlamentares presentes à sessão, mais um), além de estar sujeito à sanção do Prefeito. Os PLOs são a principal forma utilizada para a transformação de matérias em leis.

¹⁴³ Trata-se de uma proposta para aprovação de lei que regule dispositivos de outras leis previstas na LOM. O conteúdo das matérias é bem diversificado, trata sobre leis tributárias, plano diretor, códigos de postura, de saúde, de defesa do meio ambiente e sanitário e leis instituidoras de regime de jurídico dos órgãos da administração pública municipal. As leis complementares a Lei Orgânica somente serão aprovadas, se obtiverem a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal. No período estudado, somente 5 leis dessa natureza foram aprovadas pelas parlamentares Magaly Marques (3), Terezinha de Jesus (1) e Eliana Gomes (1).

¹⁴⁴ É o instrumento destinado a regular a matéria político-administrativa da Câmara e também é consagrada pelo voto da maioria simples. Sua aprovação foi de 4%, o que representa 13 propostas aprovadas que tratam de horário de funcionamento das sessões plenárias, criação e fusão de comissões, criação de regras para concessão de comendas, etc.

¹⁴⁵ Projeto de Emenda à Lei Orgânica é a proposição que altera a LOM, modificando, incluindo ou suprimindo os seus dispositivos. Após a aprovação por maioria absoluta dos votos de todos os vereadores, compete à Mesa da Câmara sua promulgação. Das mulheres estudadas, apenas Nelba Fortaleza e Eliane Novais aprovaram 1 emenda cada. Trata-se da lei mais difícil de ser aprovada, por isso que demanda do parlamentar um capital político forte.

¹⁴⁶ É utilizado para encaminhar sugestões ao Executivo para subsidiar a elaboração de novas leis, realização de obras e concessão de serviços à população. O PIND pode tratar de temas variados, abrangendo as áreas de saúde, educação, lazer, turismo, dentre outras.

¹⁴⁷ A ideia inicial era de analisar as proposições apresentadas e aprovadas, no entanto, no material encontrado não foi possível identificar as matérias apresentadas por todas as parlamentares.

Eliana Gomes (60), Nelba Fortaleza (56), Déborah Soft (42), Fátima Leite (40) e Magaly Marques (37), Eliane Novais (25), Regina Assêncio (23), Germana Soares (21), Luizianne Lins e Terezinha de Jesus (20), Zélia Correia (19) e Gorete Pereira (13). As mulheres que menos aprovaram propostas foram: Maria José de Oliveira (6), Patrícia Saboya (5), Leda Moreira (2) e Rosa da Fonseca (1).

Partindo do suposto de que a atuação das mulheres no Parlamento está ligada a área “social”, como aponta a literatura sobre o tema¹⁴⁸, procurei agregar as proposições na grande categoria denominada “social”. Nesse sentido, busquei definir o que se entende por política social e por direitos sociais para auxiliar no entendimento do trabalho social praticado pelas parlamentares.

De maneira geral as políticas sociais são ações praticadas pelo Estado voltadas à distribuição de benefícios socioeconômicos, buscando dirimir a desigualdade social constituída ao longo do tempo pelos conflitos entre o capital (Gobert, Muller, 1987). Trata-se do atendimento de reivindicações de setores mais vulneráveis (inicialmente de trabalhadores) que foram assumidos pelo Estado ao longo da história. Já os direitos sociais podem ser entendidos como a consagração jurídica das demandas da população para o atendimento de suas necessidades básicas. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, no artigo sexto elenca como direitos sociais básicos "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição"¹⁴⁹.

Lançando um olhar sobre os dados coletados ao longo da investigação e tomando como referência pesquisas que refletiram sobre a ação de parlamentares no Congresso Nacional¹⁵⁰ e a categorização utilizada do Miguel e Feitosa (2009)¹⁵¹

¹⁴⁸ AVELAR, 2001 e PINHEIRO, 2007.

¹⁴⁹ Constituição Federal de 1988, p.6.

¹⁵⁰ MIGUEL, 2001; BARREIRA, 2006; ARAÚJO, 2001.

¹⁵¹ Miguel e Feitosa (2009) utilizam essa classificação para compreender a divisão do trabalho legislativo. Ela está baseada em um intenso debate internacional acerca do comportamento político entre homens e mulheres. É importante destacar que ela tem seus limites, portanto, é necessário utilizá-la com cuidado para não reforçar estereótipos. Além disso, ela não permite mensurar o volume de poder e de recursos que a categoria soft é capaz de agenciar. A exemplo disso são os temas da educação e saúde, que embora inseridos na categoria soft são bastante concorridos porque dispõem de grande orçamento. Numa avaliação geral, as categorias podem mostrar o estado do posicionamento das mulheres no trabalho legislativo, pois é possível enquadrar os discursos e práticas políticas das vereadoras dentro de quatro temas (*hard politics*, *middle politics*, *soft politics* e *questões irrelevantes e outros*). A categoria *hard politics* envolve o exercício do poder do Estado e a gestão da economia; *soft politics* envolve os assuntos mais voltados para as questões sociais; *middle politics* compreende abordagens mistas, como, por exemplo, discussões sobre a “previdência social” que envolve tanto preocupações com as contas públicas, quanto com os pensionistas; as questões irrelevantes são aquelas que não foi possível observar a interferência direta nos objetivos da pesquisa.

procedi a classificação das proposições legislativas apresentadas pelas vereadoras que envolvesse uma grande variedade de temas, os quais foram divididos em dois subgrupos. O primeiro (social a) agrega projetos inseridos em uma temática social reconhecida como tipicamente feminina, que está relacionada aos cuidados e, portanto, remete aos papéis de gênero, classificada pela literatura especializada como *soft politics*. As proposições alocadas nesse grupo estão ligadas a saúde, educação e cultura, violência sexual e doméstica, assistência social e atuação para grupos específicos (como crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, etc) e para mulheres. O segundo grupo (social b), que se enquadra da categoria *middle politics*, é composto por proposições relacionadas a áreas mistas, mas que também podem ser interpretadas como sociais, embora não encontrem uma relação direta com os papéis de gênero. Logo, este grupo agrega as questões ligadas aos campos do trabalho, turismo, previdência social e segurança pública.

Os itens que não estão ligados à área social, que estão agrupados em outras áreas são: infraestrutura, homenagens e datas comemorativas; utilidade pública – benefícios concedidos a ONGs e associações; logradouros - denominação de ruas, praças, avenidas e prédios públicos; político-administrativas – que diz respeito ao expediente interno, ao ordenamento das atividades na CMF e códigos, como, por exemplo, alterações no regimento interno da Câmara; administração pública¹⁵², direitos individuais e coletivos – proteção aos direitos do estudante, do empregado do comércio, etc; e ordenamento dos serviços básicos prestados à população por terceiros, tais como: bancário, telefonia, energia, água e esgoto.

A tabela a seguir traz todas as proposições apresentadas pelas mulheres no universo de 380 itens aprovados, divididas pela natureza da proposição.

TABELA 5 - Proposições aprovadas por área na CMF 1989 - 2012

Tipos de proposição	Capital Político									
	Ocupação de cargos		Movimentos Sociais		Familiar		Outros campos		Total	
Nº Absoluto e (%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Social (A)+(B)	28	20,6	41	30,1	16	11,8	51	37,5	136	35,8
SOCIAL (A)	26	20,8	40	32	14	11,2	45	36	125	32,9
Assistência a grupos específicos	3	17,6	6	35,3	2	11,8	6	35,3	17	4,4
Educação/Cultura	8	17,3	15	32,7	5	10,9	18	39,1	46	12,1

¹⁵² Neste item foram agrupados em: autorização para empréstimos; isenção, aumento e cobrança de impostos; celebração de contratos com entes privadas para prestação de serviços a administração pública de comunicação, laboratoriais, etc.

Tipos de proposição	Ocupação de cargos		Movimentos Sociais		Familiar		Outros campos		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Social (A)+(B)	28	20,6	41	30,1	16	11,8	51	37,5	136	35,8
SOCIAL (A)	26	20,8	40	32	14	11,2	45	36	125	32,9
Mulher	2	11,1	4	22,3	6	33,3	6	33,3	18	4,8
Violência sexual e doméstica	0	-	5	55,6	1	11,1	3	33,3	9	2,3
Saúde	11	55	7	35	0	-	2	10	20	5,2
Meio ambiente	2	13,3	3	20	0	-	10	66,7	15	4
SOCIAL (B)	2	18,2	1	9	2	18,2	6	54,6	11	2,9
Turismo	0	-	0	-	0	-	1	100	1	0,2
Trabalho/emprego	1	14,3	0	-	1	14,3	5	71,4	7	1,9
Previdência	1	100	0	-	0	-	0	-	1	0,2
Segurança pública	0	-	1	50	1	50	0	-	2	0,5
OUTRAS ÁREAS	101	41,4	74	30,3	17	7	52	21,3	244	64,2
Urbanização/ Infraestrutura*	6	30	7	35	0	-	7	35	20	5,2
Homenagens/datas comemorativas	13	23,2	27	48,2	5	8,9	11	19,7	56	14,8
Utilidade pública	27	58,7	9	19,5	0	-	10	21,8	46	12,1
Logradouros ¹⁵³	20	44,4	10	22,2	9	20	6	13,4	45	11,9
Político administrativo	8	33,33	7	29,16	2	8,33	7	29,16	24	6,3
Administração pública	10	55,6	4	22,2	0	-	4	22,2	18	4,8
Direitos individuais/coletivos	5	31,2	6	37,6	1	6,2	4	25	16	4,2
Transito	5	83,3	1	16,7	0	-	0	-	6	1,6
Ordenamento de serviços prestados por terceiros	7	54	3	23	0	-	3	23	13	3,5
Total	129		115		33		103		380	100

Elaboração própria

* São proposições nas áreas de infraestrutura social (habitação, urbanização e saneamento)

Para um melhor entendimento da produção legislativa das parlamentares, devido à multiplicidade de temas, procurei organizar os dados em 19 itens que tratam de matérias que vão desde aquelas associadas ao âmbito feminino, passando pelos conteúdos de cunho administrativo, até aqueles que envolvem o desenvolvimento econômico e organização fiscal, temas observados pela literatura especializada com predominância da atuação masculina.

A ideia de que a política praticada pelas mulheres é motivada pela sensibilidade, portanto, estaria ligada aos temas sociais, está presente no imaginário coletivo e é mencionado pelas parlamentares entrevistadas como um diferencial em sua prática política. No entanto, isso não se reflete, de maneira significativa, em número de proposições aprovadas.

¹⁵³ Designação de nomes ruas, avenidas, praças e prédios públicos

Analisando o conteúdo dos projetos na CMF, fica evidente que a ação das parlamentares, pelo menos no que diz respeito à produção de leis, não encontra predominância em relação aos temas sociais, ligadas aos cuidados, e que reproduzem os papéis femininos da esfera privada para a pública, na medida em que se constata uma produção abaixo da média se comparada às produções femininas em outras investigações no âmbito nacional¹⁵⁴, em que os projetos apresentados para essas áreas correspondem a mais de 60% das proposições¹⁵⁵. Das 136 proposições agrupadas na grande área “social” (A e B), o percentual de aprovação é de 35,8% do total de projetos apresentados e aqueles ligados especificamente à política dos cuidados “social A” representam apenas 32,9%.

A capacidade de inserir novos temas na agenda política e a preocupação das mulheres em legislar sobre assuntos relacionados aos cuidados são justificativas usuais para a defesa da presença feminina na política institucional. De fato, as vereadoras se preocuparam em garantir conquistas legais às pessoas vítimas de preconceitos e discriminações, além de proporem leis diretamente ligadas ao público feminino. Dessa forma, alguns direitos foram assegurados dentro das possibilidades das parlamentares de legislar sobre os temas, para que esses grupos tivessem melhores condições de vida.

Estas questões foram introduzidas na agenda política por parlamentares eleitas a partir de 1989 e representam nichos de atuação até hoje defendidos pelas parlamentares. As discussões em torno da defesa dos direitos dos idosos e deficientes entrou na pauta das proposições no final da década de 1980. Já aquelas voltadas para o público LGBTTT surgiram na segunda metade da década de 1990. E as leis sobre combate às drogas e cuidados com os usuários entraram em discussão a partir dos anos 2000.

Algumas parlamentares que propuseram projetos para esses públicos são: Gorete Pereira, que tinha como plataforma a defesa de políticas públicas para os deficientes físicos; Luizianne Lins, que procurou defender os interesses das mulheres, do público jovem e LGBTTT; assim como Déborah Soft, que se apresentou como representante dos trabalhadores da noite e do público LGBT; Nelba Fortaleza, que buscou se identificar com os interesses dos idosos; Patrícia Saboya e Eliana Gomes, que colocaram o mandato como instrumentos de defesa dos direitos da mulher, da infância e

¹⁵⁴ AVELAR, 2001; MESSENERG, 2002; PINHEIRO, 2009.

¹⁵⁵ É necessário fazer uma ressalva em relação à comparação entre estas produções legislativas, já que cada Câmara possui suas especificidades tanto no que diz respeito ao poder e competência para legislar quanto à possibilidade de se fazer aprovar uma proposta.

da juventude; e Eliane Novais, que também atuou nesses eixos e fez mais fortemente a discussão sobre o combate às drogas.

Dentro dessa perspectiva dos temas femininos e feministas, os membros da CMF aprovaram projetos, como, por exemplo, o Dia da luta do orgulho homossexual (Luizianne Lins) e o Dia da Discriminação Sexual (Déborah Soft); a Permissão para uso de adereços que combine com a orientação sexual de pessoas em instituições de ensino público municipal (Luizianne Lins); Passe livre para deficientes (Gorete Pereira) e para portadores de HIV (Déborah Soft); Direito a “meia” entrada para idosos em eventos culturais e o Programa municipal de combate ao trabalho infantil (Déborah Soft); Disk idoso; Reserva de 5% de habitações populares para idosos de baixa renda e o Fundo Municipal do Idoso (Nelba Fortaleza).

As 125 (32,9%) matérias que aludem aos temas citados foram propostas por praticamente todas as vereadoras, excetuando-se Maria José de Oliveira, Zélia Correia, Rosa da Fonseca e Leda Moreira. Destaco as mulheres que deram especial atenção a área “social A”, que foram: Eliana Gomes (23), Déborah Soft (22), Fátima Leite (15) e Terezinha de Jesus (11).

Dos 60 projetos aprovados por Eliana Gomes, 23 estavam ligados a área dos cuidados (educação/cultura, assistência social a grupos específicos, mulher, violência sexual e doméstica). A exemplo a vereadora aprovou os projetos Programa de capacitação profissional de mulheres vítimas de violência, Criação da casa-abrigo municipal para atender mulheres em situação de risco de vida em decorrência de violência. Em relação aos temas feministas, apresentou propostas sobre a igualdade salarial entre servidores e a igualdade para as mulheres nos espaços de poder na CMF.

Já Deborah Soft aprovou 42 proposições, das quais 22 estavam ligadas ao grupo “social A”, portanto mais de 50% de sua produção legislativa estava voltada, principalmente, para o público composto por jovens, crianças, mulheres, deficientes e idosos. Nesse sentido, aprovou as seguintes leis: o direito do cego ao ingresso em repartições com cão guia; passe livre para portadores de HIV comprovados; Jovem Aprendiz - profissionalização de jovem de baixa renda; Programa Municipal de Combate ao Trabalho Infantil; e a Criação de clínica para dependentes químicos, dentre outros.

Fátima Leite teve 40 projetos aprovados, dos quais 15 também estavam voltados para o grupo “social A”, com especial atenção para os itens educação/cultura, mulher e meio ambiente, que compreendeu leis que versavam sobre o Programa Leitura

na Praça; inclusão na grade curricular da rede pública municipal de ensino as disciplinas de cidadania e boas maneiras e educação para a paz; campanha de combate à carência de ferro em gestantes e crianças de seis meses a dois anos; e coleta seletiva de lixo nas praças.

Terezinha de Jesus também apresentou 11 projetos para a área “social A”, dos quais mais de 50% (8) estavam ligados à saúde, como, por exemplo, a criação do setor de fisioterapia nos postos de saúde; o "Programa de Prevenção ao Câncer de Próstata; e a campanhas permanentes de conscientização do combate aos ratos e vacinação contra a rubéola.

Avaliando a produção das parlamentares em conjunto, as propostas que alcançam os direitos da mulher (somando os itens mulher e violência doméstica) totalizaram 27 projetos aprovados, que correspondem a 7,1% do total. O objetivo das matérias era garantir a igualdade de gênero e a integridade física, psíquica e a profissionalização das mulheres. Os temas aprovados dizem respeito a criação de entidades em defesa dos direitos femininos, cuidados com a saúde, formação profissional e educação. As parlamentares que não aprovaram matérias sobre esta questão foram: Gorete Pereira, Magaly Marques, Maria José Albuquerque, Zélia Correia, Leda Moreira e Eliane Novais (esta teve dois projetos arquivados por falta de mandato).

As áreas de saúde e meio ambiente tiveram respectivamente 20 e 15 projetos aprovados. Das 16 vereadoras, apenas sete apresentaram propostas para a área da saúde e também para o meio-ambiente. As médicas Terezinha de Jesus e Magaly Marques aprovaram respectivamente 8 e 2 projetos. Magaly assegura que sua área de interesse desde a inserção no campo político tem sido fundamentalmente a saúde. É interessante observar que em 20 anos de permanência na CMF a vereadora aprovou apenas 2 proposições (enquanto Terezinha, em um único mandato, aprovou 4 vezes mais), mesmo sendo o nicho da saúde uma de suas principais prioridades. Inclusive nas eleições, a parlamentar trazia propostas genéricas para a área em seu material de campanha. Na verdade, quando a vereadora menciona à importância do tema na sua atuação parlamentar, está se referindo a assistência dada aos eleitores através da sua profissão de médica, ou seja, do atendimento à base eleitoral, das consultas e cirurgias (parto, laqueadura e pequenos procedimentos) que ela e o irmão realizam.

O subgrupo “social B” diz respeito a temas considerados sociais, mas não são observados como tipicamente femininos. Os projetos corresponderam a 2,9% das

aprovações. Neles se destacam os temas do turismo, previdência, segurança pública, trabalho e emprego e representam proposições ligadas aos interesses de classe trabalhadora, tais como: motoristas, catadores, garis e profissionais da área de saúde, educação e conselhos tutelares do município de Fortaleza.

As matérias que mais chamam a atenção são aquelas que tratam da regulamentação de profissões, inclusão de profissões em programas municipais, capacitação profissional e benefícios sociais para profissionais do município dos serviços essenciais de transporte, limpeza, saúde e educação. Está subentendido aí o acolhimento de reclamações de segmentos profissionais por melhores condições de trabalho e saúde.

Essas reivindicações podem estar relacionadas ao fato de que parte das vereadoras teve uma participação prévia em movimentos sociais, promovendo uma atenção a essas questões. Essas temáticas, além de indicarem as prioridades do mandato, demonstram as alianças em torno de determinados temas, que não devem ser vistos apenas como inclinações pessoais, sobretudo, pois representavam prestação de contas com os grupos que apoiavam o mandato.

Mais da metade das propostas (64,2%) cujos temas não se enquadram na categoria de “social” foram alocados em “outras áreas”. Esse subgrupo compreende nove itens com assuntos variados, cuja maioria é de competência exclusiva da CMF legislar. São eles: urbanização e infraestrutura, político-administrativo, homenagens e datas comemorativas, utilidade pública, direitos individuais e coletivos, administração pública, logradouros, trânsito e ordenamentos de serviços prestados.

É importante destacar que no item urbanização e infraestrutura que representou 5,2% das aprovações, foram agrupados os projetos que envolveram o uso e ocupação dos solos, habitação, transporte, preocupações que estavam presentes na agenda de trabalho das vereadoras pela relação com movimentos sociais organizados, ou para defesa de interesses de setores específicos, como, por exemplo, o imobiliário (ação da vereadora Magaly Marques).

Verificou-se uma grande produção feminina concentrada principalmente em três itens: homenagens e datas comemorativas (14,8%), utilidade pública (12,1%) e denominação de logradouros (11,9%). Essa significativa quantidade de projetos, que podem ser analisados como irrelevantes, representa 38,8% da produção legislativa das mulheres. Destes, 26,7% são projetos discutidos e aprovados sobre a concessão de título de cidadão, honraria ou homenagens, além da denominação de ruas, praças, avenidas e

prédios públicos, também como uma forma de homenagear cidadãos comuns e personalidades que se destacaram pelos serviços prestados ao município. Isso significa que parte daquilo que as mulheres conseguem aprovar não tem impacto real na vida das pessoas, ou seja, são matérias de cunho ornamental. No entanto, pode ser um indicativo de apoios e alianças políticas.

De acordo com a categorização corrente utilizada pela Ciência Política utilizada por Miguel e Feitosa (2009), esses temas seriam classificados como irrelevantes à pesquisa. Longe de ser uma ação sem importância e desinteressada, a homenagem é prática corriqueira em todos os parlamentos¹⁵⁶. Geralmente elas são aprovadas facilmente, porque se trata de espécie de acordo entre parlamentares para homenagear ou fazer um *agrado* às suas bases eleitorais efetivas e futuras; um gesto aparentemente desinteressado, uma espécie de dádiva que contém em si uma contrapartida que é a reciprocidade, e que se traduz em voto e apoio político. Nesse sentido, elas também são um indicativo dos grupos em que o parlamentar penetra ou onde pretende penetrar, quem ele almeja representar. Esse foi um expediente comum a quase todas as vereadoras, com concentração de projetos das parlamentares Nelba Fortaleza (7), Eliana Gomes (9) e Eliane Novais (10).

Outro mecanismo de troca no mercado político é a concessão de títulos de utilidade pública a associações comunitárias e religiosas. O título garante o reconhecimento como instituição sem fins lucrativos, podendo assim ter isenção de impostos e celebrar contratos com a administração pública. Esse item representou 12,1% (25 projetos) das proposições aprovadas por 12 vereadoras. Nelba Fortaleza foi quem mais se utilizou desse expediente, com 17 encaminhamentos para concessão do título, na maior parte às associações religiosas (espíritas e evangélicas) e comunitárias, além aprovar outros benefícios ligados a elas, como, por exemplo, isenção de taxa de iluminação pública e IPTU.

As matérias denominadas de político-administrativas estão relacionadas à organização do ambiente de trabalho e ao próprio processo legislativo – especialmente ao funcionamento das sessões legislativas e no Regimento Interno – e somaram 6,3% das proposições. Já o item administração pública compreende assuntos tidos como do âmbito masculino, usualmente denominado de *hard politics*, pois remetem aos projetos relacionados ao desenvolvimento econômico e a gestão municipal. Portanto, trata-se de

¹⁵⁶ KUSHINIR, 2000; ÁVILA, 2001 ; LOPEZ, 2004; PINTO, 2013.

um nicho mais concorrido no campo político e que requer um esforço maior do parlamentar para aprovar propostas desse tipo.

Para efeito da investigação, nesse item foram alocadas as normas orçamentárias e tributárias, e matérias que versem sobre desenvolvimento econômico. Sobre estes temas, as mulheres apresentaram 18 propostas (4,8%), que corresponde a um baixo desempenho. Nelba Fortaleza foi quem mais aprovou matérias (7), sobre temas como a cobrança de taxa de iluminação pública, alterações no código posturas e a proibição da contribuição provisória das movimentações financeiras – CPMF sobre as contas dos funcionários do município. Ainda nesse item, aprovaram leis Magaly Marques (3), Luizianne Lins (2), Eliana Gomes (1) e Eliane Novais (1).

Em relação ao conteúdo das matérias e os múltiplos interesses e compromissos assumidos pelas parlamentares, é importante analisar a produção legislativa das mulheres segundo a origem do capital político, para compreender as orientações dos mandatos.

TABELA 6 - Proposições aprovadas por capital na CMF 1989 - 2012

Tipos de proposição	Capital Político							
	Ocupação de cargos		Movimentos Sociais		Familiar		Outros campos	
Nº Absoluto e (%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Social (A)+(B)	28	21,7	41	35,7	16	48,48	51	49,5
SOCIAL (A)	26	20,2	40	34,8	14	42,4	45	43,7
Assistência a grupos específicos	3	2,4	6	5,2	2	6	6	5,9
Educação/Cultura	8	6,2	15	13	5	15,2	18	17,4
Mulher	2	1,5	4	3,5	6	18,2	6	5,9
Violência sexual e doméstica	0	-	5	4,3	1	3	3	2,9
Saúde	11	8,6	7	6,1	0	-	2	1,9
Meio ambiente	2	1,5	3	2,7	0	-	10	9,7
SOCIAL (B)	2	1,5	1	0,9	2	6	6	5,8
Turismo	0	-	0	-	0	-	1	0,9
Trabalho/emprego	1	0,77	0	-	1	3	5	4,9
Previdência	1	0,77	0	-	0	-	0	-
Segurança pública	0	-	1	0,9	1	3	0	-
OUTRAS ÁREAS	101	78,3	74	64,3	17	51,6	52	50,4
Urbanização/ Infra-estrutura*	6	4,8	7	6,1	0	-	7	6,7
Homenagens/datas comemorativas	13	10,1	27	23,4	5	15,2	11	10,6
Utilidade pública	27	20,2	9	7,8	0	-	10	9,8
Logradouros ¹⁵⁷	20	15,6	10	8,7	9	27,4	6	5,9
Político administrativo	8	6,2	7	6,1	2	6	7	6,7
Administração pública	10	7,9	4	3,4	0	-	4	3,9
Direitos individuais/coletivos	5	4	6	5,2	1	3	4	3,9
Tipos de proposição	Ocupação de cargos		Movimentos Sociais		Familiar		Outros campos	
Transito	5	4	1	0,9	0	-	0	-
Ordenamento de serviços prestados por terceiros	7	5,5	3	2,7	0	-	3	2,9
Total	129	33,95	115	30,26	33	8,6	103	27,11

¹⁵⁷ Designação de nomes ruas, avenidas, praças e prédios públicos

Elaboração própria

*Tipos de proposições divididas pelo total de propostas por capital político.

O primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito à quantidade e a natureza das proposições. As vereadoras com capital delegado da ocupação de cargos públicos ou políticos individualmente apresentaram o maior número de proposições (129), correspondente a 33,95% do total de projetos aprovados. Em relação às áreas priorizadas, esse grupo de mulheres foi quem mais concentrou proposições em “outras áreas” (78,3%). A maioria das propostas são homenagens (10,1%) e concessão de títulos de utilidade pública (20,2%)¹⁵⁸ e logradouros (15,6%). Já em relação ao subgrupo social (A e B), o índice de aprovação foi de 21,7% com concentração nos itens saúde (8,6%) e educação/cultura (6,2%).

É importante fazer algumas observações sobre esse grupo que parece ter uma visão mais pragmática da política, na medida em que suas ações foram voltadas para as questões relativas ao ordenamento dos serviços prestados à população por terceiros, à organização administrativa da Câmara e aos temas ligados à administração pública como, por exemplo, a cobrança e reajuste de impostos e taxação de serviços. Aqui também estão as parlamentares que mais utilizaram o expediente da concessão de utilidade pública às associações, o que pode ter uma conexão com as redes de lideranças comunitárias compostas pelas parlamentares para "cooptar" o voto. No entanto, somente uma análise da origem das relações entre vereadoras e lideranças comunitárias pode confirmar essa suposição.

Esse grupo de mulheres também foi quem menos legislou sobre os temas ligados à mulher e a violência doméstica. E, entre os temas ditos femininos, saúde foi único nicho no qual as parlamentares aprovaram leis, muito provavelmente porque 3 das 4 mulheres são profissionais da saúde e realizavam atendimento à população nesta área.

As mulheres com capital dos movimentos sociais foi o segundo grupo que mais aprovou propostas. Foram 115 projetos (30,26%). A proporção entre as áreas foi de 35,7% “social” (A e B) e 64,3% “outras áreas”. Em “outras áreas”, os itens mais aprovados foram: homenagens e datas comemorativas (23,4%), logradouros (8,7%), utilidade pública (7,8%). Já o item Administração pública só correspondeu a 3,4% das aprovações. Em “social” (A e B) os maiores índices de aprovação envolveu as áreas de educação/cultura (13%), saúde (6,1%) e assistência a grupos excluídos (5,2%). Depois de Eliana Gomes, quem mais aprovou proposições na área “social A” foi Luizianne Lins

¹⁵⁸-Os 2 únicos itens propostos pelas quatro parlamentares em “outras áreas”

(7) que versavam sobre a prolongação por um ano da estabilidade do conselheiro escolar após o fim do mandato; acompanhamento de aluno com frequência insuficiente ou evasivo na rede pública do município; programa interdisciplinar de participação comunitária para prevenção à violência nas escolas da rede pública de ensino; e uso de quotas de gênero nos programas e cursos com o objetivo de geração de emprego e renda.

Em relação a esse grupo, a previsão no que diz respeito à aprovação de leis relativas às políticas para as mulheres e grupos excluídos, tanto aquelas que abordam temáticas femininas como feministas, se confirmou. Nele estão inseridas as mulheres de partidos de “esquerda”¹⁵⁹ que traziam como bandeiras dos mandatos a defesa de temas como aborto legal, planejamento familiar, autonomia feminina, divisão equânime de postos de poder, respeito à diversidade sexual, etc. Embora muitos desses temas não possam ser objeto de legislação pela CMF, as parlamentares aprovaram alguns projetos que perpassam essas temáticas ou suscitaram debates por meio de audiências públicas e atividades políticas planejadas pelos gabinetes dentro e fora da Câmara.

A concentração de produção em dois nichos (homenagens e utilidade pública) é importante para pensar por onde caminham as mulheres com capital delegados dos movimentos sociais em busca de adesão aos mandatos. O item homenagens foi aquele de maior concentração de projetos deste grupo, inclusive o dobro de aprovações em relação aos outros grupos. Em geral, as homenagens servem para reconhecer alianças firmadas e conquistar potenciais aliados na busca de apoio às candidaturas/mandatos. Assim, também são as concessões de título de utilidade pública. No entanto, como neste último há o envolvimento de recursos públicos, seja na isenção de imposto ou aprovação de verbas suplementares para as associações, pode se configurar uma ação clientelista. Nesse caso, seria necessária uma análise da ligação entre as instituições e as vereadoras que concederam os títulos para verificar o que mobilizava essas relações.

A produção das mulheres cujo capital é delegado pelas famílias foi pequena, porém significativa para a investigação. Foram apenas 33 aprovações que corresponde a 8,6% do total. Esse grupo foi o que mais aprovou propostas para a área “social” (A e B), dentro de uma perspectiva da política dos cuidados com 48,48% (16). 42,4% estavam ligados ao “social A”, onde os itens com maior aprovação foram:

¹⁵⁹ Zélia Correia apresentou 4 projetos relacionados a homenagens e 3 a concessão de título de utilidade pública.

mulher (18,2%) e educação/cultura (15,2%). O grupo “outras áreas” aprovou 17 matérias (51,6%), das quais 27,4% se concentram em logradouros e 15,2% em homenagens, que do ponto de vista do retorno para a população pode ser interpretado como produção irrelevante.

Quem mais apresentou matérias¹⁶⁰ nesse grupo foi Regina Assênio (23), das quais 9 estavam ligadas a área “social A” e versavam sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Transporte gratuito para mulheres mastectomizadas; Criação do Centro de Informações e Apoio às Mulheres no âmbito de cada Secretaria Executiva Regional; Isenção de taxa de inscrição para pessoas da 3ª idade em competições esportivas; e Acompanhamento psicossocial dos educandos da rede pública municipal.

Ainda em relação às áreas priorizadas por cada grupo de capital, segundo investigações sobre a participação feminina na Câmara dos Deputados, as mulheres que ascendem à elite política por meio das relações familiares ou de vínculos de reciprocidade não desenvolvem, proporcionalmente, trabalhos voltados para a defesa das minorias, se comparado àquelas que vêm dos movimentos sociais ou de outras áreas. Na CMF, pode-se dizer que há um diferencial em relação à produção legislativa feminina: embora o número de projetos apresentados por este grupo tenha sido pequeno, envolvem os temas femininos.

A produção das mandatárias cujo capital tem origem em outros campos apresentou um índice de aprovação de 27,11%, ou 103 propostas. Em “outras áreas” foram 52 proposições (50,4%), já em “social” (A e B) foram 49,5% e somente em “social A” foram 43,7% de projetos aprovados. O que significa dizer que este grupo composto por 3 mulheres foi quem mais aprovou propostas nas áreas tipicamente femininas¹⁶¹.

Esse foi o grupo que mais propôs projetos para educação/cultura (17,4%) e meio ambiente (9,7%)”. Germana Soares tinha como bandeiras do mandato a educação e os direitos dos excepcionais. Entre os projetos aprovados para esse público estão: a Obrigatoriedade da reserva de vagas, nas creches municipais, a crianças portadoras de necessidades educativas especiais e o "Programa amigo das creches".

¹⁶⁰ Este grupo corresponde ao levantamento menos preciso de informações, já que foram encontrados poucos dados sobre o trabalho legislativo de Patrícia Saboya. Maria José de Oliveira apresentou projetos relativos a homenagens. Segundo a vereadora, sua ação era de interlocução nos bastidores, pouco participava das discussões no plenário e das comissões técnicas.

¹⁶¹ Déborah Soft aprovou 22, Fátima Leite, 15, e Germana Soares, 8 projetos.

Os dois fenômenos eleitorais do pleito de 2004 também surpreenderam na atuação legislativa, mais especificamente por meio da aprovação de leis. Déborah Soft tinha o peso da inexperiência no campo político, já que era totalmente *outsider*, e o estigma da *stripper*, por desempenhar um papel social fora dos padrões convencionais “aceitáveis” pela sociedade e pelo mundo político. Foi alvo de preconceito desde a campanha¹⁶² até o último dia do mandato, contudo, conseguiu aprovar um número significativo de projetos. Porém, excetuando-se um projeto que faz alusão à diversidade sexual, suas propostas se mantiveram na linha dos temas sociais. Pelos projetos apresentados, é perceptível que o público a quem ela se dirigiu na campanha (LGBTT e trabalhadores noturnos) não foi contemplado diretamente pelo seu mandato.

Analisando a produção legislativa de Fátima Leite, é possível dizer que a parlamentar desempenhou uma atuação conservadora, que condiz com o seu perfil na militância religiosa carismática, apresentando proposições ligadas à igreja (monumento à Frei Galvão), a categorias profissionais (garis e motoristas), mulher (Dia municipal da mulher grávida), meio ambiente (programa de coleta e destinação do óleo de cozinha), além de ter aprovado projetos (ano de 2008, como da fraternidade e defesa da vida) e protagonizado campanhas pela paz e contra o aborto durante o seu mandato.

De modo geral, os dados da pesquisa mostram que 26,7% das leis que as mulheres aprovaram não teve impacto na vida do cidadão, já que correspondem a homenagens e nomenclatura de logradouros. Outro dado importante é que, contrariando a ideia presente no senso comum de que a mulher entra no campo político para praticar a política dos cuidados, não há uma concentração da produção legislativa nas áreas sociais no período estudado. Salvo algumas exceções, o trabalho das parlamentares em relação a algumas temáticas não se distingue das atividades de seus pares do sexo masculino, já que tanto homens quanto mulheres levam ao plenário discussões sobre temas bastante diversificados, que não fazem parte somente de uma agenda feminina. Dessa forma, conclui-se que nem sempre a presença de mulheres no Parlamento significará a inclusão na agenda política de temas de interesses femininos.

As proposições que envolvem os direitos da mulher podem ser defendidas por qualquer parlamentar, no entanto para apresentar propostas em algumas temáticas, como, por exemplo, a violência sexual e doméstica, que vai contra os valores tradicionais, é necessário ter a “consciência feminista”, como disse Scott, para romper

¹⁶² “Não vote nos filhos, vote na própria” foi o *slogan* difundido como uma espécie de “voto de deboche” da população fortalezense à candidata.

com os valores incorporados pelo *habitus* vigente na sociedade e com as amarras que invisibilizaram o debate público sobre temas como este.

Nesse sentido, as normas legais sobre as casas-abrigo ou o programa de amparo às mulheres vítimas de violência, e as audiências públicas para debater o tema da violência sexual e doméstica foram propostas por mulheres, fato este que acaba por justificar a política da presença.

Há ainda que se ressaltar que muitas mulheres se envolveram com determinados temas pela trajetória anterior ao ingresso na política institucional ou porque constituíram bases eleitorais sobre essas bandeiras, falando em nome de determinados setores. Por essa razão, permanecem na defesa das temáticas. Foi assim que Eliana Gomes, por exemplo, falava em nome das mulheres da periferia, pela sua trajetória de luta por moradias populares e o trabalho à frente de ONGs que atendem mulheres vítimas de violência sexual e doméstica. Grande parte do trabalho realizado na CMF guarda uma relação com as bandeiras da habitação e dos direitos da mulher à saúde, moradia, educação, etc.

Em relação ao teor das propostas apresentada pelas mulheres e para analisar o peso relativo da capacidade de aprovação para além das políticas ligadas aos cuidados, tomo como parâmetro de avaliação o trabalho realizado por Costa (2005) acerca da produção legislativa da CMF no período compreendido entre 1948 e 2003. Segundo o levantamento, o Poder Legislativo do município de Fortaleza aprovou 8.356 projetos de leis sobre diversos temas e interesses. O autor classificou por assunto 83% deste universo, que corresponde a 6.977 leis, incluídos as mensagens dos Prefeitos. Destas leis, a maioria foi de iniciativa exclusiva dos membros do legislativo municipal (5.620). Embora essas informações representem uma produção conjunta de homens e (poucas) mulheres, dá para se ter uma noção do teor das proposições e das limitações inerente ao poder de legislar da CMF.

Os cinco temas com maior aprovação de leis são: denominação de ruas, praças e equipamentos públicos (37,8%), concessão de título de utilidade pública (22,5%), administração pública (concessão de crédito a terceiros e desapropriações 18,6%), concessão de título honorífico de cidadão de Fortaleza e homenagens (7,6%), e educação e cultura (2,6%).

Na produção legislativa feminina num universo de 380 os temas mais aprovados tiveram a seguinte aprovação: homenagens (14,8%), educação e cultura (12,1%), utilidade pública (12,1%), logradouros (11,9%), matérias político-

administrativas (6,3%) e administração pública (4,8%). Se compararmos os dados, é possível notar que os assuntos mais aprovados continuam sendo os mesmos, embora haja uma abrangência maior de temas¹⁶³ para se legislar hoje, dada a diversificação da ação dos parlamentos municipais e o desenvolvimento local, que demandam novas regras para garantir o bem-estar da população. Isso significa dizer que parte da produção das leis propostas pelos vereadores, de maneira geral, não são importantes para a administração pública.

As mulheres ainda têm aprovado poucos projetos nas áreas mais competitivas, em setores considerados estratégicos, como aqueles relativos à administração pública, desenvolvimento econômico, transporte, viação e segurança pública. As proposições sobre esses temas mobilizam uma série de interesses, são mais concorridas e por isso, de saída, necessitam de uma representação que tenha uma força política maior para aprová-las. Consequentemente também propiciam um maior acúmulo de capital, além de dar mais visibilidade ao parlamentar que as defende.

Levando em consideração o conteúdo e a quantidade de proposições apresentadas, comparando com a produção legislativa masculina na Câmara Municipal na última legislatura (2009/2012), guardadas as proporções, pode-se afirmar que o capital político das mulheres pode ser considerado baixo, porque a maior parte das matérias aprovadas é de pouco prestígio no campo político. No entanto, para confirmar se o capital das mulheres estudadas é influente, a análise da produção legislativa não é suficiente, na medida em que algumas mulheres apresentaram poucas propostas por uma decisão política de direcionar o mandato para mobilizar questões que não passavam pela produção leis, fato que expõe a fragilidade da análise do capital apenas pelo trabalho desenvolvido na CMF. Para citar um exemplo, a vereadora Magaly Marques atualmente está no sexto mandato na CMF. Suas 37 proposições aprovadas até 2012 não condizem com o status que a parlamentar adquiriu nas últimas legislaturas.

Em linhas gerais, essas foram as causas que mobilizaram os mandatos das parlamentares no que diz respeito à produção de leis. Uma das explicações para as escolhas dos temas pode estar associada às formas variadas de existência social destas mulheres que, como foi possível ver, obedece a padrões distintos de socialização, produzindo *habitus* diferenciados tanto entre homens e mulheres como entre as próprias vereadoras, podendo condicionar suas ações no campo profissional e político.

¹⁶³ Para verificar as leis aprovadas de 1948 a 2003, ver tabela 10.

4.3.2 Comissões Técnicas

Além da produção legislativa, também foi observada a participação das vereadoras nas comissões técnicas da CMF. Quanto ao objeto de análise, as comissões¹⁶⁴ podem ser de natureza permanente, temporária ou especial (CPI). No entanto, nesta investigação foi analisada a atuação feminina nas comissões permanentes, devido a multiplicidade de comissões e a dificuldade de encontrar informações sobre elas.

A importância das Comissões está em seu papel de organizar o funcionamento dos trabalhos legislativos. De acordo com o Regimento Interno da CMF, elas são órgãos caráter técnico, com funções especializadas de estudo ou de investigação sobre assuntos específicos. Suas atribuições¹⁶⁵ compreendem a colaboração na elaboração de leis, emissão de parecer sobre as proposições dos vereadores, acompanhamento dos programas governamentais e da política orçamentária do município. Os pareceres especializados emitidos por elas são discutidos e votados pelo Plenário.

Os parlamentares podem participar de até três comissões por legislatura. Os escolhidos para compô-las podem permanecer no cargo por um período de 2 anos, permitida a recondução para o mesmo cargo independentemente de legislatura, no caso das Comissões Permanentes.

A Câmara Municipal de Fortaleza possui hoje 12 comissões permanentes, de campos temáticos diferenciados. A maioria é composta de 7 membros, sendo dois escolhidos para assumir a presidência e vice-presidência. De 1989 até o final do período analisado, as comissões sofreram alterações. No ano 2000 algumas comissões foram

¹⁶⁴ Além da comissão permanente, a CMF pode criar dois tipos de comissões: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga a responsabilidade de atos que possam causar danos ao interesse da comunidade ou ao patrimônio municipal, com os mesmos poderes das autoridades judiciais. Esse tipo de comissão é composta de 7 membros, observado a proporcionalidade partidária, sendo o seu relator o parlamentar autor do Requerimento. Ela é instalada mediante requerimento de um terço de seus membros. Somente três Comissões dessa natureza podem existir concomitantemente na CMF. Já a Comissão Temporária é criada somente para apreciar assunto específico, que se extingue, quando atingida a sua finalidade ou expirado o seu prazo de duração. De acordo com o conteúdo do processo, as Comissões Temporárias podem ser de 4 tipos: CEI (Comissão Especial de Inquérito); CR (Comissão de Representação); CE (Comissão Especial); CP (Comissão Processante).

¹⁶⁵ Ainda é de competência das comissões permanentes promover ou propor à Mesa a realização de conferências, seminários, palestras e exposições sobre os temas de sua abrangência e audiências públicas; encaminhar, através da Mesa Diretora, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida, receber reclamações e sugestões do cidadão, solicitar colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento.

agrupadas para ampliar suas competências, como, por exemplo, a Defesa dos Direitos da Mulher e da Juventude, criada pela vereadora Luizianne Lins, foi fundida com a comissão de Direitos Humanos e é denominada hoje Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso. Também na última legislatura houve nova reformulação dos papéis das comissões. Dessa forma, utilizo a nomenclatura atual, porém observo, a partir das entrevistas, das atas das sessões plenárias e de matérias de jornais, o percurso das vereadoras em suas comissões originais.

A participação nas comissões é regulada pelos dirigentes dos partidos, já que não há uma definição regimental de como distribuir essas funções. Cada parlamentar se agrega à comissão pelo interesse e afinidade com o tema, no caso das mulheres, isso pode representar uma relação com as concepções de gênero. No entanto, o que vai determinar de fato as posições nas comissões são as mediações entre os partidos. A agremiação que tiver a maioria dos parlamentares ou aqueles com maior reconhecimento político, na prática, vão dominar determinadas comissões. Assim, é interessante observar a participação das parlamentares nas comissões permanentes para a identificar as estratégias políticas que se estabelecem no momento da sua distribuição pelo mais diversos temas.

A seguir, buscou-se demonstrar a distribuição das mulheres somente nas comissões permanentes em que houve a participação feminina entre 1989 e 2012.

TABELA 7 - Comissões legislativas por parlamentar

Comissões Permanentes	Capitais Políticos				
	Movimentos	Ocupação de cargos	Familiar	Outros campos	Total
	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.
.Legislação, Justiça e Cidadania	2	6	0	0	8
Legislação e Meio Ambiente	2	1	1	0	4
.Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, Comissão de Saúde	8	0	2	2	12
Urbanismo e Transporte	0	4	0	0	4
Desenvolvimento Econômico, Turismo,	0	2	0	0	2
Defesa dos Direitos do Consumidor	0	0	2	0	2
Educação, Cultura, Desporto e Lazer	0	0	0	1	1
Orçamento, Fiscalização e Administração	4	0	1	0	5
Seguridade Social e Família*	2	1	2	0	5
Seguridade Social e Família*	0	0	0	1	1
Total	18	14	8	4	45

Elaboração própria

*Comissão extinta em 2011, substituída pela Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Política de Assistência Social

A atuação nas comissões legislativas contabilizou 45 participações, onde cada mulher¹⁶⁶ foi membro de pelo menos uma comissão. Houve uma concentração de participações nas vereadoras Magaly Marques (8), Eliana Gomes (7), Leda Moreira (6) e Luiziane Lins (6). Conforme pode ser visualizado acima, há uma predominância da participação de mulheres com capital delegado dos movimentos sociais nas comissões legislativas, seguidas pelas mandatárias de capital de ocupação de cargos públicos e pelas representantes do capital familiar.

Das 11 comissões permanentes existentes até 2012 nenhuma mulher foi membro da comissão de *Segurança Pública* (criada em 2000). Além disso, em relação às áreas de interesse feminino e os campos temáticos, cinco comissões estão diretamente identificadas como nichos ditos do âmbito de atuação feminina.

Como aponta a literatura sobre gênero, os estereótipos construídos socialmente a respeito de interesses e aptidões masculinas e femininas, que atribuem à mulher maior desempenho em áreas como educação, saúde, meio ambiente, seguridade social e direitos humanos. Dentro dessas temáticas foi possível notar que as mulheres, independentemente do capital acumulado, se deslocaram mais para duas comissões: *Educação, Cultura, Desporto e Lazer* (5) e *Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso* (12). Esta última agregou 8 integrantes do sexo feminino¹⁶⁷ (Zélia Correia, Patrícia Saboya, Rosa da Fonseca, Luizianne Lins, Déborah Soft, Fátima Leite, Eliana Gomes e Leda Moreira).

Observou-se ainda a presença significativa das mulheres nas duas comissões mais concorridas da CMF, *Legislação, Justiça e Cidadania* e *Orçamento e Administração Pública*¹⁶⁸ com oito e cinco participações de membros do sexo feminino, respectivamente, no período analisado.

Em relação às parlamentares que compuseram a *Comissão de Legislação, Justiça e Cidadania*, foram elas: Magaly Marques (3 vezes) e Gorete Pereira (2 vezes), Nelba Fortaleza, Eliana Gomes e Eliane Novais (1 vez), sendo que Magaly Marques e Gorete Pereira foram presidentes por quatro anos (dois interstícios) e Eliane Novais por dois anos. Esta é a comissão mais importante da CMF, já que a grande maioria dos projetos é submetida a ela para o julgamento de constitucionalidade¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Ver detalhamento das participações na tabela 12, em anexo.

¹⁶⁷-Rosa da Fonseca e Luizianne Lins que foram membros por dois interstícios e e Eliana Gomes por três

¹⁶⁸ Magaly Marques, Patrícia Saboya e Eliana Gomes

¹⁶⁹-Na última legislatura, segundo a vereadora Magaly Marques, foram avaliadas mais de mil e setecentas proposições, entre matérias novas e com despacho em atraso.

O prestígio necessário para presidir esta comissão demanda o acúmulo de um conhecimento sobre o tema, conjugado com um capital que já chega ao legislativo muito forte, como parece ter sido os casos de Eliane Novais e Gorete Pereira, ou conquistado com o tempo e o ganho de experiência, no caso de Magaly Marques¹⁷⁰.

Para as vereadoras cujo capital político foi delegado dos movimentos sociais, é possível notar que houve mais interesse pelas comissões de *Direitos Humanos* (8) e *Educação* (4); aquelas com capital delegado da ocupação de cargos públicos transitaram mais pelas comissões de *Legislação, Justiça e Cidadania* (6) e *Saúde* (4). Já as mulheres com capital familiar tiveram mais interesse (3) na comissão de *Orçamento Fiscalização e Administração Pública*.

Um ponto que merece ser considerado avaliar na escolha das comissões técnicas é quanto à área de atuação das vereadoras no desempenho de suas funções anteriores ao ingresso na política. Metade das mulheres desempenhava atividades ligadas a áreas socialmente constituídas como do âmbito de atuação feminino, ocupando postos nas secretarias e diretorias de assistência social, de educação, de programas habitacionais e de saúde. Portanto, em relação à escolha das comissões, a presença feminina nesses espaços pode ser analisada sob vários ângulos: as mulheres podem ter dado continuidade ao trabalho que desenvolviam fora da CMF, influenciadas pelos conhecimentos técnicos trazidos de outros campos, que lhes davam uma segurança maior para atuar em determinadas áreas; a opção pelas comissões pode estar relacionada às causas pelas quais militaram ao longo de suas trajetórias sociais ou ainda por ser um espaço de menor concorrência na CMF, onde essa última opção corrobora com a ideia da divisão hierárquica e excludente do trabalho político.

Em geral, não há concorrência entre as parlamentares para a participação nas comissões das temáticas femininas, visto que as mulheres sempre foram poucas, até no máximo seis vereadoras (contando com as suplentes). A competição acontece entre mulheres e homens por algumas comissões. Nesse caso, não é a experiência ou a especialização na área que vai determinar quem preenche a vaga de presidente, mas o capital político e o peso do partido.

Alguns estudiosos¹⁷¹ apontam que os temas ligados às questões femininas tem um valor simbólico menor para a carreira do parlamentar pela visibilidade e o

¹⁷⁰ Gorete Pereira e Eliane Novais presidiram comissões na primeira legislatura e Magaly Marques chega à presidência no quinto mandato.

¹⁷¹ AVELAR, 2001; MIGUEL, 2001; MIGUEL & FEITOSA, 2009.

acesso que eles proporcionam. No entanto, a menor valorização desses temas não significa que sejam, de fato, menos relevantes.

Na prática do trabalho no Parlamento, a questão simbólica pesa de maneira mais forte. Por isso arrisco dizer que existe uma segregação feminina aos espaços de menor prestígio na CMF e, conseqüentemente, baixo acúmulo de capital político. Isso pode ser confirmado pela análise da pequena presença em funções de maior relevância na CMF, como a presidência das comissões¹⁷² e a participação na Mesa Diretora, para as quais é necessário o reconhecimento dos pares para ocupá-las.

TABELA 8 - Presidência de Comissões Técnicas – 1989 a 2012

Presidência das Comissões Técnicas	Vereadoras							
	Goret e Pereira	Magaly Marques	Patrícia Saboya	Luiziane Lins	Terezinha de Jesus	Eliana Gomes	Eliana Novais	Total
	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.
Legislação, Justiça e Cidadania	2	2	-	-	-	-	1	5
Legislação e Meio Ambiente	-	1	-	-	-	-	-	1
Legislação, Orçamento e Fiscalização	-	-	2	-	-	-	-	2
Defesa dos Direitos ¹⁷³		1		1		1		3
Saúde					1			1
Educação, Cultura, Desporto e Lazer	-	-	-	2	-	-	-	2
Total	2	4	1	3	1	1	1	14

Elaboração própria

De acordo com Avelar (2001), tanto nos canais corporativos quanto nos canais numéricos de poder, a ocupação de cargos de chefia por mulheres acontece em situações nas quais a capacidade de decisão é pequena. Contudo, a autora aponta que mesmo que esses postos sejam preenchidos por homens, eles permanecerão desvalorizados, o que implica numa diminuição de importância das atividades ligadas às questões sociais na política de modo geral.

A maior parte das mulheres conquistou a presidência de comissões que não eram concorridas ou que remetiam aos papéis de gênero. Logo, os dados confirmam que nem sempre à mulher é vista como capaz de assumir posições de mando, estas muitas

¹⁷² Das 16 parlamentares, apenas 7 mulheres presidiram as comissões técnicas até 2012, sendo 4 comissões ligadas à política dos cuidados e 3 ligadas a *hard politics*

¹⁷³ Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso

vezes ficam restritas aos trabalhos remetem ao seu papel tradicional no espaço privado ou às funções menos valorizadas.

É preciso ainda relativizar a passagem das parlamentares pelas comissões e também analisar o papel real que estas assumem na Câmara. Além de serem instrumentos organizadores do trabalho legislativo, são espaços onde se faz necessário o domínio de uma técnica específica e de informações sobre os temas para a apreciação das matérias. No entanto, o trabalho desenvolvido de fato recai sobre o presidente que emite os pareceres sobre os projetos. Excetuando-se os casos de interesse de algum grupo específico ou os projetos que envolvem uma perspectiva multidisciplinar, não há debates e reuniões entre os membros para a avaliação do problema, tornando a presidência um canal de domínio das matérias aprovadas, podendo ou não servir como moeda de troca entre os próprios parlamentares ou mesmo beneficiando rede de apoios que envolvem os mandatos. Trata-se de um espaço de conquista e afirmação de poder, como se observa no depoimento da vereadora Magaly Marques.

Sempre tive vontade de passar por essa comissão, mas na qualidade de presidente porque é uma função muito importante, não pela vaidade de dizer que eu sou a presidente da comissão, mas é porque é uma comissão que tem a sua importância, é o carro chefe da casa e se essa comissão não funcionar, a casa não funciona entendeu? E sem querer acusar A, B ou C tinha umas solicitações muito grande de projetos que estavam aprisionados ai desde 2002, 2003. Eu consegui junto com a minha assessoria. E também esse pessoal não faz nada, como membro da comissão, sempre é do presidente o maior trabalho. A responsabilidade é minha [...] no término em dezembro a gente não vai deixar nada sem ser represado entendeu, todos os pareceres com o secretario para entregar para o próximo gestor... Uma comissão sadia. (Magaly Marques).

Na presidência das comissões é possível deter pessoalmente o poder de colocar em pauta determinadas questões, ou seja, é o lugar onde se pode interferir na agenda do legislativo. Se as mulheres não ocupam esse espaço, sua capacidade de aprovar projetos vai ficar condicionada aos acordos de bastidores e a capacidade de mobilizar os beneficiários dos projetos para pressionar os pares.

As possibilidades reais de intervir em determinados temas passam em grande medida pelas comissões. A votação em plenário é muitas vezes o momento de formalizar os projetos, pela aprovação dos vereadores. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que as mulheres estão em desvantagem, já que nos 23 anos de abrangência da pesquisa, elas ocuparam 14 vezes a presidência de comissões. Além disso, somente 7

mulheres foram presidentes das comissões permanentes da CMF, o que torna esse espaço de poder predominantemente masculino.

5 CONCLUSÃO

Esta investigação procurou evidenciar como se efetiva a participação feminina na Câmara Municipal de Fortaleza. Para responder esta questão, procurei traçar os perfis das vereadoras eleitas no período compreendido entre 1989 e 2012, identificar como as mulheres estudadas construíram suas trajetórias políticas e observar qual a origem e as estratégias de acumulação de capital e de conquista das bases eleitorais, bem como analisar a natureza do trabalho político desenvolvido para a manutenção dessas bases.

A partir das discussões apresentadas ao longo dos capítulos, foi possível identificar alguns fatores que contribuíram para o delineamento da atuação feminina na CMF, tais como: o tipo de capital político acumulado pelas vereadoras, os posicionamentos políticos e temas defendidos pelos mandatos a partir de preferências socialmente construídas e da interferência das bases eleitorais.

Até o final da década de 1980, era possível observar um padrão de representação feminino amparado principalmente na herança familiar. Em meio às transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o Brasil passou no processo de redemocratização, marcado por movimentos reivindicatórios e sucessivas reformas do Estado, surgiram novos atores no cenário político, ligados aos movimentos sociais e sindicais e aos partidos políticos de esquerda. Foi por meio dessas experiências que algumas mulheres acumulam um capital simbólico para ingressar na Câmara Municipal.

Dessa forma, a entrada das mulheres na política institucional passa a se pautar não somente pelas relações familiares, mas também a partir do prestígio adquirido pela participação nos movimentos sociais, pela notoriedade conquistada pelo trabalho realizado à frente de cargos políticos ou públicos e também por meio da popularidade adquirida em outros campos sociais.

A observação desses acessos distintos ao campo político possibilitou a percepção de diferenças significativas entre essas mulheres quanto à construção das trajetórias, o modo de atuação no parlamento, as posições de poder ocupadas, a relação estabelecida com bases eleitorais e os temas que foram priorizados pelos mandatos.

A política da presença, que se sustenta sobre o argumento de que a maior participação das mulheres traria ao campo político a defesa de temas ligados aos interesses femininos, justificativas presentes inclusive nos discursos das parlamentares, não se sustenta no universo estudado. Analisando o teor dos projetos de lei apresentados

pelas vereadoras, a ideia da sensibilidade feminina para as questões sociais não se reflete de maneira expressiva no trabalho realizado na Câmara, já que as mulheres aprovaram um terço de seus projetos para a área social.

De fato, novos temas foram inseridos na agenda política pelas parlamentares. No entanto, alguns destes, sobretudo ligados às questões feministas, são priorizados por três parlamentares oriundas dos movimentos sociais e que se apresentam como representantes de grupos excluídos (Rosa da Fonseca, Luizianne Lins e Eliana Gomes).

As produções legislativas das mandatárias cujo capital tem origem na delegação familiar e na conversão de capital de outros campos tiveram um índice de aprovação expressivo relacionados aos temas sociais, porém com uma ação conservadora e concentrada em alguns nichos ligados às bases eleitorais. Já as parlamentares cujo capital tem origem em cargos públicos legislaram menos sobre as “áreas sociais”, principalmente em relação aos temas ligados à mulher e a violência doméstica. Esse grupo também tem uma atuação mais conservadora no campo político, porém suas proposições foram mais voltadas para as questões relativas à economia e à administração pública, bem como as comissões por onde essas mulheres transitaram.

Analisando o conteúdo dos projetos aprovados na CMF, fica evidente que a ação das parlamentares, pelo menos no que diz respeito à produção de leis, não encontra predominância em relação aos temas de interesse feminino. Nesse caso, a justificativa da opção pela política da presença contraposta à sua coexistência com a política de ideias é colocada em xeque, já que, como foi visto no decorrer desse trabalho, a opção por legislar sobre alguns nichos está muito mais ligada à satisfação de necessidades da base eleitoral das vereadoras do que ao fato de ser mulher.

Por outro lado, a justificativa da entrada de mulheres na política para a defesa de determinadas bandeiras é uma armadilha que se coloca ao processo de desnaturalização das diferenças de gênero e de combate à dominação masculina no campo político, já que reforça os papéis e os lugares destinados aos diferentes sexos neste campo. Dessa forma, as mulheres continuariam responsáveis pelos postos de poder hierarquicamente inferiores e cuidando dos temas de “menor” valor, relacionados à área social e a defesa dos excluídos, enquanto aos homens competiria continuar dominando os altos cargos e lidar com os temas da administração e da economia, que trazem mais prestígio e acúmulo de capital.

A relação das mulheres com os maiores postos de poder na CMF é quase inexistente, salvo alguns momentos pontuais. Poucas parlamentares fizeram parte da Mesa Diretora e nenhuma ocupou o cargo de presidente. Como observado ao longo do trabalho, aquelas mulheres que obtiveram notoriedade pelo desempenho profissional e apresentaram vivência prévia pela socialização nos partidos políticos chegaram à vice-presidência da Mesa Diretora e presidência das principais comissões técnicas da Câmara, o que corrobora com a tese da especialização política.

De maneira geral, a atuação feminina nas comissões acontece por meio da participação naquelas ligadas às áreas dos cuidados e menos concorridas e, na condição de membro, que, como foi observado na pesquisa, tem pequena possibilidade de interferir na aprovação de projetos, já que é pela presidência das comissões que se faz possível colocar em pauta determinadas questões. Diante da observação das áreas priorizadas pelos mandatos e levando em consideração que as mulheres pouco presidiram comissões, é possível dizer que a capacidade das mulheres de interferir na agenda da Câmara ainda é pequena.

A pesquisa constatou que, de fato, as parlamentares apresentaram uma tendência em atuar nas áreas tradicionalmente percebidas como de interesse feminino, seja pela identificação com o social, pela necessidade de dar retorno às bases eleitorais ou por ser o lugar de menor concorrência. Entretanto, foi possível notar uma mudança de perspectiva das parlamentares no sentido de direcionar sua ação não somente para a área social, mas para estar em todos os locais de poder e propor projetos ligados às áreas de maior prestígio, que tradicionalmente estão associadas ao domínio masculino. Porém, essa é uma tendência que só é perceptível nas falas das mulheres que passaram por um processo de socialização política prévia.

REFERÊNCIAS

- ABUL-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. *In*: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org.). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.
- ALMOND, G; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**, Boston: Little, Brown and Co, 1963.
- ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, IUPERJ, 2001.
- ATM TEC Transparência Municipal. **Perfil dos Vereadores do Brasil (2013-2016)**. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/304DF70D-A49A-BE9C-A262FBF3E0BB11102012060102.pdf&i=2074>. Acesso em 12 dez. 2012.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP/Konrad Adenauer Stiftung, 2001.
- _____. **A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para pesquisa**. XI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de São Pedro/SP, 1987.
- _____. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. **Revista Política & Sociedade**. n. 11, outubro de 2007, pp.101-116.
- BARREIRA, I. & PALMEIRA, M. (org.). **Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo, Annablume, 1998.
- BARREIRA, Irllys. A Representação como Espelho: universo cultural e político das candidaturas populares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 149-161, 1994.
- _____. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- _____. **Lideranças Femininas no Congresso Nacional: performances, valores e habitus**. XXX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2006.
- _____. **Imagens Ritualizadas - Apresentação de mulheres em cenários políticos e eleitorais**. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/NuAP (Coleção Antropologia da Política), 1999.

BLAY, Eva. **As Prefeitas - a participação política da mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A Miséria do mundo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário oficial da União: 05.10.1998. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 22 jun. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Disponível em: <<https://www.cmfor.ce.gov.br/>>. Acesso em 05 mar. 2012.

CARVALHO, Rejane. Roseana: como se faz e desfaz um "fenômeno eleitoral". In: **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, p.2, 2002.

CHAVES, Christiane de Alencar. Eleições em Burity: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio (coord.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.

COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* **73**, Éditions de Minuit, Paris, 1988.

CORNELOS, Roberta Carnelos. **Gênero, performance eleitoral e perfis: uma análise da assembleia legislativa do Paraná (1998 à 2006)**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2009.

COSTA, Raimundo Moacir. **A Câmara Municipal de Fortaleza na segunda metade do século XX**. (Monografia em Metodologia do Ensino de História) - Faculdade Farias Brito – FFB, 2008.

COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnb, v. 2. p. 880.

D'ÁVILA FILHO, Paulo M. **Produção legislativa e intermediação de interesses: uma análise das Indicações na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 2011.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FERNANDES, Luis. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, vol 38, n. 1, 1995.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? **Novos estudos Cebrap**, n.47, mar. 1997.

_____. Poderes legislativos e o poder do congresso. **Monitor Público**. Rio de Janeiro, n. 5. mar/maio, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1988.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **A participação política feminina sob a ótica dos dirigentes partidários**. In: I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.demode.unb.br/index.php/anais-2012>>. Acesso em 20.12.2012.

GONDIM, Linda. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: o caso dos governos das mudanças**. Ijuí: Unijuí, 1998.

GRILL, I. G. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: **Revista Sociologia Política**, vol.16 n.30 Curitiba Junho, 2008.

GROSSI, M & Miguel, S. Transformando a Diferença: as mulheres na política, **Estudos Feministas** 1/2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA AMÉRICO BARREIRA. **Vereadores de Fortaleza: traços biográficos (1967-1988)**, vol. II. Fortaleza: IPA, 2008.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Em troca do mandato: a relação entre vereadores e seus eleitores. **Comunicações do PPGAS**, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

LAGROYE, J. *Êtredumétier*. **Politix**, Année 1994, v. 7, n.28. p. 5 – 15.

LOPES, Valmir. **As lógicas da representação política: o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LOPEZ JR., Felix Garcia. **As relações entre Executivo e Legislativo no município de Araruama**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia. Rio de Janeiro, 2001.

MARESCA Sylvain. La representation de la Paysannerie, remarques ethnographiques sur le travail de représentation des dirigeants agricoles. **Actes de la Recherche**, Paris, n.38, Editions de Minuit, 1981.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MESSEMBERG. Débora. **A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. A elite parlamentar brasileira: 1989-2004. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 30, Caxambu, 2006.

MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. *In: MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p.115-134, 2003.

_____. Influência e resistência: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)*, Brasília, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. Gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, vol 52, n. 1, 2009.

PALMEIRA M. & HEREDIA, B. Os comícios e as políticas de facções. *In: Anuário Antropológico - 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, p. 26-30, 1992.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PARENTE, Josênio. **A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: Ed. UFC- Sobral: Ed. UVA, 2000.

PEREIRA & RENNÓ, O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados.-**Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 44, nº 2, 2001.

PHILIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos feministas**, v.9, n. 1, 268-290, 2001.

PINTO, Celi Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? Candidatos à câmara Municipal em Porto Alegre. In: BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). **Candidatos e candidaturas: enredos da campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Anna Blume, 1998.

_____. A mulher da campanha gaúcha na República Velha. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, São Paulo, 1987.

PINTO, Danilo C. S. **Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Carlos, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia; SCHIMODT, Simone. **Práticas e políticas feministas**. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Fabiano (org.). **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SENADO FEDERAL. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>> Acesso em 05/03/2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTTO, Gabriela. O Visível e o Invisível - considerações sobre uma candidatura. **Comunicações do PPGAS**, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1993.

STONE, Laurence. Prosopography. In: **Daedalus: Journal of American Academy of Arts and Sciences**, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Disponível em: <<https://www.tre-ce.jus.br/>>. Acesso em 16 out. 2012.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel. Weber: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003, pp. 106-109.

_____. **Ciência e política:** duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2006.

APÊNDICE A

TABELA 9 - Vereadoras eleitas na Câmara Municipal de Fortaleza de 1988 a 2012

VEREADORA	PARTIDO	MANDATO/ VOTO	IDADE	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	CARGOS OU FUNÇÃO PÚBLICOS	ATUAÇÃO EM AGREMIações	LAÇOS DE PARENTESCO
Maria Gorete Pereira	PFL PFL	1989 / 3.371 1992 / 4.174	34	Fisioterapeuta/ Professora universitária (UNIFOR)	Fisioterapeuta da Secretaria de Saúde de Fortaleza e do estado/ Diretora ABCR ¹⁷⁴	Presidente do Sindicato de fisioterapia	Sem evidência
Maria Zélia Correia de Sousa	PDS PDS	1989 1992	44	Pedagoga/ Professora	Professora da PMF/Direção de escola	Líder comunitária do Itaperi	Sem evidência
Rosa da Fonseca	PSB	1992	43	Cientista social Mestre em educação; Professora	Professora da PMF	DCE/UFC, SINTECE e SINDIUTE, União das Mulheres Cearenses, Membro da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará	Sem evidência
Magaly Marques Dantas	PDS PMDB PTB PMDB PMDB PMDB	1992/ 4.472 1996/ 6.443 2000/ 8.647 2004/ 10.471 2008/ 9.813 2012/ 10.407	37	Médica anesthesiologista/ Perita e médica	Perita do INSS e médica do município de Fortaleza	-	Irmão foi vereador e é deputado estadual
Maria José Albuquerque e Oliveira	ARENA ARENA PDS PDS PPR	1972/ 6.732 1976/ 9.835 1982/ 5.884 1988/ 3.336 1992/ 3.805 1996/ 4.662	42	Ensino médio/ Chefe de sessão do dep. Administração CMF	Servidora da Câmara Municipal e da Secretaria da fazenda do Estado		Marido e filho foram deputados estaduais e vereadores de Fortaleza. O filho está no quarto mandato na CMF.
Luizianne	PT	1996/	23	Comunicação	Servidora da	Presidente do	Ex-marido

¹⁷⁴ Associação Beneficente Cearense de Reabilitação.

Lins	PT	5.336 2000/ 9.725		Social / Professora universitária (UFC)	EMLURB, Professora universitária	DCE da UFC, membro da Diretoria da UNE. No PT foi secretária Estadual de Juventude Secretaria Estadual de Mulheres.	foi vereador de Fortaleza
Patrícia Sabóya	PSDB	1996 /21.839	34	Pedagoga	Primeira- dama de Fortaleza e do Ceará, Secretária de ação social da Prefeitura de Fortaleza e coordenou projetos sociais no Governo do Estado	Membro do Centro acadêmico de fisioterapia da UNIFOR	Ex-marido foi prefeito de Fortaleza e governador do Estado O avô foi prefeito de Fortaleza, deputado estadual e federal
Germana Soares	PMN PV PHS	2000/ 5.287 2008/ 4.341 2012/ 6.305	26	Curso superior incompleto – administraçã o de empresas Diretora ONG		Associação beneficente comunitária	Pai foi vereador de Fortaleza
Nelba Aparecida Arrais Maia Fortaleza	PMDB PMDB	2000/ 10.308 2004/ 15.562	36	Engenheira civil	Chefe do Distrito de Habitação, da Secretaria Executiva Regional (SER V) e da Coordenação de Profissionaliz ação e Geração de Emprego e Renda (CPGER), da Prefeitura de Fortaleza		Sem evidência
Regina Assêncio	PMDB	2004/ 10.814	42	Assistente social e geógrafa	Chefe do Distrito de Assistência Social da Regional II Diretora Administrativ a do Colégio Menino Jesus de Praga, no Bairro João XXIII.	Presidente da ONG Conselho dos Moradores do Bairro João XXIII	Marido foi vereador de Fortaleza por 7 mandatos ininterrupto s

Terezinha de Jesus	PMDB	2004/12.026	59	Médica pediatra	Chefe do posto de saúde do Bairro Floresta, chefe do distrito de saúde e Secretária Executiva da Regional I da Prefeitura de Fortaleza		Sem evidência
Fátima Leite	PHS/PTdoB	2004/5.220	49	Ensino médio/ Radialista			Sem evidência
Déborah Soft (Edivânia Matias)	PTN	2004/11.190 2012/ 365	21	Superior incompleto – administração de empresas			Sem evidência
Leda Moreira	PSC PSC	2008/10.029 2012/8.279	43	Advogada	Foi deputada estadual 2006/2010 e Assessora parlamentar do irmão, Augustinho Neto, ex-vereador e deputado estadual.		Pai e irmão foram vereadores e deputados estaduais
Eliana Gomes	PCdoB	2008/6.181 2012/4.834	47	Ensino médio/ Educadora social	Presidente da HABITAFOR	Presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e da Associação de Moradores do Bairro Elery	Sem evidência
Eliana Novais	PSB	2008/10.308	50	Economista, Especialista em engenharia de transporte	Economista na secretaria de Infraestrutura do estado, Assessora parlamentar do irmão e vice-presidente estadual do PSB	Presidente do MOVA-SE	Irmão foi vereador e deputado estadual. Atualmente é deputado federal.

Elaboração própria

TABELA 10 - Leis aprovadas pela CMF no período de 1948 a 2003

Leis	Valor Absoluto	%
Concessão de crédito a terceiros	852	15,2
Considera de utilidade pública a entidade que indica	1266	22,5
Denominação de ruas, avenidas, travessas, galerias, vilas, aeroporto, praias, quadra, prédios, viadutos, anfiteatro, unidade hospitalar, centros comunitários, terminal rodoviário	2122	37,8
Concessão de título honorífico de cidadão de Fortaleza e homenagens	425	7,6
Transporte Público	59	1
Isenção de impostos	117	2
Criação de Conselhos ou de reconhecimento como de Utilidade Pública	76	1,4
Educação e Cultura (Esporte e lazer)	146	2,6
Saúde Pública	50	0,9
Fornecimento de Água	7	0,12
Meio Ambiente	16	0,2
Segurança Pública	1	0,01
Habitação	17	0,3
Urbanização	41	0,07
Limpeza urbana	2	0,03
Desapropriações	190	3,4
Política para o servidor público municipal	183	3,3
Telefonia	7	0,12
Organização administrativa	8	0,14
Assistência Pública	30	0,6
Emprego e renda	5	0,08
Total	5620	100

Elaboração própria

TABELA 11- Comissões legislativas por parlamentar – 1989 a 2012

Comissões Permanentes	Parlamentares
Legislação, Justiça e Cidadania	Magaly Marques, Gorete Pereira, Nelba Fortaleza, Eliana Gomes, Eliane Novais
Legislação e Meio Ambiente	Magaly Marques, Eliana Gomes, Eliane Novais e Leda Moreira
Defesa dos Direitos Humanos, da Mulher, da Juventude, da Criança e do Idoso	Zélia Correia, Patrícia Saboya, Luizianne Lins, Germana Soares, Déboarh Soft, Fátima Leite, Eliana Gomes e Leda Moreira
.Comissão de Saúde	Magaly Marques e Terezinha de Jesus
.Urbanismo e Transporte	Magaly Marques e Nelba Fortaleza
Desenvolvimento Econômico, Turismo, Emprego e Renda	Regina Assêncio, Leda Moreira
Defesa dos Direitos do Consumidor	Germana Soares
Educação, Cultura, Desporto e Lazer	Maria José de Oliveira, Zélia Correia, Luizianne Lins,
Orçamento, Fiscalização e Administração Pública	Magaly Marques, Patrícia Saboya e Eliana Gomes
Seguridade Social e Família	Fátima Leite

Elaboração própria

TABELA 12 - Proposições por Parlamentar – 1989 a 2012

AREA	Gorete Pereira	Maria José	Zélia Correia	Magaly Marques	Rosada Fonseca	Luizianne Lins	Patrícia Sabóya	Germana Soares	Nelba Fortaleza	Débora Soft	Terezinha de Jesus	Fátima Leite	Regina Assencio	Elina Gomes	Leda Moreira	Elaine Noveis
SOCIAL A																
Assistência social e grupos específicos	1								1	6	1		2	5		1
Educação e Cultura				2		3	4		5	9	1	9	1	10		2
Mulher						1	1	3	1		1	3	5	3		
Violência sexual e doméstica					1	1		1		1		1	1	3		
Saúde				2		1			1	2	8			2		4
Meio ambiente	1					1		4	1	4		2				2
SOCIAL B																
Turismo										1						
Trabalho e emprego								1		2	1	2	1			
Previdência									1							
Segurança pública						1							1			
Urbanização/Infraestrutura				2		2		1	3	3	1	3		5		
Homenagens/Datas	3	1	4	2		4			7	5	1	6	4	10		9
Utilidade pública	4		3	4				3	17	2	2	5	3	5		1
Logradouros	4	4		14	1			1	2	4		1	5	7		2
Político administrativo				3		2		4	3	1	2	2		3	2	2
Administração pública				3		2		1	7			3		1		1
Direitos individuais e coletivos		1				1		2	5			2		4		1
Transito				2												
Serviços prestados por terceiros				3		1			2	2	2	1		2		

Elaboração própria